



PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS DA IDADE MÉDIA

ATAS

XI SEMANA
DE ESTUDOS
MEDIEVAIS

V ENCONTRO DA RED/E
LATINOAMERICANA DE
ESTUDOS MEDIEVAIS

III JORNADA
DE CORRUPTIONE



Conselho editorial

Membros internos:

Presidente - Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (*HIS/UnB*)

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (*FIL/UnB*)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (*SER/UnB*)

Prof^a Dr^a Ruth Elias de Paula Laranja (*GEA/UnB*)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (*UFPE*)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (*UFSC*)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (*UFABC*)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (*UFAM*)

Membros internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (*Universidad Pablo de Olavide - Espanha*)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (*Universidad Autonoma de México*)

Prof^a Dra Paula Vidal Molina (*Universidad de Chile*)

Prof. Dr. Peter Dews (*University of Essex - Reino Unido*)



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS DA IDADE MÉDIA

ATAS

XI SEMANA
DE ESTUDOS
MEDIEVAIS

V ENCONTRO DA RED/E
LATINOAMERICANA DE
ESTUDOS MEDIEVAIS

III JORNADA
DE CORRUPTIONE



Brasília – DF
2025

APRESENTAÇÃO

Os textos que compõem estas Atas resultam da confluência de três eventos acadêmicos organizados na Universidade de Brasília, entre os dias 25 e 28 de novembro de 2024: a XI Semana de Estudos Medievais (SEM/*Medioevum*-UnB), o V Encontro da Rede Latino-Americana de Estudos Medievais (RED/E) e a III Jornada *De Corruptione*. Ademais dos trabalhos de membros da RED/E, a programação previa a possibilidade de jovens historiadores apresentarem, em sessões próprias, comunicações sobre pesquisas em andamento. Estas Atas reúnem os textos daqueles que quiseram enviar seus trabalhos para publicação. Em termos da configuração final, destacam-se dois núcleos, devidamente assinalados no sumário. O primeiro revela o resultado das pesquisas desenvolvidas no âmbito do *De Corruptione* (UnB), que nestas Atas será conformado como III Jornada do grupo de pesquisa. O segundo reúne comunicações vinculadas ao *Medioevum* (UnB).

A XI SEM e o V Encontro da RED/E contaram com o financiamento da CAPES, por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP).

Brasília, 12 de julho de 2025.

Maria Filomena Coelho
Universidade de Brasília (UnB)

SUMÁRIO

PARTE I — III JORNADA DE CORRUPTIONE

1. AS LINGUAGENS POLÍTICAS DA CORRUPÇÃO: A (ANTI)CORRUPÇÃO NA HISTÓRIA COMO LANCE POLÍTICO E ATO DE FALA. 10
Luy Zeidan Duarte
2. A CORRUPÇÃO NA IDADE MÉDIA REPRESENTADA NO ESPAÇO MUSEAL 20
Luc Farias Uchôa Vianna Magalhães
3. O PROBLEMA DA ALIENAÇÃO DO PATRIMÔNIO DIOCESANO NA HISPÂNIA VISIGÓTICA 26
Isabela Alves Silva
4. O “PAGANISMO” COMO INSTRUMENTO DE CORROSÃO DA CRISTANDADE (GALIZA, SÉC. V E VI) 36
Kauan Cândido Silva
5. O “CORPO POLÍTICO” DE CHRISTINE DE PIZAN: CORROSÃO DAS VIRTUDES E MAU GOVERNO (SÉCULO XV) 44
Marcelo dos Santos Solon
6. ENTRE A VIRTUDE E A CORRUPÇÃO: ANALISANDO A POLÍTICA E A MORALIDADE NAS CRÔNICAS RÉGIAS DE RUI DE PINA 50
Maria Luiza Martins
7. COMO SEGURAR UM LOBO PELAS ORELHAS? O CASO DE COSME DE MÉDICI (1389-1464) 59
Fernando Crosara Vieira Ázara
8. VÍCIOS E VIRTUDES: MODULAÇÕES DA CORROSÃO DO BEM-COMUM NO JOGO POLÍTICO 68
Vitória Fernandes Coqueiro
9. ORDEM, DESORDEM E CORRUPÇÃO NA NOVA LUSITÂNIA (SÉC. XVI) 76
Sérgio Martins-Costa Coêlho

PARTE II — IX SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS — *MEDIOEVUM*

10. O “PORTÃO DAS LÁGRIMAS” DO EUROCENTRISMO	85
Maktus Fabiano Gonçalves da Silva	
11. A FIGURA DO SAGRADO DURANTE A PRIMEIRA CRUZADA	92
Yasmin Oliveira Santos	
12. “CONVIVÊNCIA” E “RECONQUISTA”: REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS HISTORIOGRÁFICOS E MODELOS EXPLICATIVOS	101
Rudah Lobo Valença	
13. CHRISTINE DE PIZAN (1364-1430), UMA INTRODUÇÃO: SUA VIDA, PRODUÇÃO LITERÁRIA E CONTEXTO HISTÓRICO	111
Luana Veloso Grace Torres	
14. TAMANHO É DOCUMENTO?	117
Matheus Silveira Furtado	

PARTE I

III JORNADA ***DE CORRUPTIONE***

1. AS LINGUAGENS POLÍTICAS DA CORRUPÇÃO

A (anti)corrupção na história como lance político e ato de fala

Luy Zeidan Duarte¹

Resumo

Este estudo possui como objetivo propor uma metodologia para a análise linguística e histórica de discursos ligados à corrupção e à anticorrupção, bem como seus impactos nos contextos socioculturais e políticos em que se ambientam. Elencam-se como paradigmas metodológicos as contribuições teóricas de Maria Filomena Coelho e John G. A. Pocock para a historiografia política. Baseado numa fusão das perspectivas analíticas destes autores, é lançado um programa de pesquisa histórica de teor fundamentalmente linguístico, ao mesmo tempo em que terminantemente político. Ao final, uma apreciação geral do programa de pesquisa resultante e de suas potencialidades será oferecida, bem como orientações preliminares em uma possível investigação histórica norteadas pela metodologia proposta.

Palavras-chave: corrupção, história política, contextualismo linguístico.

Abstract

The goal of this study is to propose a methodology for the linguistic and historical analysis of speeches associated with corruption and anticorruption, as well as their impacts on the sociocultural and political contexts they are set in. As methodological foundations, we have selected the theoretical contributions of Maria Filomena Coelho and John G. A. Pocock to political history. Based on a fusion of the analytical perspectives of these two authors, a fundamentally linguistic, and ultimately political, historical research program is conceived. At the end, a brief general appreciation of the resulting research program is offered, along with some preliminary orientations for a historical investigation guided by the proposed method.

Keywords: corruption, political history, linguistic contextualism

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPgHIS-UnB).

Lances e modelos: a corrupção na história sob um olhar político

A corrupção é um tema e conceito de natureza fugidia. Na atualidade, o conceito de corrupção é definido, normativamente, como um conjunto de práticas que incorrem no desvio de recursos, funções e prerrogativas públicas para fins de interesses privados, alheios ao bem comum, sendo a anticorrupção o combate, institucionalizado ou não, a tais práticas ditas corruptas. Do ponto de vista histórico, essa apreensão normativa se coloca, já de partida, como um problema. Em primeiro lugar, porque evidentemente tal conceito não está definido sob o mesmo termo ou dentro dos mesmos limites semânticos em todas as línguas e sociedades históricas. As concepções de público e privado, assim como as definições legais e percepções morais do que era ou deveria ser considerado como prática corrupta, variam tanto no espaço, de cultura a cultura, como no tempo, dentro de uma mesma sociedade.

Na literatura historiográfica e de outras disciplinas interessadas, uma série de perspectivas teóricas consideravelmente distintas já foi proposta sobre a questão da corrupção e sua contraparte, a anticorrupção, enquanto problemas históricos. Segundo Maria Filomena Coelho, pode-se agrupar as perspectivas mais comuns sobre a corrupção como problema histórico, de forma geral, em duas principais abordagens. Uma delas, mais tradicional, é a abordagem institucionalista, que enxerga a corrupção simplesmente como um mal ou um vício a ser combatido, e somente controlado com sucesso pela burocracia weberiana do Estado moderno². Uma via alternativa a esta, que tem se tornado mais comum, é a abordagem culturalista, que tende a retratar a corrupção e seu controle como traços formativos das sociedades humanas, se valendo de uma reconstrução genealógica e valorativamente neutra³.

Como observa Coelho, de um ponto de vista político, em contrapartida, o interesse não está na natureza das práticas ditas corruptas em si mesmas, mas em por que são rotuladas (ou não) de tal forma, necessariamente negativa. Sempre uma mácula sobre a reputação de um agente público, portanto, a pecha de corrupto pode ser evocada como uma tentativa legítima de promover lisura e transparência, ou o “bem comum”, mas também pode ser desferida na forma de acusações infundadas, movidas por interesses estritamente políticos e destinadas a prejudicar a imagem pública de adversários. De forma simétrica, embora possam ser evocadas por razões político-ideológicas alheias ao combate propriamente dito de práticas corruptas, as acusações e medidas institucionais *contra* a corrupção são sempre concebidas e percebidas como algo aparentemente positivo, que resguarda e promove o “bem comum”.

Frente a esse cenário de fundo moral, sejam os oponentes ostensivamente corruptos ou não, inci-

² COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies**: challenges for historical interpretations. Brasília: Ed. Calianra/ICH-UnB, 2024, p. 1-7.

³ Ibidem, p. 7.

tar escândalos públicos de corrupção para danificar sua reputação é uma tática regularmente empregada nos embates políticos de diversas sociedades⁴. Na realidade histórica, portanto, a circunscrição de certas práticas como corruptas e o desenvolvimento de medidas anticorrupção para contê-las, mais do que um reconhecimento progressivo de comportamentos deletérios ao interesse público, se trata de disputas políticas entre grupos detentores de poder, precisamente, pela definição *do que é* interesse público, com base em seus próprios interesses privados.

Isto nos revela outro motivo pelo qual o conceito normativo de corrupção é problemático: porque tais noções como “interesse público” e “privado”, “bem comum”, assim como a de “corrupção” em geral, estão em constante negociação conceitual em face das disputas sociopolíticas por sua definição. Mais ainda, nas sociedades humanas onde há acesso desigual à representação política, legal e jurídica, tais definições costumam ser negociadas entre grupos de elite com penetração privilegiada nas estruturas institucionais do poder, sendo geralmente dispostas de maneira a satisfazer seus próprios interesses elitistas.

Em outras palavras, em muitas sociedades, cabe às elites determinar o que é interesse público e bem comum, de um lado, e o que é corrupção, de outro. Desta forma, em toda e qualquer sociedade, determina-se um espaço de acesso legítimo aos recursos, funções e prerrogativas públicas para a serventia de interesses particulares, desde que estes estejam devidamente investidos (ou travestidos) do que é considerado o bem comum. Por isso, as várias definições historicamente evocadas, em cada momento e lugar, do que é corrupção e deve ser combatido parecem se tratar menos de tentativas de proteger a administração pública do sequestro por interesses privados do que de esforços para determinar *quais* interesses privados podem sequestrá-la legitimamente.

Muitas vezes, portanto, não se trata simplesmente de se combater ou não a corrupção, mas sim, de *qual* corrupção é combatida como tal, contra quem, por quem e para quem. Neste sentido, sublinham Kennedy e Kroeze,

a corrupção nos atravessa como um conceito altamente político. Embora a corrupção tenha sido utilizada ao longo da história para descrever fenômenos muito diferentes, ela foi com bastante frequência empregada como uma arma retórica em conflitos políticos em torno do poder, asregras pelas quais ele era exercido e a distribuição de recursos.⁵

Para lidar com essa dimensão utilitária que não raro está por trás dos discursos que acusam a corrupção e supostamente buscam contê-la ao longo da história, Maria Filomena Coelho nos propõe uma terceira via de acesso ao problema, por uma abordagem propriamente política.⁶

⁴ KENNEDY, James; KROEZE, Ronald. The Paradox of ‘A High Standard of Public Honesty’: A Long-Term Perspective on Dutch History”. In KROEZE; VITÓRIA; GELTNER (Org). **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 212.

⁵ KROEZE; VITÓRIA; GELTNER. Introduction: Debating Corruption. In: **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 6 [tradução minha].

⁶ COELHO, op. cit., p. 3.

III JORNADA DE CORRUPTIONE

A perspectiva analítica proposta pela autora tem como um de seus principais alicerces teóricos a distinção proposta por Pierre Rosanvallon entre duas dimensões do campo político: *a política*, referente aos debates e disputas entre os agentes do poder em seus aspectos históricos particulares e concretos; e *o político*, referente às concepções formais e informais que constituem os modelos políticos num plano ideológico mais amplo e abstrato.⁷ Embora a primeira dimensão aparente ser mais restrita que a segunda, nenhuma delas está contida na outra; pelo contrário, as duas esferas se intercedem, mas também excedem uma à outra.

A dimensão *da* política, por um lado, fornece sustentação histórica à *do* político, uma vez que os aspectos do modelo político a ser aplicado são negociados e definidos no interior das disputas políticas. Em outros termos, o modelo político, no plano abstrato, somente se realiza historicamente através dos embates políticos no plano concreto. Por outro lado, os embates *da* política partem de modelos políticos pré-estabelecidos e já em aplicação, tendo como matéria-prima de seus discursos e objeto de suas discussões a realidade imaterial *do* político, nas várias formas em que é herdada culturalmente. Evidentemente, em todo caso, apenas uma pequena fração do imenso e multifacetado universo *do* político pode, a cada momento, ser encarnada ou tematizada na realização contingencial *da* política. Desta forma, as dimensões *da* política e *do* político interagem mutuamente entre si e se retroalimentam, sem esgotar uma à outra.

No que se refere ao tema da corrupção, avaliar a dimensão *da* política consiste, conforme já dito, em explicar os discursos, deflagrações e medidas a respeito da corrupção, ao longo da história, como instrumentos nas disputas de poder entre as elites governantes. Como defende Coelho, por esta dimensão, acusações e ações institucionais contra a corrupção se tratam de “lances do jogo político, pelos quais se objetiva minar determinados interesses e grupos que detêm o controle da coisa pública”. Além disso, continua a autora, a dimensão *do* político “nos oferece ainda outra perspectiva para estudar o problema, normalmente encoberta, vinculada ao sentido do modelo que dá forma à sociedade”.⁸

Se os embates políticos partem de um modelo político já aplicado, mas ao mesmo tempo realizam e renegociam as características deste modelo, da mesma forma, as declarações públicas e medidas institucionais contra a corrupção simultaneamente pautam e propõem o modelo político no interior do qual são evocadas, atualizando-o. Com isso, os discursos, leis e processos anticorrupção não somente dão ferramentas para grupos das elites governantes interpelarem uns aos outros nos jogos políticos, mas também permitem a certos grupos determinar, circunscrever ou controlar o que é o

⁷ “Ao falar substantivamente *do* político, qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício *da* política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições”. ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 73.

⁸ COELHO, op. cit., p. 3.

“bem comum” segundo o modelo político aplicado, em detrimento de outros.

Assim, por esta dupla abordagem política, os registros históricos que evidenciam a corrupção no passado, quase sempre já por sua crítica ou tentativa de contenção, devem ser lidos e explicados de duas formas complementares. Primeiramente, na esfera *da política*, em termos das motivações e interesses dos atores individuais que as evocam, como lances do jogo político. Depois, na esfera *do político*, pelos aspectos do modelo político que tematizam e as modificações conceituais que a ele propõem, enquanto inovações linguísticas e semânticas. É por este duplo prisma político que o tipo de historiografia que aqui se busca dar corpo deve abordar o registro histórico da anticorrupção em sociedades passadas, iluminando ao mesmo tempo as disputas políticas particulares que estavam em curso e as transições mais amplas de modelo político em jogo nessas disputas de poder. Através da iluminação recíproca entre lances e modelos políticos nos contextos históricos, deseja-se investigar de que maneira as inovações conceituais enunciadas em discursos, medidas e processos contra a corrupção se articularam com a concepção de novas práticas, estruturas e regimes políticos.

Atos e linguagens: a corrupção na história como discurso em contexto

É justamente deste delicado encadeamento analítico entre lances e modelos políticos, textos e contextos, indivíduos e história, que se trata o modelo teórico do próximo autor que referenciaremos. Para dar conta da complexa dinâmica histórica entre discursos contra a corrupção e as transformações conceituais nos modelos políticos de sociedades históricas, será elencado, como um segundo aporte teórico-metodológico, o paradigma da história do discurso político nas linhas do contextualismo linguístico, como elaborado pelo historiador neozelandês John G. A. Pocock.⁹

O método historiográfico de Pocock se baseia fundamentalmente na chamada teoria dos atos de fala ou discurso (*speech acts*), tomada dos filósofos políticos da universidade de Oxford e desenvolvida a pleno termo por Quentin Skinner na década de 1960, sendo amplamente aceita entre seus pares e mundo afora na sequência.¹⁰ Esta teoria concebia os discursos imortalizados em textos históricos como *atos de fala*, cuja enunciação se dá sempre em uma linguagem (*parole*) específica do autor, a serviço de suas intenções pessoais, ocorrendo como um evento histórico particular e único, em um determinado ponto no tempo e no espaço. Daí decorria, a princípio, uma espécie de historiografia particularista dos discursos, linguagens (*langues*) e atores políticos, que buscava reconstruir tanto o contexto linguístico externo, como a lógica textual interna e as intenções individuais por trás de cada ato de fala singular. Essa história do debate político, num sentido amplo, tornou-se característica do contextualismo linguístico ou histórico, associado à chamada “Escola de Cambridge”, constituída

⁹ Aqui nos basearemos nos ensaios teóricos introdutórios da célebre obra de John Pocock, *As Linguagens do Ideário Político*. Veja Pocock, John G. A. Introdução: o estado da arte; O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: POCOOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003. p. 23-67.

¹⁰ Para uma elaboração completa da teoria dos atos de fala e outros aspectos do contextualismo histórico de Skinner, veja SKINNER, Quentin. **Visões da política**: questões metodológicas. Tradução: João Pedro George. São Paulo: Difel, 2005.

por Pocock, Skinner, Peter Laslett e outros.¹¹

As reflexões teóricas de Pocock com base em tais pressupostos, contudo, ultrapassam em muito o escopo de uma história particularista e sincrônica dos debates políticos, abrindo espaço para uma história mais ampla e diacrônica das linguagens compartilhadas de que se compõem os discursos. Como ele nos informa:

O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las. Neste ponto, a objeção que estamos analisando levanta a questão da *langue* bem como a da *parole*, do contexto lingüístico bem como do ato de fala (ou de discurso).¹²

Desta maneira, em Pocock, a linguagem particular de cada ato de fala (*parole*) resulta simplesmente de uma combinação de modos de discurso (*langues*) disponíveis nos vários contextos lingüísticos que atravessam seu autor, cuja intencionalidade também se articula nas linguagens em circulação à sua volta. Na formulação pocockiana do contextualismo, então, embora os debates políticos ainda estejam encarnados nas interações lingüísticas entre os atores históricos, suas intenções individuais, longe de serem a questão central, podem ser, ao menos em parte, compreendidas à luz do contexto. Como conclui Pocock sobre a questão:

[...] palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos. Até certo ponto isso é inerente à natureza da própria linguagem. A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada.¹³

Sendo assim, a história do debate político na forma com que Pocock apreende das contribuições teóricas de Skinner, promovendo o que se poderia chamar de uma virada “hipercontextualista”, é uma história que se debruça sobre as relações entre fala e discurso, entre *parole* e *langue*. Neste sentido, no contextualismo de Pocock, não somente o jogo entre as linguagens individuais de cada ator político em cada ato de fala na mesma vizinhança histórica descreve um contexto lingüístico, no plano sincrônico. Também as linguagens de que se utilizam esses atores e que fornecem as condições de possibilidade para suas proposições intencionais se encontram em contextos lingüísticos mais amplos e historicamente constituídos, no plano diacrônico.

¹¹ Sobre a inadequação do rótulo “Escola de Cambridge”, uma descrição sumária do contextualismo histórico e comparações entre as abordagens de Pocock e Skinner, veja LAMB, Robert. Quentin Skinner’s revised historical contextualism: a critique. **History of the Human Sciences**, vol. 22, n. 3 (2009), p. 51-73, esp. nota 1.

¹² POCOOCK. Introdução: o estado da arte, op. cit., p. 27-28.

¹³ POCOOCK. Introdução: o estado da arte, op. cit., p. 29.

Para Pocock, portanto, os atos de fala ou as *paroles* do autor são entrecruzamentos particulares de *langues* em circulação e constante transformação no universo que o rodeia. No jargão do historiador, as linguagens socialmente compartilhadas que um autor evoca em seu discurso constituem camadas temporais sobrepostas neste ato de fala, cada uma das quais, dotada de sua própria historicidade.¹⁴ Nas diversas camadas linguísticas da *parole*, as *langues* do contexto, embora estejam em constante mudança, são registradas na forma específica com que o autor as captura no momento de sua enunciação. Um texto, portanto, preserva as linguagens que aciona neste estado momentâneo, parcial e subjetivo, como a fotografia de um recorte sincrônico em sua evolução histórica, a partir de um dado ponto de vista.

Esse modelo linguístico mais amplo, todavia, não exclui completamente o espaço para a intencionalidade do autor, como ressalta Pocock:

Isso de forma alguma resulta em reduzir o autor a um mero porta-voz de sua própria linguagem. Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam a modificações e transformações no interior dele.¹⁵

É precisamente aqui que Pocock nos fornece uma estrutura completa de transformação histórica por meio da interação mútua entre atos de fala e contextos linguísticos, *paroles* e *langues*. Se, por um lado, os atos de fala são sempre combinações de linguagens herdadas dos contextos linguísticos que os rodeiam, por outro lado, sempre combinações únicas, balizadas pela intencionalidade subjetiva dos autores, como nos ensina Skinner, estes atos sempre propõem inovações linguísticas nesses contextos.

Cada texto, assim, modifica alguns aspectos de linguagens do contexto enquanto os preserva em um certo estado fixo proposto por um autor e os transmite, nesta forma modificada, para contextos subsequentes. A enunciação de *paroles* individuais, portanto, é condição suficiente e necessária tanto da sobrevivência, quanto da transformação das *langues* ao longo do tempo e do espaço. Como continua Pocock:

As linguagens têm como atributo a continuidade, tanto quanto a transformação. Mesmo quando modificadas pelo uso em contextos específicos, elas sobrevivem aos contextos nos quais foram modificadas e impõem sobre os atores dos contextos subsequentes as restrições para as quais a inovação e a modificação serão as necessárias, porém imprevisíveis, respostas. O texto, ademais, preserva as enunciações do autor em uma

¹⁴ “O historiador é, em larga medida, um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos. [...] ele irá [...] encontrar muitas camadas desses contextos no interior do mesmo texto; e ficará constantemente surpreso e fascinado com a descoberta em textos conhecidos, onde sua presença passara despercebida, de linguagens que se tornaram familiares a partir de outras fontes”. POCOCK, John G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*, op. cit., p. 67.

¹⁵ POCOCK. Introdução: o estado da arte, op. cit., p. 28.

forma rígida e literal e as transmite para contextos subseqüentes, onde elas estimulam naqueles que respondem interpretações que, embora radicais, deturpadoras e anacrônicas, não teriam sido efetuadas se o texto não tivesse atuado sobre eles.¹⁵¹⁶

A enunciação de atos de fala, assim, é o mecanismo mesmo pelo qual se realiza a evolução histórica de linguagens e conceitos coletivamente compartilhados ao longo tempo e, logo, sua condição básica de possibilidade. Como encaminhamento metodológico ao historiador tem-se que, de um lado, para se compreender as *paroles* individuais, é preciso estudar as diversas *langues* que as constituem; de outro, para se compreender as sucessivas transformações nas *langues*, é necessário se debruçar sobre as *paroles* historicamente evocadas. Em outras palavras, deve-se explicar as proposições dos textos à luz de seus contextos e as transformações subsequentes nos contextos à luz dos textos. Essa dinâmica interação linguística na história entre *paroles* e *langues* na história é o principal ponto do esquema teórico-metodológico de Pocock que nos interessa para o presente estudo. Distanciando-se um pouco da agenda metodológica estritamente particularista proposta pelo contextualismo linguístico, a agenda que aqui se submete procura ir além da minuciosa reconstrução histórica de um debate político como foi cristalizado, no plano sincrônico, em um ou vários atos de fala enunciados num dado momento.

Busca-se enxergar, através das configurações sincrônicas dos debates, a evolução diacrônica das próprias linguagens políticas, em um jogo de continuidades e descontinuidades induzido pelo acionamento e modificação dessas linguagens em sucessivos atos de fala. Assim, embora não se furte de examinar as contendas particulares entre atores e grupos de interesse, mais do que uma história do debate político, o método aqui pretendido propõe uma história das linguagens políticas em si mesmas, como pautadas, preservadas e atualizadas ao longo do tempo em discursos individuais. Aqui, retornamos ao problema do início: a complexa articulação entre textos e contextos, indivíduos e história – *paroles* e *langues*.

Conclusão: uma história das linguagens da corrupção

Retomando o vocabulário analítico proposto por Maria Filomena Coelho, os atos de fala ou *paroles* podem ser entendidos como lances políticos, na dimensão concreta da política, e de forma similar, os modelos políticos podem ser concebidos como uma ou várias *langues* dos contextos linguísticos compartilhados, na dimensão abstrata do político. As lições adicionais do contextualismo de Pocock nos mostram precisamente como estas duas dimensões do campo político interagem e se complementam na história, precisamente por meio da linguagem.

As mudanças históricas na *langue* do modelo político em geral, que se apresenta como parte de um contexto linguístico compartilhado, são contingencialmente realizadas por agentes políticos individuais, os quais agem na política por meio de lances políticos particulares, isto é, de *paroles* ou

¹⁶ Ibidem, p. 30.

atos de fala. É justamente na condição de ato de fala – sempre uma combinação inédita de linguagens que propõe uma inovação em seu contexto linguístico – que um simples lance político individual é capaz de pautar, modificar e, assim, atualizar todo um modelo político.

A concepção fortemente linguística de Pocock, deste modo, fornece profundidade teórica à tese política de Coelho, conferindo poder de transformação histórica aos lances políticos por meio da capacidade da linguagem de atuar sobre si mesma através dos indivíduos e seus discursos, ou seja, da interação mútua e constante entre *parole* e *langue*. O prospecto da ação política efetiva por parte dos indivíduos na história somente é possível porque se dá a partir das construções linguísticas que produzem, as quais, por sua vez, se constituem de construções linguísticas anteriormente produzidas e atuam sobre elas.

O sujeito e o objeto da ação política é a linguagem. Tanto os modelos políticos quanto os lances que os atualizam se tratam de linguagem em fluxo. Sendo uma realidade linguística, a existência abstrata dos modelos políticos é simultaneamente materializada e concebida, executada e reformada, pautada e modificada nos lances concretos da política, também eles linguísticos. Com isso, o tipo de historiografia da linguagem que resulta das observações acima nos habilita a investigar a articulação entre discursos enunciados em contingências particulares e imortalizados nos textos históricos, na curta duração, e as rupturas históricas em contextos políticos maiores e mais duradouros, na longa duração.

Em resumo, dentro dos esquadros teóricos propostos, as fontes do registro histórico da corrupção e da anticorrupção devem ser tratadas, de forma simétrica, como lances políticos que pautam e propõem modelos e como atos de fala que preservam e modificam linguagens, atuando nos contextos. Estes dois sentidos complementares de análise nos fornecem um determinado ferramental teórico-metodológico com que trabalhar e que pode servir de norte a uma investigação historiográfica dentro desta e de outras temáticas. De um lado, enfoca-se as rupturas linguísticas ambientadas em contextos políticos e socioculturais pré-existentes, de outro, as rupturas políticas e socioculturais instituídas nos contextos pelas inovações linguísticas que evidenciamos nos textos. Os contextos precedentes explicam as modificações propostas no texto, e as inovações do texto explicam os contextos posteriores.

Orientados por este ferramental, devemos, antes de tudo nos familiarizar com as linguagens do contexto em que foram enunciados os atos de fala em questão, com o intuito de identificar quais *langues* estão sendo neles evocadas, como estão sendo evocadas e quais inovações estão sendo propostas. Em outras palavras, é preciso destrinchar as camadas linguísticas do texto e analisá-las historicamente, em suas permanências e rupturas, à luz de outras fontes. Em seguida, as inovações propostas pela fonte nas linguagens de que faz uso devem ser reinseridas em seus contornos contextuais sociais, políticos e históricos, avaliando-se o impacto dessas modificações linguísticas em rupturas de ordem mais ampla.

Referências

COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Calíandra/ICH-UnB, 2024.

KROEZE, Ronald; VITÓRIA, André; GELTNER, G. **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTANA, Rogério Barreto. Contextualismo Linguístico e História Conceitual: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos. **Temporalidades**, vol. 7, n. 3 (set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 53, n. 2 (2010).

SKINNER, Quentin. **Visões da política: questões metodológicas**. Tradução: João Pedro George. São Paulo: Difel, 2005.

2. A CORRUPÇÃO NA IDADE MÉDIA REPRESENTADA NO ESPAÇO MUSEAL

Luc Farias Uchôa Vianna Magalhães¹

Resumo

Esta comunicação pretende refletir sobre os desafios de criar um museu virtual sobre a corrupção, centrado no período medieval. Problematizando o conceito de corrupção e situando-o histórica, política e socialmente, pretende-se projetar um museu que dialogue com a Idade Média, mas também com o nosso presente. Será, assim, necessário compreender o conceito de corrupção historicamente e pensar sobre sua representação o que, em termos museológicos, constitui também uma atividade curatorial. Nesse sentido, pretende-se que o museu possibilite uma reflexão crítica e analítica sobre o problema da corrupção, na perspectiva do poder e da política, sem esquecer que o espaço institucional, simbólico e físico no qual se localiza uma exposição, é tão determinante na comunicação de seu conteúdo, quanto o conteúdo em si mesmo.

Palavras-chave: corrupção, museu virtual, Idade Média

Abstract

This paper aims to reflect on the challenges of creating a virtual museum about corruption, focusing on the medieval period. By questioning the concept of corruption and the historical, political and social situation, we intend to design a museum that engages with the Middle Ages, but also with our present. It will therefore be necessary to understand the concept of corruption historically and to think about its representation, which, in museological terms, also constitutes a curatorial activity. In this sense, we intend for the museum to enable a critical and analytical reflection on the problem of corruption, from the perspective of power and politics, without forgetting that the institutional, symbolic and physical space in which an exhibition takes place is as decisive in the communication of its content as the content itself.

Keywords: corruption, virtual museum, Middle Ages.

¹ Bacharelado em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Pensar na política representada dentro do museu pode ser uma tarefa difícil, uma vez que o espaço museal em si já é extremamente político: criador e legitimador de discursos e, acima de tudo criador, comunicador e legitimador de memórias. Haveria algo mais político que a seleção de quais memórias se perdem e quais são eternizadas no espaço institucional? Me recordo de uma ocasião, em uma aula introdutória de museologia na qual uma colega perguntou se os museus, em todos os seus aspectos institucionais, arquitetônicos e históricos, não seriam uma forma pela qual o *Soft Power* dos países se torna aparente. Entendo o termo *soft power* relativamente ao poder que não é necessariamente bélico, militar ou industrial. Porém, quanto mais se reflete sobre a forma como são construídas (literal e figurativamente) as instituições de memória, menos me parece leve, gentil ou suave a presença destas no espaço simbólico, político e cultural. A memória e sua instrumentalização, sua guarda, apropriação e transmissão foram e são, ao longo de nossa história, definitivas e determinantes sobre a política. Como, então, representar a política no espaço museal, já tão impregnado pelas manifestações e exercícios do poder?

É necessário, então, determinar parâmetros de o que é política. Sim, o tema é corrupção, porém sendo um fenômeno da política, que necessita de suas estruturas para que ocorra, não seria antes necessário definir o universo no qual existe? No sentido em que por ‘universo’ compreendemos o cosmos - com seus inúmeros astros, constelações, galáxias, coexistindo sob as mesmas leis físicas, em eterno movimento, expansão e transformação e complexo além da possibilidade de se tornar um tema exaurido – é que me refiro à política por esse termo. Também um universo no sentido de que a partir do momento que existe, tudo nela está contido, e ela tudo consome e apropria dentro de sua própria rede de significações (*all-containing and all-consuming*). Não se trata aqui de criar ou de revolucionar uma definição de política, mas de delinear-la de forma suficientemente clara para que se possa compreender corrupção e pensar sobre sua representação. O trajeto pelo qual se delimita um eixo temático é também uma atividade curatorial. E falando de política, discursos, corrupção e poder, é necessário pensar o museu de forma crítica e analítica, pois o espaço institucional, simbólico e físico no qual ocorre uma exposição, é tão determinante na comunicação de seu conteúdo, quanto o conteúdo em si mesmo.

Memória política

O conceito de corrupção, tal como qualquer outro, transforma-se ao longo da história.² Por ser profundamente político e ideológico, é o tipo de conceito que está sempre posicionado em relação ao regime político vigente e à sua manutenção. Imaginar uma exposição sobre o tema é uma tarefa que requer compreender a corrupção como algo situado social e culturalmente dentro de cada sistema em que ocorre. Ao idealizar a criação de um museu que trabalhe esse tema apoiado numa fun-

² Ver KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

damentação historiográfica e científica, torna-se indispensável também problematizar a memória política em si e seu uso.

Investigando a trajetória histórica do termo, identifica-se uma concepção comum de que corrupção é aquilo que corrompe, danifica, como deterioração.³ É a desvirtuação daquilo que é público, manipulando o bem comum para ganho de indivíduos ou pequenos grupos. É impossível também separar a corrupção do sistema político no sentido de que ela apenas existe porque há um sistema a ser corrompido, e como instrumento ideológico e de ação, é sempre um “adversário” a ser combatido.⁴ Se não há corrupção, entende-se que o modelo vigente se encontra em estado ideal, e logo não há justificativa para a ação política, uma vez que se supõe o ótimo funcionamento dos aparatos institucionais. Nesse sentido, a corrupção, enquanto conceito e “ameaça”, por fim instrumento de vigilância, é algo que acaba por regular as atividades políticas e definir parâmetros executivos e morais para a existência do Estado. Estudar ou representar a corrupção é algo que não necessariamente depende da classificação formal do tema, mas obriga a compreender o horizonte simbólico que o constitui e a perspectiva pela qual ações são processadas pelos contemporâneos ao acontecimento e por aqueles que os analisam a posteriori. Atos corruptivos/corruptos podem jamais serem classificados dessa forma a depender da fonte, mas ainda podem ser objetivamente assim compreendidos quando conhecidas suas formas de operação e o modo como influenciam a realidade social. Definir o conceito de corrupção para investigação histórica requer mais identificar construções múltiplas que estabelecer um sentido fixo.

A investigação histórica é indissociável desse processo. Situar o conceito de corrupção historicamente é imprescindível para que a representação seja discursivamente responsável. O comprometimento do historiador, museólogo, ou outro profissional que conceba uma mostra desse tipo é um posicionamento moral não catequista, mas engajado com um discurso não reducionista ou essencialista. A historicidade do conceito de corrupção atravessa diversas sensibilidades, as quais mediam o diálogo entre idealizador e público.

Historicizar o conceito de corrupção, no sentido de transformá-lo num objeto de estudo metodológico, é uma atividade que pode ir na contramão de uma abordagem cívica ou essencialmente ideológica. Não significa dizer que é um processo neutro, uma vez que todas as escolhas realizadas pelo historiador são situadas moral, simbólica e epistemologicamente, o que significa que, portanto, historicizar esse conceito é abordá-lo de forma moralmente comprometida, mas sem permitir que esse componente moral domine a análise. Um exemplo de abordagem deste tipo é aquele que adverte, que o utiliza como instrumento de vigilância, extremamente conveniente, ao desconsiderar inú-

³ COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Caliantra/ ICH-UnB, 2024.

⁴ KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds). **Anticorruption in History From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018.

meras complexidades que perpassam os jogos políticos de outrora e do tempo presente. Essa abordagem que instrumentaliza a corrupção como aquilo que jamais deve ser, o mal absoluto em exercício, é maniqueísta, relacionando-se com o exercício cívico da virtude, da pureza e do ser imaculado. Uma abordagem historiográfica reconhece as camadas que compõem o exercício político, e permite ao historiador o conhecimento de uma realidade distinta da dele, requerendo uma relativização (não desmedida) de conceitos e pré-julgamentos. Pode ser perigoso acabar como mostras de caráter moralista ou essencialista, sendo necessário reconhecer que o fato de o museu ser um espaço de educação não é uma recomendação para que seja uma instituição paternalista, que não confia na inteligência de seu público. Retomo o início desta comunicação, e sublinho ser desafiador pretender representar a corrupção no museu. Expor um tema que facilmente cai na binaridade de “bom” e “mau”, atrelado a uma profunda carga de julgamento moral, é algo que pode, facilmente, por conveniência ideológica e discursiva, cair na armadilha de transformar o discurso museológico da exposição num cautionary tale. Uma grande lição de moral. Nesse sentido, temos os vitrais de igrejas, evangelizando os que não leem e preenchendo de representações a fé dos que antes contavam apenas com a imaginação para trilhar o caminho ao paraíso. Não é possível imaginar que o museu, assim como a política, não seja ideológico ou enviesado, sempre há de ser. Contudo, não há de ser catequista e dogmático. Cabe ao idealizador de uma mostra sobre memória política hoje ter uma imaginação que conceba a representação histórica para além da binaridade.

Uma mostra sobre a corrupção deveria colocar o espectador num lugar de desconforto. Não no sentido do valor de choque ou no de culpabilização do público através de uma naturalização da “corruptibilidade”, mas no sentido de desafiar o senso comum e o conforto ideológico da concepção geral sobre o tema. A História, afinal, é um campo de estudos que trabalha com a diferença e as duras realidades da própria condição humana. Há de buscar uma representação que simultaneamente não seja paternalista e reducionista, mas que responsabilize os agentes mencionados, sabendo que reconhecer responsabilidade de agentes históricos e desejar a abolição de certas práticas requer não negá-las na realidade.

Museu virtual

Dentro das possibilidades específicas para a construção dessa mostra, foi escolhido o formato de museu virtual. Trata-se de um formato expositivo que combina a facilidade do acesso de públicos distintos assim como a praticidade de expor conteúdos que não poderiam ser acessados fisicamente, e sem depender de empréstimo de objetos de cultura material de outras instituições.

A museologia aplicada no espaço virtual é um campo de presente experimentação e que reconhece a multiplicidade do campo como terreno fecundo para aplicação de novos métodos expositivos. Apesar de todas as complexas questões políticas que atravessam o processo de constante aceleração que vivemos diante da integração da tecnologia aos detalhes mais ínfimos da vida humana, uma

mostra pensada no ciberespaço apoiada nos preceitos teóricos e éticos da museologia contemporânea é uma forma de utilizar dessa integração para fins positivos e para a disseminação da prática memorial/patrimonial num formato que não se limita a um espaço físico.

Dessa forma, o espaço virtual possibilita conceber uma mostra, criando uma experiência ao visitante que concilie a facilidade de acesso e exposição de conteúdos com a apresentação de recursos de contextualização que transcendem aqueles de um museu tradicional. Por exemplo, ao expor uma carta do período colonial, cujo teor versasse sobre a corrupção, o visitante logo poderia ter acesso a uma ampla explicação do conteúdo e ser redirecionado a material historiográfico que justificasse a seleção daquele objeto. Numa sala tradicional de museu, ainda que haja recursos que estabeleçam esse tipo de ponte entre o que está sendo exposto e sua apresentação/descrição, esse desdobramento é muito menos imediato.

Ter a corrupção como objeto de estudo e representação é algo que requer profunda sensibilidade e comprometimento, e apresentados os preceitos teóricos e éticos que guiam esse exercício, a idealização dessa mostra se torna uma atividade multidisciplinar, engajada e profundamente significativa. Integrando as áreas da História, Museologia, Ciência Política e seus diferentes campos de atuação, da pesquisa à exposição e comunicação, é constituído um trabalho único, rico e polissêmico por natureza.

Entretanto, como ocorre nos espaços museais físicos, também na versão virtual,

Museums may aim at influencing historical consciousness and at creating more profound morally based understandings, but they have no control over the outcome of the meeting between the exhibitions and the expectations and prejudices of the public.⁵

Apesar de num primeiro momento essa colocação de Stugu pareça pessimista, a imprevisibilidade pode ser entendida como um convite à experimentação (pautada em teoria e na ética) da atividade museal. O trabalho de representação de temas tão sensíveis através de uma mostra em museu, virtual ou físico, é um trabalho que não acaba em si. E essa consciência também reforça o caráter não catequético, e sim construtivo de elaborar uma mostra sobre o tema, permitindo ao público assimilar dentro de suas próprias concepções aquilo que está representado, que o museu tenha comprometimento e rigor absolutos na elaboração de seu discurso, mas que veja ricas possibilidades na atribuição de sentido pelo visitante, que transcende o espaço museal e leva a exposição, de sua circunscrição, para a vida.

⁵ SVEIN STUGU, Ola. Exhibiting the War. Approaches to World War II in Museums and Exhibitions. In: BJERG; LENZ; THORSTENSEN (eds.). **Historicizing the Uses of the Past**. Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II. Bielefeld: Transcript, 2011.

Referências

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Curso de 28 de janeiro de 1990; Curso de 25 de janeiro de 1990; Curso de 01 de fevereiro de 1990. In: **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Calíandra/ ICH-UnB, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds.). **Anticorruption in History: from Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018.

LESSA, Renato. Política: anamnese, amnésia, transfigurações. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 107-126.

MAGALDI, Monique B.; BRULON, Bruno; SANCHES, Marcela. Cibermuseologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. In: MAGALDI, Monique B.; BRITTO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia: desafios de um campo interdisciplinar**. Brasília: FCIUnB, 2018. p. 135-155.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 23-62; p. 63-82.

SCHWARZ, Lilia M. Corrupção. In: **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 88-125.

SVEIN STUGU, Ola. Exhibiting the War. Approaches to World War II in Museums and Exhibitions. In: BJERG: LENZ; THORSTENSEN (eds.). **Historicizing the Uses of the Past**. Scandinavian Perspectives on History Culture, Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II. Bielefeld: Transcript, 2011, p. 189-206.

3. O PROBLEMA DA ALIENAÇÃO DO PATRIMÔNIO DIOCESANO NA HISPÂNIA VISIGÓTICA

Isabela Alves Silva¹

Resumo

Neste texto, tratarei de disputas do clero em torno da alienação do patrimônio diocesano na Hispânia visigótica. Articularei os testemunhos das *Vidas dos Pais de Mérida* (VPM) de 680 com atas conciliares episcopais dos séculos VI-VII. As atas conciliares hispânicas esclareciam que a finalidade principal do patrimônio eclesiástico era auxiliar os *pauperes*; que os clérigos seriam apenas os administradores dos bens e que deveriam conservá-los. A partir de cerca de 580, no entanto, fontes como as VPM e as próprias atas revelam um esforço episcopal em matizar a noção de alienação dos bens da Igreja. Esse esforço, de um lado, estendia os limites do poder dos bispos sobre o patrimônio da Igreja e, de outro, restringia quem teria direito de averiguar e julgar casos de abuso patrimonial pelo clero. Os testemunhos documentais sugerem, no entanto, que essa nova política foi objeto de crítica por outros clérigos.

Palavras-chave: patrimônio da Igreja, visigodos, corrupção.

Abstract

In this study, I will examine disputes among the clergy over the alienation of diocesan property in Visigothic Hispania. I will integrate evidence from the *Lives of the Fathers of Mérida* (LFM) from 680 with episcopal conciliar acts from the sixth and seventh centuries. The Hispanic conciliar acts clarified that the main purpose of ecclesiastical property was to aid the *pauperes*, that clergy were merely administrators of these assets, and that they were expected to preserve them. However, from around 580 onward, sources such as the LFM and the conciliar acts reveal an episcopal effort to nuance the notion of alienation of Church property. This effort both expanded bishops' authority over Church property and restricted who could investigate and judge cases of clerical

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Contato: isabela.alsv@gmail.com. Pesquisadora membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) da USP e do grupo de pesquisa *De Corruptione* (DC), da Universidade de Brasília (UnB). O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/17486-5.

misappropriation of assets. However, documentary evidence suggests that this policy faced criticism from other clergy members.

Keywords: church property, Visigoths, corruption.

Neste texto, tratarei do problema da alienação do patrimônio diocesano por parte do clero na Hispânia visigótica nos séculos VI-VII. Pretendo demonstrar como houve disputas em torno de quem poderia definir e o que constituiria a alienação dos bens da Igreja.² Esta proposta se liga à minha participação no grupo *De Corruptione*, que investiga o problema da corrupção nas sociedades medievais. Proponho que a alienação dos bens da Igreja possa ser considerada uma forma de corrupção no seio da hierarquia eclesiástica. Para tanto, a corrupção deve ter um sentido mais amplo do que o tradicional, que a entende como o comportamento indevido dos agentes do Estado, o qual ocorre quando eles desrespeitam as normas estabelecidas no seu ofício e buscam favorecer indivíduos ou grupos, frequentemente em troca de alguma recompensa para si próprios.³

Os bens da Igreja, nos séculos VI-VII, não eram considerados públicos. O Breviário compilado em c. de 506 entre os visigodos pelo rei Alarico II já estabelecia, por exemplo, uma separação entre direito público e direito eclesiástico, indicando que esse último gozava de particularidade. O texto indicava que os bens do direito eclesiástico incluíam os templos de Deus (*templa Dei*), além de outros tipos de patrimônio e recursos (*ea patrimonia ac substantiae*).⁴ A principal missão reivindicada para o patrimônio eclesiástico era beneficiar os *pauperes*, ou os indivíduos mais frágeis socialmente: uma noção bíblica que apontava para os doentes, as viúvas, os órfãos e os peregrinos, em

² Ao utilizar o termo “igreja” com letra minúscula, refiro-me aos edifícios eclesiásticos individuais (como a igreja episcopal ou a paróquia, por exemplo). Já ao utilizar “Igreja” com letra maiúscula, refiro-me ao conjunto dessas comunidades, i.e., à grande congregação das igrejas cristãs, as quais, apesar de sua diversidade, mantinham aspectos comuns, como: as ordens da hierarquia eclesiástica; a forma de aquisição de bens materiais, como via privilégios fiscais ou doações; a justificativa de usar desses bens para fins caritativos e de culto e a organização de sua atuação segundo princípios bíblicos e legais. A congregação não se organizava, contudo, de forma uniforme em todos os lugares, e o papa não detinha, nos séculos VI-VII, uma primazia total nas matérias legislativas e judiciárias. Sobre os aspectos comuns à Igreja naquele período: WOOD, I. Creating a ‘temple society’ in the early medieval west. *Early Medieval Europe*, v. 29, n. 4, p. 462–486. 2021, p. 465. Sobre o processo de construção da primazia papal: PADOA-SCHIOPPA, A. Hierarchy and Jurisdiction: Models in Medieval Canon Law. In: *Studi sul Diritto Canonico Medievale*. Spoleto: CISAM, 2017, p. 31-46, p. 38.

³ PASQUINO, G. Corrupção. In: BOBBIO, N.; MANTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, [1ª ed. 1983], p. 291-293.

⁴ “Gaii Institutionum, liber secundus. I. De rebus. §. 1) Omnes itaque res aut nostri iuris sunt, aut divini, aut publici. Nostri iuris sunt, quae in proprietate nostra esse noscuntur. Divini iuris sunt ecclesiae, id est, templa Dei, vel ea patrimonia ac substantiae, quae ad ecclesiastica iura pertinent. Publici iuris sunt muri, fora, portae, theatra, circus, arena, quae antiqui sancta appellaverunt, pro eo, quod exinde tolli aliquid aut contingi non liceret”. *Lex Romana Visigothorum*. Ed. HÄNEL, G. Leipzig: Sumptibus et typis B. G. Teubneri, 1849, p. 322-324.

especial.⁵ Os clérigos, administradores dos bens da Igreja, deveriam separar o que era seu do que era da Igreja e respeitar uma divisão estipulada do patrimônio eclesiástico (delineada nas atas dos concílios episcopais). Na Hispânia, a divisão era tripartite: entre os bispos; o restante do clero e a manutenção dos edifícios eclesiásticos.⁶ Embora não houvesse uma quarta porção destinada especificamente ao cuidado dos *pauperes*, esperava-se que os clérigos não faltassem com essa missão.⁷

Para analisar o problema da corrupção, é preciso refletir sobre o que se reconhecia à época visigótica como apropriação privada indevida dos bens eclesiásticos. Abordarei esse tema por meio da alienação, i.e., a perda de bens pela Igreja. O problema da alienação foi objeto tanto da documentação eclesiástica visigótica quanto da historiografia recente. Estudarei a alienação promovida pelos clérigos pelo prisma do abuso, i.e., quando a perda das propriedades ocorria de forma desautorizada e à contramão do que estabelecia a tradição das atas conciliares.⁸ A alienação pode envolver a venda, a doação ou a transferência desautorizada dos bens eclesiásticos, e a manumissão desautorizada dos servos da Igreja.⁹

Pretendo demonstrar que relatos como as VPM e um conjunto de atas conciliares revelam como houve uma estratégia dos bispos hispânicos, já na década de 580, de matizar a noção de corrupção/alienação do patrimônio diocesano e de limitar quem teria direito, no clero, de julgar denúncias de abuso dos bens da Igreja. Esta proposta se liga a uma reflexão vinda de nossas reuniões do DC, quanto a como a definição da corrupção pode ser disputada pelas elites sociais. Participar dessa dis-

⁵ BROWN, P. *Patrimonia pauperum. Patrimonies of the poor. Wealth and conflict in the Churches of the sixth century. In: Through the eye of a needle: wealth, the fall of Rome, and the making of Christianity in the West, 350–550 AD.* Woodstock: Princeton University Press, 2012, p. 481-502, p. 485. Sobre os *pauperes*: DEVROEY, J.-P. **Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles).** Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006, p. 320-327.

⁶ A divisão tripartite foi parcialmente abordada no I concílio de Tarragona de 516 (c. 8), mas foi melhor esmiuçada no I concílio de Braga de 561 (c. 7), realizado no reino dos Suevoes (integrado ao reino dos Visigodos em 585): “VII. De rebus ecclesiae. [De rebus ecclesiasticis quot portiones fiant.] Item placuit, ut ex rebus ecclesiasticis tres aequae fient porciones, id est una episcopi, alis clericorum, tertia in recuperationem vel in luminaria ecclesiae; de qua parte sive archipresbyter sive archidiaconus illam administrans episcopo faciat rationem”. Depois, essa divisão foi retomada em outras atas de concílios hispânicos, como de Toledo IV de 633 (c. 33) e de Toledo IX de 655 (c. 6). Na ordem em que foram aqui citados, os cânones podem ser consultados nas páginas: **Concilia Visigóticos e Hispano-romanos.** Ed. VIVES, J. Barcelona: 1963, p. 36; 72; 204 e 301.

⁷ Como é estipulado na ata do IV concílio de Toledo de 633, numa mensagem para os bispos: “XXXII. Episcopi in protegendis populis ac defendendis inpositam a Deo sibi curam non ambigant (...)”. **Los concilios...**, p. 204.

⁸ A alienação podia no entanto, sob condições, ser autorizada. É o que demonstra Flechner ao analisar as cartas de Gregório Magno. Ela era aceita, por exemplo, quando devolviam-se terras obtidas pela Igreja de forma ilícita. Para isso, era necessária uma autorização institucional. Flechner observa, em compensação, que a alienação individual, por clérigos, presbíteros e padres, sem autorização institucional (como da cúria romana e/ou de novas normas), era tradicionalmente condenada. FLECHNER, R. *Moral restraints on wealth accumulation on papal estates in the long sixth century: revisiting Pope Gregory’s policies on alienating and ceding church property.* **Early Medieval Europe**, v. 33, n. 1, p. 50-70. 2024, p. 53. Sobre o abuso: BELLOMO, B. *Abusi nell’economia di carità.* In: MARINO, R.; MOLÈ, C.; PINZONE, A. **Poveri Ammalati e Ammalati Poveri. Dinamiche socio- economiche, Transformazioni Culturali e Misure Assistenziali Nell’Occidente Romano in Età Tardoantica.** Catania: Edizioni del Prisma, 2005, p. 449-463, especialmente p. 458-460.

⁹ Os “servos” não são iguais aos demais “bens” da Igreja. Embora deveriam ser serviços às igrejas, como seres humanos, os servos dotavam de agência individual e de um poder de escolha, ainda que limitado por seu estatuto social, sobre sua mobilidade, seu destino, suas ações. Nesse sentido, eles não podem ser iguais aos bens móveis, imóveis ou mesmo aos demais seres vivos que as igrejas detinham (os animais). Sobre o estatuto dos servos: FLECHNER, R.; FONTAINE, J. *The admission of former slaves into churches and monasteries: reaching behind the sources.* **Early Medieval Europe**, 29, 4, p. 586-611. 2021.

puta envolve construir novas normas sobre o controle e o acesso à riqueza material produzida pelas sociedades. Assim, este breve capítulo se beneficia de uma reflexão maior que temos desenvolvido no grupo de pesquisa.

A documentação

As VPM são uma hagiografia finalizada em 680, redigida por um diácono não identificado da diocese de Mérida. A obra cobre o período de 530-632 e se concentra sobre a atuação dos bispos da diocese, particularmente Masona (c. 571-605).¹⁰ O texto revela do cotidiano da igreja, de práticas dos clérigos como a construção de *xenodochia* e a manumissão de servos, e das relações do clero com a comunidade local e as autoridades políticas. O principal propósito da obra era promover a devoção aos bispos de Mérida pelos fiéis, além de fortalecer a comunidade eclesiástica, como diante de conflitos com as autoridades políticas, e reivindicar o controle da diocese sobre seus bens e suas fundações eclesiásticas.¹¹

Outro tipo documental que utilizarei são as atas. Elas registram decisões tomadas nos concílios episcopais e tinham a finalidade principal de organizar as igrejas. Nos concílios, os bispos resolviam disputas judiciárias e doutrinárias dos clérigos, normatizavam a conduta clerical e tratavam da gestão dos bens eclesiásticos, por exemplo.¹² O formato dos concílios era diverso, e isso impacta a perspectiva proporcionada pelas atas. Eles podiam reunir bispos de uma mesma província eclesiástica, produzindo atas com destinação regional, ou bispos de diversas províncias, gerando atas com uma perspectiva suprarregional ou geral das igrejas.¹³

Embora as VPM e as atas conciliares possuam escalas distintas, é possível articulá-las quando seus conteúdos apresentam datação aproximada; quando citam-se, nos textos, os mesmos indivíduos, espaços ou grupos, e quando os responsáveis pelos documentos tratam das mesmas práticas sobre os bens da Igreja. Como pretendo demonstrar, é possível visualizar uma conexão entre as polêmicas

¹⁰ GROTHERR, K. Between Royal Power and Legitimacy – The Bishops of Mérida (6th–7th c.). In: ARIAS, P. P.; PANZRAM, S. (orgs.). **Bishops under Threat. Contexts and Episcopal Strategies in the Late Antique and Early Medieval West**. Berlin: De Gruyter, 2023, p. 55-81, p. 56-57.

¹¹ SANOK, C. Hagiography. In: JAHNER, J.; STEINER, E.; TYLER, E. M. (orgs.). **Medieval Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 420-436, p. 423; 432. Sobre os *topoi* da VPM, particularmente ao falar do rei Leovigildo: ACERBI, S.; TEJA CASUSO, R. The Image of Leovigild as Arian Monarch in the ‘Vitas Patrum Emeritensium’: From Historical Reality to Hagiographical Deformation. In: RABANEDA, P. U. (ed.). **Writing History in Late Antique Iberia. Historiography in Theory and Practice from the 4th to the 7th Century**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022, p. 293-306, p. 298-301.

¹² FIREY, A. Early medieval canon law. In: WEI, J. C.; WINROTH, A. (orgs.). **The Cambridge History of Medieval Canon Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 32-45, p. 39. STOCKING, R. L. Introduction. In: **Bishops, Councils and Consensus in the Visigothic Kingdom, 589-633**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000, p. 1-25.

¹³ TANNER, N. Church councils. In: WEI, J. C.; WINROTH, A. (orgs.). **The Cambridge History of Medieval Canon Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 192-207, p. 199. Embora trate da Gália, também é informativo sobre os concílios bárbaros: HALFOND, G. *Cum consensu omnium*: Frankish Church Councils from Clovis to Charlemagne. **History Compass**, 5, p. 539-559. 2007, p. 541.

locais de Mérida em torno da alienação dos bens diocesanos e as decisões tomadas pelos bispos nos concílios contemporâneos.¹⁴

As disputas em torno da alienação dos bens da Igreja na Hispânia visigótica

O patrimônio da Igreja incluía bens imóveis, como a igreja episcopal; os santuários e as basílicas, além de terras, fossem elas cultiváveis ou não. Ele ainda incluía bens móveis, como o mobiliário; as peças de cera para a iluminação, os tesouros; as relíquias; as vestimentas e os itens de alimentação. A Igreja também possuía animais. E, como afirmei, ela contava com servos, que lhe deveriam prestar serviços, como o trabalho nos campos de cultivo. O patrimônio era obtido de diversas formas, como pela doação *pro anima*.¹⁵

Na primeira metade do século VI, os bispos da Hispânia expressaram nas atas uma preocupação em conservar o patrimônio diocesano. Alguns princípios estavam bem marcados na documentação conciliar, como: a separação entre o que era da Igreja e o que era bem privado dos clérigos e a premissa de que qualquer diminuição do patrimônio eclesiástico pelo clero não prevista nas regras – i.e., nas práticas assistenciais, na manutenção dos edifícios eclesiásticos ou na subsistência do clero – deveria ser seguida de restituição.

No início do século VI, os bispos hispânicos cerceavam especialmente, nas atas, a usurpação que eles próprios, episcopos, poderiam fazer dos bens diocesanos. Assim, previu-se no I concílio de Tarragona de 516 (c. 12), cuja ata foi assinada por dez bispos, a maioria deles vinda da província Tarraconense, que, na morte de um bispo, deveria ser feito um inventário da diocese, para verificar se o morto tinha cometido algum tipo de alienação (fala-se de roubo: *auferat*). Os bispos estabeleceram que o próprio clero diocesano (i.e., os arqui-diáconos, arquipresbíteros, primicérios etc.) poderiam fazer o inventário e julgar a atuação do bispo morto.¹⁶ A preocupação com a atuação episcopal se justificava pela extensão dos poderes dos bispos sobre os bens eclesiásticos: eles eram os principais administradores do patrimônio diocesano. Temiam-se não só práticas episcopais de alienação, mas também o interesse dos familiares dos bispos, na falta de um testamento, em tomar os bens da Igreja.¹⁷

¹⁴ Sobre a articulação de escalas no estudo dos fenômenos históricos: MAUREL, C. La world/global history. Questions et débats. *Vingtième siècle. Revue d'Histoire*, n. 104, p. 153-166. 2009, p. 158.

¹⁵ ANGENENDT, A. *Donationes pro anima: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy*. In: DAVIS, J.; MCCORMICK, M. (orgs.). **The long morning of Medieval Europe: new directions in early medieval studies**. New York: Routledge, 2016 (1ª ed. 2008), p. 131-154.

¹⁶ “XII. Ut si episcopus intestatus obierit, inventarium de rebus eius clerici faciant et nullus exinde aliquid auferat. Sicubi defunctus fuerit episcopus intestatus, post depositionem eius a presbyteris et diaconibus rebus ipsius brevis fideliter conscribatur a minimo usque ad maximum, id est de utensilibus vel omni superlectile, ita tamen ut si quis exinde vel praesumpsisse vel occulte fuerit tulisse convictus, secundum furti tenorem restituat universa”. **Los concílios...**, p. 88.

¹⁷ SCHEIBELREITER, G. Church structure and organisation. In: FOURACRE, P. (org.). **The New Cambridge Medieval History. Vol. 1 c. 500–c.700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 675-709, p. 699.

III JORNADA DE CORRUPTIONE

Contudo, a partir da década de 540, opera-se uma mudança, pela qual os bispos hispânicos passam a excluir o restante do clero da capacidade de fazer o inventário da diocese após a morte de um episcopo. Essa nova política já fica evidente no concílio de Lérida de 546 (c. 16) e no II concílio de Valência de 549 (c. 3). Ambos provavelmente consistiram em concílios provinciais, respectivamente, da Tarraconense e da Cartaginense. Nessas atas, os bispos reafirmaram o risco de usurpação dos bens da Igreja pelos familiares de um bispo morto, mas trataram com ainda mais atenção do risco de alienação por parte dos clérigos. Assim, após a morte de um bispo sem testamento, eles estabeleceram que apenas outro bispo próximo ou o arcebispo do território poderia fazer o inventário da diocese, separando o que era do bispo morto do que era da Igreja e, subentende-se, julgando se o falecido tinha cometido alienação.¹⁸ Assim, os bispos hispânicos usaram da legislação conciliar para cercar a capacidade do resto do clero de vigiar a conduta episcopal. Essa mudança nas atas foi estudada por Dell'Elicine.¹⁹

A partir da década de 580, no entanto, mais transformações ocorreram, as quais apontam para uma inflexão na história da alienação dos bens da Igreja na Hispânia visigótica. Proponho que essas transformações sejam visíveis não apenas nas atas conciliares, mas também nas fontes de nível local, como nas VPM. O autor das VPM conta que, em c. 580, o bispo Masona tomou a liberdade de entregar metade das rendas de Mérida a um *xenodochium*, i.e., um hospital que ele próprio havia fundado.²⁰ O problema decorrente dessa doação é que ela contrariava o princípio da divisão tripartite dos bens eclesiásticos, defendido ao longo dos séculos VI e VII nas atas conciliares. Surpreendentemente, contudo, não houve crítica da parte do escritor das VPM a essa prática do bispo Masona. As atas conciliares de a partir da década de 580 revelam que os bispos hispânicos, através de seus concílios, elaboraram normas que iam na mesma direção da prática de Masona descrita acima. O principal marco da política de flexibilização dos limites da alienação do patrimônio da Igreja é o c. 3 da ata do III concílio geral de Toledo de 589. Nele, os bispos estabeleceram que eles próprios poderiam alienar os bens diocesanos, desde que isso não ameaçasse a sobrevivência das dioceses e que a entrega de bens fosse feita em proveito de outras comunidades eclesiásticas, como mosteiros e paróquias, sob a sua jurisdição.²¹

¹⁸ Em Lérida: "(...) his cui domus comissa est, subiunctis sibi cum consilio clerici uno vel duobus fidelissimis, omnia usque ad tempus pontificis substituendi debeat conservare (...)". Em Valência: "Ut propinqui morientis episcopi de rebus eius nicil usurpent sine metropolitani et conprovincialium conscientia (...) usque ordinationem futuri expectent antestitis aut certe si longum fuerit ad metropolitani, ut dictum est, recurrant". **Los concílios...**, p. 59-60; 88.

¹⁹ DELL'ELICINE, E. El obispo como administrador: poder episcopal, clero y patrimonio diocesano en el Reino Visigodo (589-711). **Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**, n. 52, p. 34-44. 2018, p. 37.

²⁰ "[580] Sed his omnibus beneficiis adiciens maiora precepit medicis ut sagaci sollicitudine gererent curam ut de omnibus exeniis ab uniuersis actuaras ex omni patrimonio ecclesie in atrium inlatis medietatem acciperent, ut eisdem infirmis deferrent". **Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium**. Ed. SÁNCHEZ, A. M. Turnhout: Brepols, 1992, p. 51.

²¹ "III. Ut ne quis extra necessitatem rem ecclesiae alienet. Haec sancta synodus nulli episcoporum licentiam tribuet res alienare ecclesiae, quoniam et antiquioribus / canonibus prohibentur; si quid vero quod utilitatem non gravet ecclesiae pro suffragio monachorum vel ecclesiis ad suam parochiam pertinentium dederint, firmum maneat; peregrinorum vero vel clericorum et egenorum necessitati salvo iure ecclesiae praestare permittuntur pro tempore quo potuerint. **Los concílios...**, p. 126.

A decisão de 589 tinha precedentes: ela pode ser comparada com a cláusula 54, 2 das *Novelas* de Justiniano, do século VI, do Império Bizantino. A norma imperial autorizava trocas de bens entre comunidades eclesíásticas, desde que a permuta fosse vantajosa a ambas as casas, que houvesse autorização por *decretum* e a anuência do arcebispo.²² Contudo, na maneira em que foi elaborada, a decisão de 589 na Hispânia propiciava a criação de redes locais de influência especificamente pelos bispos. As comunidades favorecidas pelas práticas de alienação na Hispânia criariam uma relação de débito e de dependência para com os episcopos que lhes tivessem agraciado, como no caso do *xenodochium* fundado por Masona. Curiosamente, inclusive, o primeiro bispo da lista a assinar a ata de 589 e a ratificar a mudança sobre a alienação foi Masona.²³

De 580 adiante, as VPM dão mais exemplos de como Masona tinha liberdades inusuais sobre os bens eclesíásticos, como ao decidir em 605 libertar servos que podiam ser da sua diocese e lhes conceder algumas posses.²⁴ Segundo as atas do século VI, essa seria uma forma de alienação, pois a manumissão deveria ser seguida de uma compensação material à Igreja vinda do patrimônio privado do responsável pela libertação.²⁵ As VPM contam que a manumissão ordenada por Masona foi criticada pelo arqui-diácono Eleutério de Mérida, que teria tentado reaver as posses dadas aos servos.²⁶ O registro da reação de Eleutério nas VPM pode apontar para uma resistência do resto do clero diocesano às novas excepcionalidades reivindicadas, tanto a nível local quanto a nível conciliar, pelos bispos sobre a administração do patrimônio da Igreja na Hispânia.

No século VII, medidas continuaram a ser estabelecidas nas atas de modo a estender o poder episcopal sobre os bens da Igreja. Os episcopos afirmaram, por exemplo, na ata do IV concílio geral de Toledo de 633 (c. 68), que bispos poderiam manumitir servos diocesanos, desde que houvesse restituição patrimonial para a Igreja e um acordo por escrito de outros bispos.²⁷ Portanto, a manumissão ficaria apenas a cargo do bispo e somente outros bispos poderiam dar o seu aval para essa

²² **Corpus Iuris Civilis. Volumen Tertium. Novellae.** Eds. KROLL, W.; SCHOELL, R. Monumenta Germaniae Historica. Berlim: Weidmann, 1895, p. 307-308.

²³ “Masona in Christi nomine ecclesiae catholicae Emeretensis metropolitanus episcopus provinciae Lusitanae his constitutionibus, quibus in urbem Toletanam interfui, annuens subscripsi”. **Los concilios...**, p. 136.

²⁴ Não há como dizer com certeza se os servos em questão pertenciam a Mérida ou a Masona. “[c. 605] Post aliquantis autem diebus accidit ut sanctus Masona episcopus puerulis, qui ei fidelem exhibuerant seruitium, libertatis cartulam conscriberet et pro confirmandas eorum libertates aliquam partiunculam pecuniolae tribueret aut certe exiguas possessiunculas conferret”. **Vitas...** p. 95-96.

²⁵ O princípio de compensação com patrimônio próprio em caso de manumissão de servos foi defendido, por exemplo, no concílio provincial de Sevilha de 590. O caso foi estudado por: DELL’ELICINE, 2018, p. 36-37.

²⁶ “At ubi arcidiacono [Eleutério] iam dicto nuntiatum est... statim supradictos puerulos arcessiuit et quicquid illis ueraciter a sancto fuisset inlatum episcopo requisiiuit. Qui quum illi ueraciter dixissent, excitatus in furia cepit eis minans turbulenter pretendere terrores ac dicere: “Videte, quod accepistis bene conseruate; nam si miki omnia intemerata quum requisiero non resertaueritis, scitote uos grauissimis suppliciiis fore excrucianos””. **Vitas...** p. 95-96.

²⁷ “LXVIII. De discretionem manumissorum ecclesiae. Episcopus qui mancipium iuris ecclesiae non retento ecclesiastico patrocinio manumitti desiderat, duo meriti eiusdem et peculii coram consilio ecclesiae, cui praeminet, per commutationem subscribentibus sacerdotibus offerat, ut rata et iusta inueniatur definitio commutantis; tunc enim liberam manumissionem sine patrocinio ecclesiae concedere poterit, qui eum quem libertati tradere disponit iam iuri proprio adquisiuit”. **Los concilios...**, p. 214.

forma de liberação dos servos da Igreja.

Considerações finais

A partir dos anos 540, na Hispânia visigótica, houve uma política de restrição sobre os setores do clero que detinham o poder de denunciar e julgar práticas de alienação dos bens diocesanos. A partir dos anos 580, e no século VII adentro, os bispos hispânicos matizaram a noção de alienação, delineando condições para permitir, a si próprios, a aceitação dessa prática. Este estudo mostra que os contornos da definição da corrupção ou da alienação dos bens eclesiásticos podiam se mover, não sendo imutáveis. O movimento que se fez nos concílios hispânicos parece corroborar a conclusão obtida por Flechner, ao estudar o problema da alienação dos bens da Igreja nas cartas do papa Gregório Magno, entre 592-599, e na legislação imperial (tanto do antigo Império Romano Ocidental quanto do Império Bizantino). Delinearam-se, na Hispânia visigótica, normas semelhantes àquelas que Flechner identificou, quais sejam: de que a alienação podia ser autorizada quando partisse de vias institucionais (representadas, na Hispânia, pela autoridade dos bispos) e quando os bens não saíssem da esfera eclesiástica.²⁸

Referências

Fontes

CONCILIOS Visigóticos e Hispano-romanos. Ed. VIVES, José. Barcelona: 1963.

CORPUS Iuris Civilis. Volumen Tertium. Novellae. Eds. KROLL, Wilhem; SCHOELL, Rudolf. Monumenta Germaniae Historica. Berlim: Weidmann, 1895.

LEX Romana Visigothorum. Ed. HÄNEL, Gustav. Leipzig: Sumptibus et typis B. G. Teubneri, 1849.

VITAS Sanctorum Patrum Emeretensium. Ed. SÁNCHEZ, A. Maya. Turnhout: Brepols, 1992.

²⁸ FLECHNER, 2024, p. 53-54.

Bibliografia

ACERBI, Silvia; TEJA CASUSO, Ramón. The Image of Leovigild as Arian Monarch in the 'Vitas Patrum Emeritensium': From Historical Reality to Hagiographical Deformation. *In*: RABANEDA, Purificación Ubric (ed.). **Writing History in Late Antique Iberia. Historiography in Theory and Practice from the 4th to the 7th Century**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2022, p. 293-306.

ANGENENDT, Arnold. *Donationes pro anima*: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy. *In*: DAVIS, Jennifer; MCCORMICK, Michael. (orgs.). **The long morning of Medieval Europe: new directions in early medieval studies**. New York: Routledge, 2016 (1ª ed. 2008), p. 131-154.

BELLOMO, Barbara. Abusi nell'economia di carità. *In*: MARINO, Rosalia; MOLÈ, Concetta; PINZONE, Antonino. **Poveri Ammalati e Ammalati Poveri. Dinamiche socio-economiche, Trasformazioni Culturali e Misure Assistenziali Nell'Occidente Romano in Età Tardoantica**. Catania: Edizioni del Prisma, 2005, p. 449-463.

BROWN, Peter. Patrimonia pauperum. Patrimonies of the poor. Wealth and conflict in the Churches of the sixth century. *In*: **Through the eye of a needle**: wealth, the fall of Rome, and the making of Christianity in the West, 350–550 AD. Woodstock: Princeton University Press, 2012, p. 481-502.

DELL'ELICINE, Eleonora. El obispo como administrador: poder episcopal, clero y patrimonio diocesano en el Reino Visigodo (589-711). **Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**, n. 52, p. 34-44. 2018.

DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles)**. Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006.

FLECHNER, Roy; FONTAINE, Janel. The admission of former slaves into churches and monasteries: reaching behind the sources. **Early Medieval Europe**, v. 29, n. 4, p. 586-611. 2021.

FLECHNER, Roy. Moral restraints on wealth accumulation on papal estates in the long sixth century: revisiting Pope Gregory's policies on alienating and ceding church property. **Early Medieval Europe**, v. 33, n. 1, p. 50-70. 2024.

GROTHERR, Kevin. Between Royal Power and Legitimacy – The Bishops of Mérida (6th– 7th c.). *In*: ARIAS, Pablo Poveda; PANZRAM, Sabine. (orgs.). **Bishops under Threat. Contexts**

and Episcopal Strategies in the Late Antique and Early Medieval West. Berlin: De Gruyter, 2023, p. 55-81.

HALFOND, Gregory. *Cum consensu omnium: Frankish Church Councils from Clovis to Charlemagne.* **History Compass**, 5, p. 539-559. 2007.

MAUREL, Chloé. La world/global history. Questions et débats. **Vingtième siècle. Revue d'Histoire**, n. 104, p. 153-166. 2009.

PADOA-SCHIOPPA, Antonio. Hierarchy and Jurisdiction: Models in Medieval Canon Law. *In: Studi sul Diritto Canonico Medievale.* Spoleto: CISAM, 2017, p. 31-46.

PASQUINO, Gianfranco. Corrupção. *In: BOBBIO, Norberto; MANTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política.* Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, [1ª ed. 1983], p. 291-293.

SANOK, Catherine. Hagiography. *In: JAHNER, Jennifer; STEINER, Emily; TYLER, Elisabeth M. (orgs.). Medieval Historical Writing.* Cambridge: Cambridge University Press 2019, p. 420-436.

SCHEILBELREITER, Georg. Church structure and organisation. *In: FOURACRE, Paul. (org.). The New Cambridge Medieval History. Vol. 1 c. 500–c.700.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 675-709.

STOCKING, Rachel L. **Bishops, Councils and Consensus in the Visigothic Kingdom, 589-633.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.

WEI, John C.; WINROTH, Anders. (orgs.). **The Cambridge History of Medieval Canon Law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

WOOD, Ian. Creating a 'temple society' in the early medieval west. **Early Medieval Europe**, v. 29, n. 4, p. 462–486. 2021.

WOOD, Ian. Entrusting Western Europe to the Church, 400-750. **Transactions of the Royal Historical Society**, n. 23, p. 37-73. 2013.

4. O “PAGANISMO” COMO INSTRUMENTO DE CORROSÃO DA CRISTANDADE (GALIZA, SÉC. V E VI)

Kauan Cândido Silva¹

Resumo

Esta comunicação resulta de um projeto de Iniciação Científica que tem como objetivo analisar um problema político-religioso localizado na Galiza sueva. A partir da historiografia e de fontes documentais tentaremos compreender a sacralização do poder régio suevo a partir de estratégias e discursos eclesiásticos que pretendem, por meio de argumentos religiosos, instituir a rejeição ao “outro”, a fim de combater a “corrosão” da sociedade cristã. Para tanto, utilizaremos como fonte primária o “De correctione rusticorum”, um sermão atribuído a Martinho de Braga, direcionado à erradicação do paganismo, para tentar compreender essas estratégias discursivas.

Palavras-chave: corrupção, Martinho de Braga, Galiza sueva.

Abstract

This paper is the result of a Scientific Initiation project which aims to analyze a political-religious problem located in Galicia. Based on historiography and documentary sources, we will try to understand the sacralization of Swabian royal power based on ecclesiastical strategies and discourses which, through religious arguments, sought to institute the rejection of the “other” in order to combat the “corrosion” of Christian society. To this end, we will use “De correctione rusticorum”, a sermon attributed to Martin of Braga, aimed at eradicating paganism, as our primary source, in order to try to understand these discursive strategies.

Keywords: corruption, Martin of Braga, Swebian Galicia.

¹ Licenciando em História pela Universidade de Brasília (UnB).

III JORNADA DE CORRUPTIONE

Com a queda do Império Romano, a partir do século V, surge uma série de monarquias “bárbaras”, as quais inserem no território uma nova cultura política, social e religiosa. O reino suevo foi um desses principados, que, estabelecidos na Península Ibérica, especificamente na Galiza, alcançaram influência política e religiosa na região, entre os séculos V e VI. Os suevos foram bastante negligenciados pela historiografia, dada a falta de fontes históricas e pela concorrência de monarquias mais influentes, como a visigoda e a franca. Com exceção da crônica de Idácio,² não há praticamente registro da produção de documentos após o assentamento dos suevos na região, marcando-se apenas um certo ressurgimento documental a partir do século VI, sendo boa parte de autoria do bispo Martinho de Braga (520-580).

Mesmo sem tradição monárquica e política centralizada, os suevos foram capazes de delimitar seu território e fortalecer sua presença a partir da criação de uma corte, a qual simbolizava a capacidade política da realeza. Nesse sentido, a corte sueva foi caracterizada principalmente pelo protagonismo da igreja católica galega na estruturação, hierarquização e organização do espaço físico do reino. A conversão de monarcas suevos ao cristianismo costuma ser considerada como elemento essencial para a formação desse povo e de sua miscigenação com os galegos, o que propiciaria o surgimento de uma aristocracia galega. O traço “essencial” cristão servirá, por consequência, para classificar como “pagãos” os costumes galaico-romanos anteriores a esse período. De todo modo, não se deve perder de vista que historicamente ocorreu um processo de apropriação das manifestações “pagãs” pré-existentes.³

A associação entre as forças políticas “bárbaras” e a ideologia cristã começou no século V, com o rei Requiário, tendo se adensado no século VI. Tal aproximação tem sido considerada como unificação religiosa e social, a fim de facilitar a construção de uma política legitimadora no reino suevo. Nessa perspectiva, haveria uma dependência social da população para com a igreja, com forte secularização do clero, que adentrou a esfera administrativa, manipulando as classes mais baixas, o que teria facilitado a sua conversão ao cristianismo. A elite eclesiástica pretendia elevar o seu credo a uma posição predominante, depois do desmantelamento do Império Romano, enquanto a elite sueva buscava legitimar seu poder na Península Ibérica. Assim, por esse viés, se estabelecia uma relação dualista, onde o corpo e a alma correspondiam, respectivamente, à monarquia e à igreja. Essa vinculação seria institucionalizada por meio de uma doutrinação religiosa difundida também pela monarquia.

Pelos registros documentais suevos podemos observar as dinâmicas sociais e políticas, principalmente no que tange às atividades proselitistas cristãs. A classificação de gentios – aldeões ou pessoas que vivem em vilas e aldeias – parte de um pressuposto religioso, com objetivos segregadores, que

² IDÁCIO DE CHAVES. *Crônica*. Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Universidade do Minho, 1982.

³ Para a história dos suevos, em geral, ver: FIOROT, Juliana Bardella. *Galiza, uma terra pagã*: Religiosidade e Religião no Discurso do *De Correctione Rusticorum* (Séculos V e VI). Dissertação de Mestrado UNESP, Assis, 2016;

busca identificar uma população que deve ser convertida. A Hispania fica dividida em duas partes: meridional, território mais cristão e romanizado; setentrional, menos romanizada e onde existem “outras” religiões. A Galiza correspondia à região setentrional, pouco cristianizada, e com forte presença de cultos e ritos que serão posteriormente classificados como “superstições”. O paganismo – termo para denominar religiões não cristãs – atingia todos os segmentos sociais da Galiza, uma condição que, para alguns pensadores medievais, se explicaria pela própria ruralização dos reinos bárbaros.

A organização da igreja na Galiza apresenta uma série de percalços, principalmente no que respeita à sobrevivência de “outras” religiões, e o forte sentimento de que essas crenças corroíam o modelo societário cristão. Nesse contexto, sobressai a figura de Martinho de Braga por sua atuação nas iniciativas de conversão das elites suevas ao cristianismo, entre as quais se destacam estratégias de catequização. Enviado à Galiza pelo imperador bizantino, Martinho de Braga foi o principal personagem desse processo. A conversão do reino suevo ao cristianismo era uma tentativa do Império Bizantino, de facilitar a conquista do território hispânico. Para tanto, recorreu a estratégias conciliares, realizadas em Braga, por meio de reuniões para reorganizar a igreja galega e controlar o território. Em termos ideológicos, a igreja se fixou na educação dos monarcas, e perseguiu qualquer crença que ameaçasse a fé cristã.

Como veremos a seguir, o corpus documental produzido por Martinho de Dume elucida sobre as relações de poder das autoridades eclesiásticas e políticas que buscavam normalizar o cristianismo e combater a corrupção do “bem comum”. O processo de reconhecimento do controle social e religioso da Galiza parte da análise da produção clerical, que, no caso de Martinho, pode ser categorizada em: morais, ascética-pastoral, canônica e outros. Os documentos considerados morais tinham o dever de se preocupar com os princípios e comportamentos do corpo clerical; as obras ascético-pastorais são sermões voltados aos mosteiros na Galiza, uma espécie de manual com o intuito de instruir tanto a igreja quanto os camponeses, nessa categoria temos o documento que será analisado, *De Correctione Rusticorum*;⁴ as obras canônicas são as atas bracarenses, resultado dos concílios de Braga, que além de seu caráter legislador permitem estudar o imaginário ideológico que a igreja buscava implementar.

Martinho de Braga, em carta a Polêmio de Astorga, apresentou o *De Correctione Rusticorum* (DCR), um sermão com diretrizes para erradicar o paganismo, o qual foi difundido, inicialmente, entre o próprio clero e, posteriormente, pregado ao povo suevo. O sermão consistia em uma determinação pastoral, que visava construir uma ortodoxia oficial, excluindo determinadas concepções e crenças não cristãs, por meio da condenação dos valores dessas populações rurais que deveriam ser substituídos por determinações ortodoxas. Essas limitações pretendiam minar a identificação do

⁴ MARTINHO DE BRAGA. *Instrução pastoral sobre superstições populares. De Correctione Rusticorum*. Edição, tradução, introdução e comentários de Aires A. Nascimento, com a colaboração de Maria João V. Branco. Lisboa: Cosmos, 1997.

povo com as antigas crenças, recorrendo a um discurso de combate à corrupção do bem e da fé cristã.

O corpo é a metáfora cristã usada na Idade Média para explicitar o modelo pelo qual se deve organizar a sociedade, mas que está sujeito a uma miríade de situações e de ações, negativas ou positivas, que afetam a realização do “bem comum” e da proteção do “público”. A sacralização do poder, por meio de uma religião que legitima um determinado tipo de sociedade, oferece uma concepção de “bem comum”, traduzida pelas relações sociais que são consideradas legítimas para gerenciar “o público”.

A proposta desta pesquisa é analisar o discurso aristocrático cristão, que se evidencia no sermão de Martinho de Braga, pelo qual se sacraliza o poder eclesiástico e régio suevo, em detrimento do “outro”. A princípio, se procuraram observar as lógicas discursivas empregadas para classificar o paganismo como instrumento de corrosão do modelo cristão de sociedade. O sermão utiliza a ressignificação de manifestações pagãs, como maneira de estigmatizar e reduzir tais práticas a um sintoma de desvio de índole.

Ademais, se identificarão as estratégias presentes no DCR, que pretendem proteger a sociedade da “corrupção”, e se procurará analisar o contexto social e político dos suevos apresentado pela historiografia, sem deixar de perceber em que medida os historiadores recorrem a explicações de cunho institucionalista. Em uma perspectiva mais culturalista, para o cristianismo, o problema da corrupção ocorre entre o corpo físico e o corpo espiritual, e as ocorrências que atingem a razão e a fé cristã, ao favorecerem interesses particulares, são corrosivas. O combate à corrosão do “bem comum”, no contexto suevo, se faria a partir da tentativa de substituição das crenças rústicas/pagãs pelos cristãos. Tal ímpeto fundamenta-se na autorregulação e no estabelecimento de vínculos “inquebrantáveis” entre a população e a igreja.

Apesar da vontade manifesta, a conversão do reino ao cristianismo não produziu uma homogeneização religiosa da Galiza, com ampla sobrevivência de práticas “pagãs”. Para Nathália Agostinho,⁵ tal situação pode ser observada nas fontes históricas, ora de caráter normativo-jurídico, como nas atas conciliares, ora de caráter pastoral, como no DCR.

A presença dessas fontes é o suficiente para identificar um projeto de normalização da sociedade cristã a partir de um corpus documental martiniano. A permanência e o adensamento desse projeto é fundamental para o detrimento do outro religioso, ao desqualificar e demonizar os pensamentos que possam desafiar a manutenção da política do “bem comum”. A construção dessa ideologia passa uma variedade de elementos religiosos, alicerçados por uma elite social cristã. O projeto, agora entendido como uma ideologia proselitista, condena a presença de aspectos culturais e regionais an-

⁵ XAVIER, Natália A. . As superstições no reino suevo: considerações sobre o estudo da rejeição do 'outro' religioso. In: X Encontro Internacional dos Estudos Medievais: diálogos ibero-americanos, 2013, Brasília. **Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais (EIAM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM)**. Diálogos Ibero-americanos, 2013. p. 172-179.

teriores na Galiza, a fim de criar um ambiente favorável para sistematização desse projeto, mesmo que, como citado, não houvesse uma aceitação homogênea do modelo cristão de sociedade.

Durante o processo de controle social e implementação do modelo social cristão, podemos identificar o resgate de uma herança clássica cristã. Essa recepção parte de pressupostos religiosos e sociais nos quais podem ser considerados elementos variados, muitas vezes de caráter particular. Martinho de Dume como autoridade letrada evidencia as restrições que ocorrem no cerne da hierarquia sueva, principalmente no que tange ao entendimento do sistema social e monárquico suevo.

O DCR como fonte elementar do proselitismo religioso configura-se inicialmente como resposta de Martinho de Braga ao bispo Polémio de Astorga, o qual buscava ajuda para enfrentar o paganismo da população rural. Martinho de Braga aconselha que será necessário o uso de uma linguagem mais rústica, ou seja, algo que facilite a comunicação entre os clérigos menores, que seriam responsáveis pela catequização e a população rural. Juntamente com o manual, há escritos que devem ser passados pelos clérigos, nos quais se resume desde a criação do mundo até o juízo final.

Partindo da queda de Lúcifer, um dos 7 arcanjos de Deus, para o inferno, a carta busca conceituar quem seria Satã, os seus discípulos e porque foram condenados ao submundo. Anjos transviados ou demônios, são os nomes usados no DCR para os seguidores de Lucifer, que foram punidos juntamente ao arcanjo por tentarem ser como Deus e assumir seu lugar. Ao abordar a criação, o intuito de Martinho é estabelecer uma narrativa imaginária com os pagãos, enquanto demoniza seus rituais e concepções não cristãs, culpando Satã e seus discípulos por terem persuadido o homem e o levarem à expulsão do paraíso. Um fato interessante é que no manual Martinho alega que foi o homem que transgrediu as ordens de Deus, contradizendo as concepções contemporâneas de que Eva fora a responsável pela expulsão.

Seguindo essa mesma lógica demonizante, Martinho alega que a adoração de ídolos e criaturas seria a causa do dilúvio e das pragas que assolaram a humanidade durante os séculos, quando somente os justos, como Noé, sobreviveram. Esses ídolos e criaturas seriam demônios que assumiam o papel de deuses, como: Júpiter, Vênus, Minerva, Mercúrio, Marte e outros. Os grandes adoradores eram os homens dos campos, rústicos, que adoravam e se fartavam à perdição, ao construírem templos para supostos patronos, e na ausência de Deus, cultuavam esses deuses com sacrifícios de animais e de humanos, além de oferendas em ouro e prata.

Buscando destacar a onipresença de Deus em todos os âmbitos da vida humana, Martinho descreve os sete dias da criação. O intuito é criticar a nomeação dos dias com nomes de deuses, que, para Martinho, seriam magos, inócuos e de má reputação. Nomes que na verdade cultuam os demônios e afastam do reino do céu e do descanso eterno. No manual é enfatizado que todos que transgredirem as normas de Deus, serão castigados no julgamento final, sendo os pecadores enviados para o fogo do inferno e torturados eternamente; enquanto os justos e fiéis a Cristo receberam o descanso eterno, vivendo juntamente com os anjos e os arcanjos.

III JORNADA DE CORRUPTIONE

Sendo as previsões somente dom de Deus, e qualquer outro augúrio, considerado fonte demoníaca e diabólica, Martinho busca criar um imaginário da salvação. Para tanto, alinhando tais preceitos a práticas funcionais, ele busca descrever o batismo, ritual cristão, como ferramenta na busca dessa salvação. O batismo seria um pacto com Deus, no qual, o batizado estaria jurando lealdade ao evangelho e o indivíduo que não se submeter estaria condenado juntamente com o diabo as trevas. Porém, mesmo que batizado, aquele que cometer crimes contra Deus também será condenado, a não ser que, verdadeiramente, se arrependa e jure cumprir os mandamentos de Deus, condenando todo e qualquer ritual pagão, pois não seria possível cultuar Deus e ídolos ao mesmo tempo.

Logo, o intuito do sermão é elucidar o clero da alta Idade Média relativamente às religiosidades pré-cristãs, por meio de um processo de aculturação das tradições pagãs. A medida do tempo, o trabalho do pequeno clérigo era estabelecer um vínculo com os rústicos, abarcando seus ritos e tradições e os modificando pouco a pouco. O trabalho lento e minucioso dava importância às formas antigas de religiosidade praticadas por aquela sociedade, apresentando novos significados extraídos do cotidiano, como a crença na relação causal entre as ações humanas e os desastres naturais.

Para Fiorot⁶ as populações rústicas buscavam legitimar essas crenças a partir de hierofanias, manifestações do sagrado, a partir da comunicação com o céu ou com objetos sagrados. Justamente, Martinho estabelecia relações entre essas religiões pré-cristãs e a adoração a espíritos malignos, estabelecendo preceitos cristãos para demonizar as manifestações religiosas tradicionais. Todavia, havia contestações dos galegos com a legitimidade dessa nova fé, e como ela poderia garantir que aquilo que pregavam era o correto, enquanto seus ritos e tradições, que efetivamente atendiam seus anseios, eram malignos.

A sistematização do processo de catequização é resultado da construção de um imaginário ideológico pelo DCR, capaz de classificar crenças e costumes dos suevos como prejudiciais ao “bem comum”. Esse imaginário criado pela igreja católica, entretanto, buscava se adaptar a certas simbologias da religião pagã, com o intuito de adentrar e combater o que considerava corroer a sociedade, para reconstruir sua hegemonia na península Ibérica baseado em um referencial simbólico que fosse assimilável pelas populações locais. Ora, o intuito era endossar seus preceitos a fim de criar um ambiente favorável para propagar o modelo de vida cristã, que condenava as crenças pagãs que ainda permaneciam vivas entre os galegos.

⁶ FIOROT, op. cit.

Referências

Fontes

MARTINHO DE BRAGA. Instrução pastoral sobre superstições populares. **De Correctione Rusticorum**. Edição, tradução, introdução e comentários de Aires A. Nascimento, com a colaboração de Maria João V. Branco. Lisboa: Cosmos, 1997.

Bibliografia

ANDRADE FILHO, Ruy de O. O Reino Visogodo: Catolicismo e Permanências Pagãs. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 15-50, jul/dez. 2012.

ARAUJO, Luan R. de. Pagãos, Hereges e Excomungados: Uma Análise dos Concílios I e II de Braga. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh- Rio**. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Campus Nova Iguaçu. p.1-10, agosto, 2016.

BASTOS, Mário Jorge Motta. Hegemonia e Religiosidade no Reino Suevo (Séculos V/VI). **Revista de História da UNIABEU**, Volume 4, Número 7, p. 91-111, julho - dezembro de 2014.

COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Caliandra/ ICH-UnB, 2024.

FIOROT, Juliana Bardella. **Galiza, uma terra pagã: Religiosidade e Religião no Discurso do De Correctione Rusticorum (Séculos V e VI)**. Dissertação de Mestrado UNESP, Assis, 2016.

GAZZOTI, Danilo Medeiros. **Que todos os Suevos Regressem a sua Autoridade Régia: A Construção de uma Identidade Monárquica Sueva Durante o Século V**. Tese de Doutorado Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; Geltner, G. (Org.). **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford University Press, 2018

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

RUST, Leandro Duarte. A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 15, n. 38, 2022, p. 201-230.

III JORNADA DE CORRUPZIONE

SILVA, Leila Rodrigues da. O Corpus Documental Para o Estudo do Reino Suevo: Possibilidades e Limites de uma Abordagem Histórica. **Revista Signum**, vol. 17, n. 1. Maio-Julho 2016.

SILVA, Leila R. da; XAVIER, Nathalia Agostinho. Aspectos da Ortodoxia no Reino Suevo: Considerações sobre o De Correctione Rusticorum. **Brathair: Revista de Estudos Celtas e Germânicos**. v. 13 n. 2 P, 1 - 13. 2013.

XAVIER, Nathalia A. . As superstições no reino suevo: considerações sobre o estudo da rejeição do 'outro' religioso. In: X Encontro Internacional dos Estudos Medievais: diálogos ibero-americanos, 2013, Brasília. **Atas do X Encontro Internacional de Estudos Medievais (EIAM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM)**. Diálogos Ibero-americanos, 2013. p. 172-179.

XAVIER, Nathalia A. A Ação Pastoral e o Combate às Superstições e Idolatrias no Sermão De Correctione Rusticorum. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento Histórico e Diálogo social. Natal - RN. P, 1- 17, 22 a 26 de Julho, 2013.

5. O “CORPO POLÍTICO” DE CHRISTINE DE PIZAN

Corrosão das virtudes e mau governo (século XV)

Marcelo dos Santos Solon¹

Resumo

O objetivo desta comunicação é apresentar os andamentos de uma pesquisa de iniciação científica centrada na figura de Christine de Pizan, importante filósofa e escritora da França medieval, e em sua obra “Corpo Político”, para compreender o que a autora entende como corrupção e, ao mesmo tempo, contrastar tal percepção com a historiografia especializada na autora e no problema da corrupção. O projeto se insere na linha de pesquisa “Corrupção na Idade Média como problema político”.

Palavras-chave: Teoria da Corrupção; Christine de Pizan; História Política.

Abstract

The objective of this paper is to present the progress of a scientific research project focused on Christine de Pizan, an important philosopher and writer from medieval France, and her work “Corpus Politicum,” in order to understand what the author means by corruption and, at the same time, contrast this perception with the historiography dedicated to the study of the author and the problem of corruption. The project is part of the research line “Corruption in the Middle Ages as a political problem.”

Keywords: Corruption Theory; Christine de Pizan; Political History.

¹ Graduando de Licenciatura em História pela Universidade de Brasília; bolsista PIBIC 2024/2025.

III JORNADA DE CORRUPTIONE

Christine de Pizan foi uma filósofa, escritora e teórica política italiana, mas criada na França, que viveu entre os séculos XIV e XV. A sua vida como escritora aflora após as abruptas mortes de seu marido e de seu pai. Precisando sustentar a família, Pizan inicia sua prolífera vida como escritora com poemas, voltando-se em seguida para a Filosofia, na corte de Carlos VI. Christine é uma das escritoras mais famosas nos estudos medievais, devido à grande quantidade de obras que sobreviveu ao tempo, possibilitando a realização de pesquisas sobre gênero, política e literatura na Idade Média, sendo sua obra mais famosa, a “Cidade das Damas”,² onde a autora cria uma cidade utópica que tem como centro político, cultural, social e econômico as mulheres, revelando-se, justamente por isso, perfeita para o gênero feminino. Entretanto, neste meu projeto de iniciação científica, estou focado em outra obra de Pizan, no livro “Corpo Político”,³ onde a autora discorre sobre o modelo ideal de governo. O “Corpo Político” é estruturado em 3 (três) livros, cada um dedicado a uma parte desse “corpo”. A primeira, ao rei e aos príncipes. A segunda, aos nobres e guerreiros, considerados membros superiores. E, por fim, a terceira, às “pessoas comuns”⁴, sendo esta dividida em outras três partes: estômago (clérigos), pernas (comerciantes) e pés (agricultores). No livro, Christine assinala a interdependência entre as partes, bem como a importância de reconhecer o valor daqueles que seriam os pés e as pernas, responsáveis por sustentar o resto. Nas palavras dela:

Esses três tipos de estado devem formar uma política como um corpo vivo, de acordo com as palavras de Plutarco que, em uma carta que enviou ao imperador Trajano, comparou a política a um corpo com vida. Lá, os príncipes ocupam o lugar da cabeça na medida em que são ou deveriam ser soberanos e deles deveriam provir instituições particulares, assim como da mente de uma pessoa brotam as ações externas que os membros realizam. Os cavaleiros e nobres ocupam o lugar das mãos e dos braços. Assim como os braços de uma pessoa precisam ser fortes para suportar o trabalho, eles têm o encargo de defender a lei do príncipe e do governo. São também as mãos porque, assim como as mãos afastam as coisas nocivas, devem afastar todas as coisas nocivas e inúteis. Os outros tipos de pessoas são como a barriga, os pés e as pernas. Assim como a barriga recebe tudo o que a cabeça e os membros preparam para ela, também a atividade do príncipe e dos nobres deve retornar ao bem público, como será melhor explicado posteriormente. Assim como as pernas e os pés sustentam o corpo humano, também os trabalhadores sustentam todos os outros Estados.⁴

Neste sentido, o meu trabalho foca no livro 1, dedicado à cabeça, para compreender o que a autora entende como virtude para reis e príncipes e, a partir dessa concepção, entender o que seria o contrário desse governo ideal e como essas virtudes são corrompidas. A minha pesquisa de iniciação

² PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Tradução por Luciana Deplagne. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

³ PIZAN, Christine de. **Book of the Body Politic**. Ed. and trans. Angus J. Kennedy. The Other Voice in Early Modern Europe: The Toronto Series, 86. Toronto: Iter Press, 2021. Tradução minha.

⁴ PIZAN, **Book of the Body Politic**, op. cit., p. 58.

científica está vinculada ao projeto “a corrupção na Idade Média como problema político”,⁵ que tem como objetivo o estudo da corrupção em um espectro mais amplo, que aborde as complexidades das diversas manifestações de poder na Idade Média e dialogue com as interpretações historiográficas sobre o período. Nessa linha de pesquisa, a corrupção é abordada em uma perspectiva complexa, sendo compreendida para além de um simples atentado ao bem-comum, numa concepção mais individualista e moralista da ação corruptiva. Aqui, a corrupção é entendida como um fenômeno poliforme, englobando o exercício do poder e das lógicas de dominação inseridas no espaço-tempo do objeto de pesquisa. Para tal, contrastarei a fonte primária com a historiografia para compreender o que é corrupção para Christine de Pizan e como ela se manifesta relativamente à cabeça do Corpo Político, isto é, o rei.

A Idade Média é um período frequentemente considerado como especialmente marcado pela corrupção, causada pela ausência, ou fragmentação, do Estado. Nesse sentido, a obra de Pizan oferece outra visão, ao revelar uma apurada noção contrastante entre o que considerava ser a virtude e a honra frente a condutas impróprias para reis, nobres e “pessoas comuns”.

A questão de gênero é transversal a todas as obras de Pizan e, no “Corpo Político”, sempre que se refere a boas ações virtuosas, resgata autores e, principalmente, mulheres da Antiguidade Clássica. Tal perspectiva da autora permite refletir sobre aspectos que normalmente são atribuídos ao Renascimento,⁶ mas que são amplamente desenvolvidos por Pizan no século XIV. Ainda no que se refere às relações de gênero, ela reconhece os preconceitos e estereótipos que a atingem como mulher, escritora e teórica política, mas usa-os como ferramentas construtivas em sua dialética. Ela argumenta que a visão feminina possibilita a renovação da filosofia política, necessária para manter o corpo político saudável. Assim inicia o livro:

Se é possível que a virtude possa nascer do vício, fico bem satisfeita por ser, neste aspecto, uma mulher apaixonada. Assim como um bom número de homens atribui ao sexo feminino a incapacidade de controlar ou silenciar os desbordamentos do coração, que agora a ousadia venha à tona, e que seja exibida, em vários rios claros, a fonte primitiva e inesgotável do meu coração, que não pode deixar de jorrar desejos de virtude.⁷

Ou seja, na dialética de Pizan, as mulheres devem assumir protagonismo, a partir de sua natureza. A estrutura política da sociedade em que Christine está inserida é pautada pela lógica corporati-

⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver: RUST, Leandro Duarte. A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 38, 2022. p. 201-230 e COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Calianira/ ICH-UnB, 2024.

⁶ Sobre a ideia de Renascimento e Idade Média, ver: COELHO, Maria Filomena. A “longa Idade Média”; reflexões e problemas. In: **Por uma longa duração**. Perspectivas dos Estudos Medievais no Brasil. VII Semana de Estudos Medievais. Brasília: Casa das Musas, 2010, p.59-76 e VIEIRA, Fábio Antunes. O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem. **UNIMONTES CIENTÍFICA**, Montes Claros/MG, v.12, n 1/2. p. 79-86.

⁷ PIZAN, **Book of the Body Politic**, op. cit., p. 57.

va, e a autora destrincha essa estrutura no começo do livro, explicando seu funcionamento. A base teórica de Pizan é formada, majoritariamente, por filósofos da Antiguidade, como Aristóteles e Plutarco, bem como por teólogos clássicos do cristianismo, como Santo Agostinho. O texto do “Corpo Político” tem características de manual, cuja redação recorre ao uso de verbos no imperativo e à ideia de uma receita para criação, desenvolvimento e manutenção das virtudes nutridas pela honra. Christine de Pizan começa o livro 1, dedicado à cabeça, orientando sobre a educação das crianças destinadas ao trono: os critérios de escolha dos mestres, a alimentação, o comportamento. A autora acredita que “a natureza da criança só pode ser disciplinada por meio do medo”,⁸ mas devem-se procurar outros métodos mais apropriados para a educação dos futuros governantes do que os “spancamentos severos”. Para ela, seria mais recomendado o uso de um “semblante ameaçador”. O príncipe precisa se acostumar com a autoridade que lhe é incumbida desde pequeno, mas sem jamais perder a humildade diante daqueles que governa. Tais atitudes são responsáveis por manter a honra do príncipe, que nutrem as virtudes necessárias para um bom governo.

A figura de linguagem mais utilizada pela autora é a metáfora, principalmente as que utilizam animais para exemplificar comportamentos ideais. Esse tipo de metáfora é comum no período medieval, quando proliferaram os bestiários. Apoiada na teoria de que as crianças aprendem por observação de bons exemplos, a autora defende que, ao chegar a certa idade, o príncipe deve ser separado das mulheres que o criaram para acompanhar a rotina de “nobres cavaleiros”, com os quais ele poderá aprender o bom comportamento de homens honrosos e virtuosos. A autora defende, ainda, que os príncipes devem buscar o título de imperador, pois este seria uma das maiores honrarias para um governante na época, ao resgatar exemplos do Império Romano.

Nesta análise inicial da obra é possível observar forte ênfase na necessidade dos príncipes lembrarem as qualidades saudáveis da cabeça para o Corpo Político. Por exemplo, Christine opina sobre a injustiça fiscal da França, ao tratar “do amor que o bom príncipe deve ter pelos seus súditos”. Assim, argumenta:

Em tal caso, os ricos devem sustentar os pobres; não é que os ricos devam ser isentos de impostos, como é o caso hoje, e os pobres sejam tributados mais do que nunca. É uma lei espantosa, se me permito dizer, com todo o devido respeito, a quem quer que desagrade, que isenta os ricos e os grandes oficiais do rei e os príncipes, que recebem suas posições exaltadas e poderosas do rei e seus senhores, e que podem facilmente arcar com a carga, enquanto os pobres, que não recebem nenhuma recompensa financeira do rei, são obrigados a pagar.⁹

Em outro momento, ao encerrar o livro 1, Pizan refere-se a Júlio César, para refletir sobre o desejo de louvor e glória. Como exemplo de virtude e justiça, a alma desse líder político teria sido levada para o paraíso e lá se tornara divina. Por analogia, a salvação operada pelo cristianismo é pautada nas

⁸ Ibidem, p. 61.

⁹ PIZAN, *Book of the Body Politic*, op. cit., p. 75.

obras, constituindo estas os objetivos principais que devem guiar a cabeça do corpo político a agir de maneira virtuosa.

Com a ampla base teórica que sustenta o livro, é possível, de acordo com Kate Forhan,¹⁰ tradutora do livro para a língua inglesa, identificar diferentes tipos de virtudes para Pizan: as cristãs (humildade, gentileza, piedade, castidade e misericórdia), clássicas (amor à glória, justiça e liberalidade) e humanistas (foco no aprendizado e na eloquência). A obra se destaca por tratar do conjunto do corpo político, diferentemente de outros “espelhos de príncipe”, que derivam a sua autoridade de autores da Antiguidade, com conteúdos morais e políticos a partir de relatos e histórias. A abrangência do corpo político é apreciada também em outras obras de Pizan, como “Cidade das Damas” e “o Tesouro da Cidade das Damas”, que, mesmo com divergências programáticas e objetivos diferentes, ainda se baseiam nessa lógica corporativa e na criação, desenvolvimento e manutenção da integridade desse corpo político. Nessas obras, o corpo político feminino constitui-se pela autoridade política da mulher em seus próprios termos e a partir de suas próprias necessidades. Entretanto, o gênero do corpo político carece de precisão teórica, pois Pizan não é muito clara em relação à binaridade dos sexos. Muitos estudiosos da filósofa apontam que tal abordagem faz parte da estratégia retórica da autora, que utiliza o masculino e o feminino como contrários essenciais e complementares, sendo um reflexo daquilo que a filósofa e teóloga estadunidense Prudence Allen chamaria de polaridade e complementaridade entre os sexos, argumentos presentes na teoria de diferenciação sexual para categorizar as relações entre os sexos na Baixa Idade Média.¹¹

A metodologia para desenvolver este projeto será a análise crítica da fonte com auxílio da bibliografia, apoiando-me nas ferramentas teórico-metodológicas propiciadas pela análise de discurso. Tentarei construir um diálogo entre a historiografia e a obra de Pizan, com especial foco no problema da corrupção. Com a definição de corrupção a partir da obra de Pizan, irei comparar o conceito definido pela autora com a percepção que se tem nos dias de hoje, a fim de identificar as possíveis rupturas e continuidades presentes no estudo do fenômeno da corrupção como problema político. Mediante a análise crítica da fonte em diálogo com a historiografia, espero contribuir para os estudos da teoria da corrupção, bem como para o conhecimento desse problema na Baixa Idade Média.

Referências

Fontes

PIZAN, Christine de. **Book of the Body Politic**. Ed. and trans. Angus J. Kennedy. *The Other Voice in Early Modern Europe: The Toronto Series*, 86. Toronto: Iter Press, 2021.

¹⁰ Ver: FORHAN, Kate Langdon. **The political theory of Christine de Pizan**. Londres: Routledge, 2017.

¹¹ ALLEN, Prudence. **The Concept of Woman**. *The Aristotelian Revolution*. Montreal-Londres: Eden Press, 1985.

PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Tradução por Luciana Deplagne. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

Bibliografia

ALLEN, Prudence. **The Concept of Woman**. The Aristotelian Revolution. Montreal-Londres: Eden Press, 1985.

COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Calíandra/ ICH-UnB, 2024.

_____. A “longa Idade Média”: reflexões e problemas. In: **Por uma longa duração**. Perspectivas dos Estudos Medievais no Brasil. VII Semana de Estudos Medievais. Brasília: Casa das Musas, 2010, p.59-76.

FORHAN, Kate Langdon. **The political theory of Christine de Pizan**. Londres: Routledge, 2017.

RUST, Leandro Duarte. A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, n. 38, 2022. p. 201-230

VIEIRA, Fábio Antunes. O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem. **UNIMONTES CIENTÍFICA**, Montes Claros/MG, v.12, n 1/2. p. 79-86.

6. ENTRE A VIRTUDE E A CORRUPÇÃO

Analisando a política e a moralidade nas crônicas régias de Rui de Pina

Maria Luiza Martins¹

Resumo

A corrupção é um tema bastante atual, que hoje é concebido basicamente como desvio do comportamento dos agentes públicos. Já nas sociedades pré-modernas, a corrupção é entendida de maneira mais ampla, prejudicial ao “bem comum”. Nesse sentido, as Crônicas Régias medievais são registros escritos importantes para nos ajudarem a compreender como se entendia a corrupção nessa época e como as acusações desse teor eram usadas como armas políticas. Nesta comunicação, pretende-se explorar os discursos que o cronista português Rui de Pina (séc. XV) utilizava para denunciar e combater o que identificava como “desvios” e “corrupção”, sobretudo no que diz respeito ao governo dos reis e ao “bem comum” do reino. Embora as crônicas de Rui de Pina não sejam especificamente dedicadas ao tema da corrupção, as narrativas acusam a existência de práticas desviantes naquele contexto. Elas oferecem um panorama valioso para entender como essa prática era percebida e vivenciada na sociedade portuguesa medieval. As crônicas fornecem indícios sobre suborno, nepotismo, favoritismo e outras práticas comuns na corte e demais instituições governamentais. Além disso elas também revelam como os governantes lidavam com essas questões.

Palavras-chave: corrupção; crônicas medievais; Rui de Pina.

Abstract

Corruption is a very topical issue, which today is basically understood as misconduct by public officials. In pre-modern societies, however, corruption was understood in a broader sense, as harmful to the “common good.” In this sense, medieval royal chronicles are important written records that help us understand how corruption was understood at that time and how accusations of this nature were used as political weapons. This paper aims to explore the discourse used by the Portuguese chronicler Rui de Pina (15th century) to denounce and combat what he identified as

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB).

III JORNADA DE CORRUPTIONE

“misconduct” and “corruption,” especially with regard to the government of kings and the “common good” of the kingdom. Although Rui de Pina's chronicles are not specifically dedicated to the theme of corruption, the narratives accuse the existence of deviant practices in that context. They offer a valuable overview for understanding how this practice was perceived and experienced in medieval Portuguese society. The chronicles provide evidence of bribery, nepotism, favoritism, and other practices common in the court and other government institutions. In addition, they also reveal how rulers dealt with these issues.

Keywords: corruption; medieval chronicles; Rui de Pina.

A Idade Média é um período frequentemente associado à corrupção, também considerado violento e marcado pela religiosidade. Tais características, vinculadas a uma ideia de “ausência de racionalidade”, levam à conclusão de que as sociedades medievais eram naturalmente corruptas e anárquicas. Entretanto, os registros documentais da época oferecem uma profusão de manifestações de tipo legislativo e normativo que buscam combater os desvios e a corrupção, evidenciando que essas ações não estavam naturalizadas. Assim, nesta pesquisa, pretendo explorar os discursos que os agentes históricos utilizavam para denunciar e combater o que identificavam como “desvios” e “corrupção”, sobretudo no que diz respeito ao governo dos reis e ao “bem comum” do reino.

As Crônicas Régias foram importantes instrumentos políticos para construir as memórias a respeito de reis e seus reinados, narrativas que, portanto, servem a uma determinada agenda. Em termos metodológicos, é importante lembrar que nem tudo que está escrito em uma Crônica deve ser interpretado de forma literal, mas será necessário considerar o contexto e o modelo político que pautam o relato, e como essa tipologia favorece determinados grupos em detrimento de outros.²

Rui de Pina, cronista-mor do reino português, desempenhou um papel central na consolidação da historiografia régia.³ Suas crônicas, encomendadas pela monarquia, retratam acontecimentos e figuras centrais dos séculos XV e XVI, oferecendo uma visão tanto laudatória quanto crítica das dinâmicas políticas e sociais da época.⁴ Como fontes primárias, as crônicas de Rui de Pina são impor-

² Sobre a utilização de crônicas medievais como documentos históricos, ver: FUNES, Leonardo. Las crónicas como objeto de estudio. *Revista de Poética Medieval*, 1, 1997, p. 123-144.

³ Ver MOREIRA, Filipe Alves. A tradição manuscrita das crônicas de D. Sancho I a D. Afonso IV da autoria de Rui de Pina. *Romance Philology*, vol. 68, 2014, p. 93-120.

⁴ PINA, Rui de. *Crônicas dos Reis D. Sancho I a D. Afonso III*. Disponível em: <https://purl.pt/24127>. Acesso em: 25 jun 2025; PINA, Rui de. *Chronica do mui alto e mui esclarecido príncipe Dom Diniz*, sexto rey de Portugal. Lisboa: Off. Ferreyriana, 1729. Disponível em: <https://purl.pt/313>. Acesso em: 25 jun 2025; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei Dom Afonso o Quarto*. Lisboa: Biblion, 1936. Disponível em: <https://purl.pt/339>. Acesso em: 25 jun 2025; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914. Disponível em: <https://purl.pt/417>. Acesso em: 25 jun 2025; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rey D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1904. Disponível em: <https://purl.pt/413>. Acesso em: 25 jun 2025; PINA, Rui de. *Crónica de El-Rei D. João II*. Disponível em: <https://purl.pt/24123>. Acesso em: 25 jun 2025.

tantes para os historiadores que buscam compreender, não apenas os eventos políticos e sociais, mas também as questões éticas e morais daquela sociedade. Embora as crônicas de Rui de Pina não sejam especificamente dedicadas ao tema da corrupção, as narrativas acusam a existência de práticas desviantes. Elas oferecem panorama valioso para entender como essa prática era percebida e vivenciada na sociedade portuguesa medieval. As crônicas fornecem indícios sobre suborno, nepotismo, favoritismo e outras práticas comuns na corte e demais instituições governamentais, e revelam como os governantes lidavam com essas questões. Embora a abordagem de Rui de Pina seja influenciada por sua posição como cronista régio, com uma inclinação para valorizar a figura do monarca e justificar suas ações, ele não hesita em expor os conflitos e tensões internos que permeavam o governo e a administração do reino. Por vezes, ao descrever disputas políticas ou decisões controversas, ele insere elementos que sugerem a existência de interesses pessoais ou desvios éticos por parte de alguns governantes e membros da nobreza.

A corrupção no período de Rui de Pina não se limitava a práticas ilícitas ou desonestas como as entendemos hoje. Era um fenômeno amplo, envolvendo a subversão de normas morais, políticas e administrativas em prol de interesses pessoais ou de grupos.⁵ Durante a expansão marítima portuguesa, a crescente circulação de riquezas e a consolidação do poder monárquico geraram oportunidades tanto para o engrandecimento do reino quanto para práticas corruptas. Ele escreveu em um contexto de transição entre a Idade Média e a Renascença, quando Portugal começava a projetar-se como uma potência global.

Rui de Pina frequentemente combina fatos documentados com um estilo narrativo que reflete o ambiente moral da época, destacando as virtudes de reis e figuras proeminentes, mas também deixando transparecer críticas veladas a práticas que comprometiam o bom funcionamento do Estado.⁶ Esse equilíbrio confere às suas crônicas um papel fundamental como fonte histórica, não apenas para o registro de eventos, mas para a análise das concepções de poder, justiça e moralidade de sua época. Assim, suas obras oferecem um retrato sutil, porém revelador, das práticas de corrupção e das estratégias adotadas para enfrentá-las ou, em alguns casos, para legitimá-las no cenário político medieval.

A corrupção nas práticas administrativas e políticas

Um dos aspectos mais marcantes da abordagem de Rui de Pina é sua ênfase nas consequências da

⁵ Sobre o conceito de corrupção para a época, ver: COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations**. Brasília: Ed. Calíandra/ ICH-UnB, 2024, p. 8-31.

⁶ Sobre a utilização do conceito de Estado para esta época, ver: COELHO, Maria Filomena. O Estado “virtuoso”: corpos e pluralismo jurídico em Portugal (século XII ao XIII). In: TEODORO, Leandro A.; TACCONI, Ana Paula T. M. (org.). **A formação de reinos virtuosos: século XII ao XVIII**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023, p. 45-60.

corrupção entre as elites políticas. Em sua *Crónica de D. João II*,⁷ o cronista destaca a luta do rei para combater os abusos de poder cometidos por nobres e altos funcionários do reino. Descreve, por exemplo, a execução do Duque de Bragança como uma medida exemplar para restaurar a autoridade real e reprimir conspirações que ameaçavam a unidade política.

E porque se davam por bem provadas as culpas de que era acusado o dito duque, El-Rei mandou que fosse degolado na cidade de Évora, onde então estava, o que se cumpriu, com muito espanto de toda a gente, por ser homem de tanta geração e estado. E ainda que muitos tivessem por melhor que El-Rei o perdoasse, todavia pareceu-lhe que, para castigo dos outros, conveio mais fazer justiça; por maneira que se mostrasse que não havia pessoa alguma, por mais alta que fosse, que quando cometesse tamanhas culpas pudesse escapar.⁸

Essas ações são apresentadas como exemplos de uma governança virtuosa, mas também ilustram o quanto o combate à corrupção era, muitas vezes, motivado por interesses políticos. Nesse contexto, a corrupção não é apenas uma prática isolada, mas parte de um sistema de rivalidades e interesses pessoais que corroíam as instituições do reino. O cronista expõe ainda casos de má administração que comprometiam os recursos do Estado.

E porque muitos tomavam para si as rendas e direitos da Coroa, e os arrecadavam sem conta nem razão, fazendo agravamentos aos povos e grandes desordens na Fazenda, El-Rei mandou ver e rever todos os ofícios, e tirar deles os que mal os exerciam, e pôr neles pessoas de mais confiança e consciência.⁹

Uma das práticas mais evidentes é o nepotismo, em que cargos de influência eram concedidos a familiares ou aliados próximos, independentemente de sua competência. Ao descrever a nomeação de oficiais e funcionários, muitas vezes sugere que essas escolhas não eram baseadas em mérito, mas em vínculos pessoais ou pressões de grupos de interesse.

E porque muitos dos ofícios e cargos que pertenciam ao serviço de El-Rei e bem do reino eram dados por respeito de parentesco, ou por importunação de grandes senhores, e não por merecimento ou virtude dos que os recebiam, mandou El-Rei que se vissem de novo todos os tais ofícios e se confirmassem somente aqueles em que houvesse suficiente causa e razão.¹⁰

Essas nomeações resultavam em administrações frágeis e ineficazes, com prejuízo direto para a governança e para a população. Esse tipo de prática, ainda que comum no contexto medieval, reforçava a percepção de que os privilégios da elite estavam acima do bem-estar coletivo. Outra prática amplamente documentada, embora de forma indireta, é o suborno. Em suas crônicas, Rui de Pina menciona episódios em que funcionários da coroa ou juízes aceitavam favores ou pagamentos inde-

⁷ PINA, Rui de. *Crónica de D. João II*, op. cit.

⁸ *Ibidem*, p. 43.

⁹ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰ *Ibidem*, p. 37.

vidos em troca de decisões favoráveis. Essas situações frequentemente surgem em contextos judiciais ou administrativos, em que as disputas eram resolvidas não pela justiça, mas pela influência de recursos financeiros ou redes de poder.

E muitos juízes, corregedores e oficiais tomavam dinheiros ou dádivas para torcerem a justiça e favorecerem as partes mais poderosas; e outros, por temor ou respeito de grandes, davam sentenças não conforme direito, mas segundo vontade alheia. Por tanto El-Rei, querendo pôr remédio em tão grave desordem, mandou averiguar tais casos e castigá-los severamente.¹¹

Outro exemplo é o da expansão marítima que exigia grandes investimentos, e as práticas corruptas, como desvios de fundos e apropriação indevida de terras, prejudicavam os esforços coloniais. O cronista não poupa críticas a certos governantes locais, especialmente aqueles destacados para administrar as novas possessões ultramarinas.

Foi morto o almirante de Castela, homem considerado cavaleiro muito valoroso, e com ele morreram muitos outros bons homens — o que foi uma grande perda, pois, tanto para o mar quanto para a terra, eram naquele tempo muito necessários. A cabeça do almirante foi separada do corpo, e, como sinal da vitória, foi enviada de imediato... Diz-se que levantaram contra ele uma suspeita de corrupção por dinheiro.¹²

Ele reconhece que o fortalecimento do poder régio era necessário para estabilizar o reino, mas seus relatos deixam transparecer que nem todas as medidas eram isentas de controvérsia. As reformas, por mais rigorosas que fossem, frequentemente enfrentavam resistência de setores privilegiados, que se beneficiavam das práticas corruptas.

Ao registrar esses episódios, Rui de Pina oferece um retrato abrangente de como as práticas administrativas e políticas do período eram vulneráveis à corrupção. Embora sua posição como cronista régio o levasse a retratar os monarcas sob uma luz positiva, suas descrições revelam as limitações do sistema político e os desafios enfrentados pelos governantes para equilibrar interesses pessoais e coletivos.

A visão moral e social da corrupção

Outro aspecto importante na obra de Rui de Pina é sua visão moralizante da corrupção. O cronista frequentemente apresenta os reis como defensores da justiça e da moralidade, descrevendo-os como líderes firmes e justos, em contraste com nobres e funcionários corruptos.

E este Rey, como foi Senhor de grande entendimento e de muita justiça, quis fazer com que todos os seus súbditos vivessem com igualdade, e que os grandes não oprimissem os pequenos, e por isso mandava castigar muitos fidalgos e homens de estado que cometiam

¹¹ Ibidem, p. 38.

¹² PINA, Rui de. **Crónica de D. Afonso IV**, op. cit., p. 51.

crimes e abusos com os mais baixos, os quais, por serem grandes, esperavam impunidade; e elRey, por amor da justiça, não a consentia.¹³

O cronista escreve em um contexto profundamente influenciado pelos valores cristãos, que moldavam o comportamento e as expectativas em relação aos governantes e às instituições. A corrupção, nesse sentido, era vista como uma transgressão não apenas contra as leis humanas, mas também contra os princípios divinos que deveriam reger a conduta dos líderes. Em várias passagens, sugere que o desvio moral dos agentes do poder tinha consequências graves, tanto no plano terreno quanto no espiritual.

...os que da guerra são princípios e causa, são dos homens com razão muito parajymados, e são obrigados a responder a Deus pelos danos, mortes e males que se nela não podem escuzar...¹⁴

Ele enfatiza, ainda que de forma indireta, a importância de virtudes como a honestidade, a justiça e a fidelidade, consideradas fundamentais para o bom funcionamento da sociedade e a legitimação do poder régio. Em suas crônicas, muitas vezes Rui de Pina ressalta a necessidade de virtude no exercício do poder, destacando que a corrupção não era apenas uma ameaça ao funcionamento do Estado, mas também um pecado moral. Mas, ao mesmo tempo, Rui de Pina demonstra uma certa ambiguidade. Ele evita confrontar diretamente a monarquia e, por vezes, minimiza ou omite práticas questionáveis associadas ao rei. Isso reflete o caráter oficial de sua obra, que buscava preservar a imagem da Coroa como centro de legitimidade e ordem.

As crônicas destacam como a corrupção afetava a percepção pública dos governantes e das instituições. Em passagens que descrevem conflitos políticos ou revoltas populares, Rui de Pina evidencia o descontentamento gerado por administrações corruptas, onde a busca por interesses particulares se sobrepunha ao bem comum. Essa insatisfação frequentemente resultava em desconfiança generalizada, dificultando a relação entre governantes e governados e enfraquecendo a autoridade régia. Assim, Rui de Pina aborda também o impacto da corrupção sobre a população comum. Em várias passagens, descreve a exploração dos camponeses e mercadores por parte de administradores locais, membros da nobreza e do próprio monarca.

...o Rei [de Castela], por isso, era malquisto por muitos, especialmente pelo povo. As referidas questões da fazenda e da justiça não eram tratadas como deviam, e por ser tão grande esse mal, e o temperamento do Rei tão rebelde e tão autoritário, que os conselhos e pedidos dos grandes do reino não tinham efeito [...] e que, por causa da vida desregrada do Rei, todos os seus reinos sofriam as consequências.¹⁵

Essas práticas, embora muitas vezes tratadas como consequências naturais das hierarquias sociais

¹³ PINA, Rui de. **Crónica de D. João II**, op. cit., p. 41.

¹⁴ Ibidem, p. 48.

¹⁵ PINA Rui de. **Crónica de D. Afonso IV**, op. cit., p.75.

da época, são apresentadas pelo cronista como prejudiciais à harmonia do reino. O tema é especialmente relevante no contexto da tributação e do financiamento das guerras e expedições marítimas. Ele registra que as demandas fiscais impostas aos súditos frequentemente resultavam em abusos, como a cobrança excessiva de impostos e a confiscação de bens. Essas práticas geravam descontentamento e instabilidade social, minando a confiança na administração pública.

Ao tratar da corrupção como um tema transversal em suas crônicas, Rui de Pina não apenas documenta as práticas desviantes da administração, mas também explora as tensões morais e sociais que elas geravam. Sua abordagem revela uma compreensão profunda dos dilemas éticos de sua época, ao mesmo tempo que ressalta a importância de uma liderança virtuosa para manter a estabilidade e a legitimidade do reino.

Nas crônicas de Rui de Pina, práticas corruptas aparecem principalmente em dois contextos: na administração pública e nas disputas políticas. Em relação à administração, ele menciona casos em que cargos públicos eram atribuídos com base no favoritismo, muitas vezes beneficiando parentes ou aliados próximos da nobreza. Essa prática, conhecida como nepotismo, era amplamente aceita na época, mas Rui de Pina deixa entrever críticas veladas quando tal agenciamento resultava em ineficiência ou injustiça. O suborno é igualmente mencionado em passagens que retratam conflitos judiciais ou negociações entre a coroa e outros poderes, como a nobreza e a Igreja. Essas práticas eram particularmente comuns nas relações entre os governantes e os altos funcionários, que frequentemente usavam suas posições para obter vantagens pessoais. Apesar de não dedicar grande espaço para esses temas em suas obras, o autor aborda e deixa clara a existências e consequências desses atos.

As crônicas de Rui de Pina também são valiosas por revelarem como a corrupção era percebida na sociedade medieval. Embora práticas como suborno e favoritismo fossem comuns e, até certo ponto, toleradas, havia uma noção clara de que essas ações comprometiam os ideais de justiça e equidade. Rui de Pina, ao registrar esses eventos, demonstra um senso de moralidade que reflete tanto os valores cristãos da época quanto as expectativas de uma governança justa. Por meio de suas descrições, é possível observar como a corrupção afetava não apenas as instituições, mas também a confiança da população na liderança régia. Em diversas passagens, o cronista destaca os impactos negativos das práticas desviantes, como a instabilidade política, a má gestão dos recursos públicos e a insatisfação popular. Essas críticas, embora discretas, sugerem que Rui de Pina entendia a importância de uma administração ética e eficiente para a manutenção da ordem social.

Conclusão

As crônicas de Rui de Pina representam uma das mais ricas fontes históricas para a compreensão da sociedade portuguesa medieval, e seu tratamento do tema da corrupção revela um equilíbrio entre descrição factual e análise moral. Embora não tenha como foco principal a corrupção, suas obras

documentam práticas como suborno, nepotismo e favoritismo, inserindo-as no contexto das dinâmicas políticas, sociais e administrativas de seu tempo.

A obra de Rui de Pina oferece um retrato complexo e multifacetado da corrupção em Portugal dos séculos XV e XVI. Embora escrevesse sob o patrocínio da monarquia, o cronista não hesita em expor as falhas que ameaçavam o reino, seja por meio das conspirações entre os nobres, da má administração nas colônias ou dos abusos cometidos contra a população. Sua abordagem, marcada por um equilíbrio entre descrição factual e julgamento moral, fornece aos leitores modernos uma visão única sobre como essas práticas eram percebidas e enfrentadas no contexto do período.

Ao descrever as reformas de monarcas como D. João II, Rui de Pina destaca os esforços para combater a corrupção e fortalecer a autoridade régia, apresentando essas ações como exemplos de uma liderança firme e justa. No entanto, suas crônicas também mostram que tais medidas enfrentaram resistência significativa e nem sempre foram suficientes para eliminar os abusos de poder. Esse contraste entre a intenção moralizadora dos governantes e as realidades políticas de sua época revela a persistência e a complexidade da corrupção como um fenômeno histórico.

Mais do que um simples relato dos eventos, as crônicas de Rui de Pina funcionam como um espelho da sociedade medieval portuguesa, refletindo seus valores, tensões e contradições. Elas nos permitem compreender como a corrupção era percebida e vivenciada, oferecendo aspectos valiosos sobre as relações de poder e as expectativas sociais daquela época. Além disso, ao abordar o tema de forma crítica, ainda que sutil, Rui de Pina contribui para uma reflexão mais ampla sobre a moralidade e a legitimidade do poder, questões que continuam sendo relevantes nos estudos históricos e políticos atuais.

Ao tratar do tema, Rui de Pina combina uma perspectiva moralizante com uma análise política, destacando tanto as causas quanto as consequências da corrupção. Sua narrativa reflete não apenas os desafios enfrentados por Portugal e a luta constante para equilibrar interesses pessoais e coletivos no exercício do poder. Como resultado, suas crônicas permanecem como um testemunho inestimável das dinâmicas que moldaram o Estado português e sua sociedade. Nesse sentido, suas obras permanecem uma fonte indispensável para historiadores e leitores interessados em explorar os dilemas universais da administração pública e da classificação da conduta humana.

Referências

Fontes

PINA, Rui de. **Crônicas dos Reis D. Sancho I a D. Afonso III**. Disponível em: <https://purl.pt/24127>. Acesso em: 25 jun 2025.

PINA, Rui de. **Chronica do mui alto e mui esclarecido príncipe Dom Diniz, sexto rey de Portugal. Lisboa:** Off. Ferreyriana, 1729. Disponível em: <https://purl.pt/313>. Acesso em: 25 jun 2025.

PINA, Rui de. **Chronica de ElRei Dom Afonso o Quarto. Lisboa:** Bibliion, 1936. Disponível em: <https://purl.pt/339>. Acesso em: 25 jun 2025.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei D. Duarte. Porto: Renascença Portuguesa,** 1914. Disponível em: <https://purl.pt/417>. Acesso em: 25 jun 2025.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rey D. Affonso V. Lisboa: Escriptorio,** 1904. Disponível em: <https://purl.pt/413>. Acesso em: 25 jun 2025.

PINA, Rui de. **Crónica de El-Rei D. João II.** Disponível em: <https://purl.pt/24123>. Acesso em: 25 jun 2025.

Bibliografia

COELHO, Maria Filomena. Corruption in the Middle Ages as a research problem. In: COELHO, Maria Filomena; RUST, Leandro (org.). **Corruption in pre-modern societies: challenges for historical interpretations.** Brasília: Ed. Calíandra/ ICH-UnB, 2024

COELHO, Maria Filomena. O Estado “virtuoso”: corpos e pluralismo jurídico em Portugal (século XII ao XIII). In: TEODORO, Leandro A.; TACCONI, Ana Paula T. M. (org.). **A formação de reinos virtuosos: século XII ao XVIII.** Florianópolis : Editora da UFSC, 2023.

FUNES, Leonardo. Las crónicas como objeto de estudio. **Revista de Poética Medieval**, 1, 1997.

MOREIRA, Filipe Alves. A tradição manuscrita das crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV da autoria de Rui de Pina. **Romance Philology**, vol. 68, 2014, p. 93-120.

7. COMO SEGURAR UM LOBO PELAS ORELHAS?

O caso de Cosme de Médici (1389-1464)

Fernando Crosara Vieira Ázara¹

Resumo

Nesta comunicação pretende-se analisar a corrupção como um fenômeno histórico e político partir do estudo da cidade de Florença, Itália, no século XV. É nesse contexto que o patriarca de uma rica família toscana com príncipes, rainhas e papas, Cosme de Médici, o Velho (1389-1464) pode ser apresentado como “grande corruptor” do modelo republicano da cidade, ou como seu “maior salvador”. A ambivalência e aparente contradição nos discursos de acusação e de defesa constituem-se com formas refinadas de caracterização de ações, ora como corruptas, ora como virtuosas, com base nos costumes próprios de uma comunidade política. Sejam investidas em direção ao poder ou simples ações do cotidiano, o corrupto destrói a harmonia social e coloca em risco o bem comum. Nesse sentido, Cosme de Médici emerge como protagonista, por meio da aparente incoerência das narrativas que o descrevem. Compreender os caminhos escolhidos pelos atores históricos para superar resistências e ter sucesso político e econômico, requer estudar esses discursos.

Palavras-chave: História política, cultura política, corrupção.

Abstract

This communication proposes to analyze corruption as a historical and political phenomenon based on the study of the city of Florence, Italy, in the 15th century. It is in this context that the patriarch of a wealthy Tuscan family with princes, queens and popes, Cosimo of Medici the Elder (1389-1464) can be presented as a great corruptor of the city's republican model, or as its greatest savior. The ambivalence and apparent contradiction in the discourses can reveal a refined forms of actions characterized sometimes as corrupt and sometimes as virtuous, based on the customs of a political community. Whether they are attacks on power or simple actions in everyday life, the corrupt destroy social harmony and put the common good at risk. In this sense, Cosimo of Medici pla-

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Brasília PPGHIS-UnB. E-mail: fernando.crosara.azara@gmail.com

ces himself in the problem as a formidable protagonist, through the incoherence in the narratives that describe him. Understanding the paths chosen to overcome resistance and achieve political and economic success points to the challenge of the subtlety of the discourses surrounding it, although the simple and innocuous solution of hypocrisy or mere rhetorical resources must be avoided.

Keywords: Political history, political culture, corruption.

Cosme de Médici é um personagem singular na história de Florença, do século XV, período caracterizado pela concorrência acirrada entre grupos aristocráticos. Ele viveu em um momento histórico marcado por grandes mudanças da vida político-social do centro-norte italiano. Era senhor do banco dos Médici e líder de sua família e partidários, tendo se envolvido na disputa pelo poder e o controle da sua cidade natal, Florença, e toda a região da Toscana.

É nesse contexto que a corrupção se coloca como um bom prisma de análise dos eventos que ocorreram ao longo de sua vida. Recorrentemente transformada em objeto de debate no campo da moral, através da comparação de valores e do bom exercício do poder, a corrupção permite uma análise profícua, na medida que se considerar a importância do elemento político na formação do conceito. Ainda no campo da política, esse prisma de análise possibilita compreender as estratégias adotadas pelos grupos que disputavam o poder, por meio do recurso ao conceito como arma política. Ao mesmo tempo, o caráter jurídico pluralista e hierárquico da sociedade medieval obriga a considerar o conceito da corrupção de modo elástico e complexo.²

Como fontes primárias de pesquisa, utilizou-se tanto as cartas de Cosme de Médici e seus contemporâneos, quanto a narrativa de Nicolau Maquiavel sobre a história de Florença, desde o período romano até o seu tempo presente. Desta obra, destacam-se dois momentos antagônicos: quando Cosme é exilado, pela Signoria da cidade, em 1433, sob a acusação de corromper a estrutura política e o poder das demais famílias; e seu retorno a Florença, logo no ano seguinte, em 1434, onde foi coroado com o título de Pater Patriae (Pai da Pátria).³ A capacidade política de, posteriormente, consolidar a sucessão da família Médici no governo da cidade⁴ revela como as acusações dramáticas de corrupção não constituíam na época um impedimento para governar com prestígio e “virtude”. Assim, os dois episódios, sobretudo, propiciam boas reflexões sobre esse fenômeno multifacetado da corrupção.

O conceito “do político”, de Pierre Rosanvallon, que serve de base a este trabalho, permite consi-

² COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, p. 133-150.

³ CHRISTOPHER, Hibbert. **The House of Medici: Its Rise and Fall**. Harper Collins Publishers Inc. New York, NY. Epub Edition, Julho 2012 (1979).

derar o modelo político da sociedade florentina da época de Cosme de Médici.

Refletimos sobre as elites e seus conflitos para dominarem e manterem a hegemonia dos aparatos estatais da cidade, mas também das agências dos setores comumente percebidos como aliados do poder, pois, influenciam no modelo político instaurado seja pela sua participação ou ausência/resistência. O “político” é o elemento que permite a articulação dessas diferentes dimensões e a organização da vida coletiva.⁴

De igual modo, a cultura política não pode ser reduzida a apenas uma das partes, mas compreendida a partir de sua interdependência que tem como resultado, a capacidade de sustentar a estabilidade ou de provocar a instabilidade dos regimes políticos.⁵ No medievo a tensão podia ser vertical, através da formação e crescimento das camadas inferiores cidadinas de uma sociedade elitista e hierarquizada, e horizontal, por meio da luta dos grupos da aristocracia excluídos da partilha do poder político.

Com esse panorama, Florença é um solo fértil para estudos sobre o tema. Uma vez que a política da elite baseava-se em conflitos faccionais, em rivalidades acirradas entre grupos de famílias que não hesitavam em recorrer a forças externas em busca de ajuda em suas lutas contra rivais domésticos.⁶ O que tornava uma família grande e poderosa aos olhos dos florentinos não era apenas sua riqueza, antiguidade e cargos políticos, mas também a percepção de que ela comandava a lealdade e o apoio de um maior número de aliados, clientes e “vizinhos” do que seus rivais. Uma disputa, mesmo a ameaça de uma, mobilizaria as “tropas” e permitiria que o poder de rua de uma família fosse visto e medido. As disputas entre facções eram, portanto, uma parte necessária do processo pelo qual as grandes famílias demonstravam sua grandeza.⁷ O sucesso nessa competição significava maior prestígio e segurança, mais influência nos conselhos de governo e maior controle físico dos bairros e do centro da cidade.

A pergunta inicial, “Como segurar um lobo pelas orelhas?”, refere-se à expressão latina “*auribus teneo lupum*” – tenho um lobo pelas orelhas.

Ou seja, uma “situação impossível” na qual aquele que segura o animal não possui uma saída simples. Caso a pessoa o segure até se cansar será atacado, e, se ela decidir soltar suas mãos para fugir, terá o mesmo fim. Essa é uma perfeita alegoria para os adversários de Cosme de Médici, quando decidiram tramar seu exílio de Florença, como mostra o excerto a seguir, atribuído a Niccolò da Uzzano:

⁴ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

⁵ WILSON, Richard W. The Many Voices of Political Culture: Assessing Different Approaches. **World Politics**, 52, Jan. 2000, p. 246-73.

⁶ GELTNER, G.. Fighting corruption in the italian city-state. Perugian officers’ End of Term Audit (sindacato) in the fourteenth century. In: KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds). **Anticorruption in History From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018, p. 103-124.

⁷ Idem.

Se você disser que a justiça de nossa causa deveria aumentar nossa influência e diminuir a deles, respondo que essa justiça deve ser percebida e acreditada não apenas por nós, mas pelos outros; mas não é esse o caso; pois a justiça de nossa causa é totalmente baseada em nossa suspeita de que Cosmo planeja tornar-se príncipe da cidade. E embora abriguemos essa suspeita e a consideremos correta, os outros não a têm; mas, o que é pior, eles nos acusam do mesmo designo do qual o acusamos. As ações de Cosmo que nos levam a suspeitá-lo são que ele empresta dinheiro indiscriminadamente, não apenas a pessoas particulares, mas também ao público; e não apenas a florentinos, mas também aos condottieri, os soldados de fortuna. Além disso, ele ajuda qualquer cidadão que precise de auxílio magisterial; e, com o interesse universal que possui na cidade, eleva um amigo a um cargo de honra e depois outro. Portanto, se apresentarmos nossos motivos para expulsá-lo, estaríamos dizendo que ele é amável, generoso, liberal e amado por todos. Agora me diga, que lei existe que proíbe, desaprova ou condena homens por serem piedosos, liberais e benevolentes? E embora todas essas atitudes sejam adotadas por aqueles que almejam a soberania, elas não são consideradas como tais, nem temos poder suficiente para fazê-las parecer assim aos outros; pois nossa conduta nos privou da confiança, e a cidade, naturalmente parcial e (por sempre ter vivido em facções) corrompida, não pode dar atenção a essas acusações. Mas mesmo que tivéssemos sucesso em uma tentativa de expulsá-lo (o que poderia facilmente acontecer com uma Signoria favorável), como poderíamos (rodeados por seus inúmeros amigos, que o condenariam constantemente e desejariam ardentemente vê-lo novamente na cidade) evitar o seu retorno? Seria impossível, pois, sendo tão numerosos e tendo o beneplácito de todos ao seu lado, nunca estaríamos seguros deles. E tantos de seus amigos de longa data que vocês expulsassem, tantos inimigos vocês criariam, de forma que em pouco tempo ele retornaria, e o resultado seria simplesmente este: nós o expulsamos sendo uma boa pessoa e ele nos retorna sendo uma má pessoa; pois sua natureza seria corrompida por aqueles que o chamaram de volta, e ele, estando sob obrigação, não poderia se opor a eles.⁸

Logo, pode-se apreender que a prosperidade dos Médici ora foi condenada como prova de sua degradação moral e intenções corruptas, ora como sinônimo de bem-aventurança e instrumento para realizar a obra cristã e o bem comum.⁹ Apesar de enumerar bem feitorias, seu adversário é crítico quanto as suas intenções. Segundo Maria Filomena Coelho, a prática corrupta seria uma ameaça à ordem pré-existente.¹⁰ Cosme, portanto, é apresentado por seus acusadores como um agente que interfere, através de sua liberalidade, no funcionamento do corpo político.

Uma vez identificada a percepção dos agentes sobre a moralidade, enquanto conjunto de valores compartilhados em torno de um suposto bem comum, pode-se compreender como os dois âmbitos são avaliados por meio das práticas dos membros dessa república cristã. Afinal, é uma sociedade onde a vida privada também pode ter um caráter público, onde os comportamentos “inadequados” são uma ameaça não apenas para seu autor, como ao bem comum de toda a comunidade cidadina.¹¹

Assim, ao analisarmos a defesa de Cosme sobre suas atitudes ao tempo que seus adversários ob-

⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. **History of Florence and of the affairs of Italy**: from the earliest times to the death of Lorenzo the Magnificent. Tr: Hugo Albert Rennert. Project Gutenberg Epub, Carnegie- Mellon University, Pittsburgh, PA. Editado por John Bickers. 2001 [1532].

⁹ ZELIZER, Viviana. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. **The American Journal of Sociology**, vol. 95, n. 2, p. 342-377, 1989.

¹⁰ COELHO, op. cit.

¹¹ BUCHAN, Bruce; HILL, Lisa. **An Intellectual History of Political Corruption**. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 46 -67.

servam nelas um risco à República, é possível aferir que o público e o privado não eram dimensões opostas, mas complementares, permitindo ao historiador identificar relações de causa e efeito claras das ações julgadas pela sociedade cidadina. Veja-se o seguinte trecho:

Eu nunca frequentei o Palácio, exceto quando fui convocado; eu nunca incitei o ódio pela República entre vossos subalternos, porque nunca os maltratei; sempre recusei ser nomeado para um cargo oficial, que muitas vezes é prejudicial ao corpo e prejudicial à alma; com um certo orgulho, afirmo que ninguém pode dizer que meu mau comportamento já levou uma cidade a se rebelar ou a ser tirada de vós; pelo contrário, nosso dinheiro comprou várias: pergunte a vossos soldados quantas vezes eles foram pagos por mim para a Comuna com meu próprio dinheiro, para ser devolvido a mim quando conveniente para a Comuna.¹²

Ao apresentar sua defesa, fica evidente o cuidado de Cosme em mostrar que não cometeu atos que julga serem perniciosos ao olhar da comunidade política. Conquanto, ele não busque negar suas ações, através do discurso sugere que elas foram sempre orientadas pela busca ao “bem comum”. Ou seja, ele se exime, utilizando o mesmo recurso da ambiguidade na interpretação das suas ações. Também no excerto surge o papel e o valor da moeda no período, sendo necessário compreender o valor subjetivo com que é usada. Mais que meio de trocas econômicas, também possui a capacidade intrínseca de realizar ou corromper o bem comum, assim como permite rastrear as relações econômicas que podem nos oferecer pistas sobre a composição das redes faccionais que controlavam a cidade, formadas por meio da redistribuição de riqueza.¹³

Não obstante, a manifestação da ideia de público não deve ser identificada apenas como um ambiente decisório, em que sua composição é variável conforme os atores políticos o delineiam, ou seja, as contingências ditariam o exercício do poder e da justiça. Essa conclusão parece sedutora, mas torna o casuísmo uma regra, além de suprimir o elemento histórico no momento que torna o código moral da sociedade em um mero jogo de palavras e interesses, sem qualquer necessidade de uma base legítima e socialmente compartilhada.

Nesse sentido, aumentar a escala de análise para analisar a dinâmica de relações no contexto citadino permite compreender as disputas entre a elite, ao tempo que se percebe a existência de uma opinião “popular” relevante,¹⁴ que muitas vezes era alimentada e dirigida pelos poderosos enfrentados.

Richard Torra-Prat aponta como o tema da corrupção alcança protagonismo na disputa política

¹² ROSS, Janet. **Lives of the Early Medici: As Told in Their Correspondence**. Ed: Andesite Press, 2017.

¹³ NAISMITH, Rory. Pecuniary profanities? Money, Christianity and demonstrative giving in the early Middle Ages. In: BURSTRÖM, Myrberg Nanouschka; INGWARDSON, Gitte Tarnow (Eds.). **Divina Moneta: coins in Religion and Ritual**. Londres & Nova York: Routledge, 2018, p. 142-159.

¹⁴ CONNELL, Charles W.. **Popular Opinion in the Middle Ages: channeling public ideas and attitudes**. Berlim: De Gruyter, 2016.

do século XVI.¹⁵ Como um artífice de modulação, das elites, de discursos e conflitos, a corrupção torna-se terreno comum na luta por espaço e posição na hierarquia dos corpos que organizam a sociedade. De forma que, para além do “fato objetivo” que pode ou não estar presente, o potencial de ampliação ou enfraquecimento do poder de membros da aristocracia cristã passa pela imagem de sua vida pública e privada.¹⁶

Nesse sentido, a opinião popular projeta poder e legitimidade, na medida que os ecos de denúncia ganham não só os espaços de poder institucionalizados, mas o seio das relações sociais e políticas da sociedade onde a virtude moral é a referência constitutiva da autoridade. Conquanto, o uso de partidários como ferramentas de disseminação de opiniões favoráveis ou contrárias a determinadas causas ou pessoas torna-se essencial na medida que promove a sinergia entre opiniões tanto entre membros da elite que operam em comunhão e disputam com outras redes de poder, quanto com as classes subordinadas ao reconhecerem a legitimidade e exercício do bem comum no curso das ações empreendidas por essa aristocracia.

Referências

Fontes

MAQUIAVEL, Nicolau. **History of Florence and of the affairs of Italy**: from the earliest times to the death of Lorenzo the Magnificent. Tr: Hugo Albert Rennert. Project Gutenberg Epub, Carnegie– Mellon University, Pittsburgh, PA. Editado por John Bickers. 2001 [1532].

ROSS, Janet. **Lives of the Early Medici**: As Told in Their Correspondence. Ed: Andesite Press. 2017 (1910).

Bibliografia

AMUNDSEN, Inge. **Political corruption**: An introduction to the issues. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1999.

BARCHAM, Manuchuia. Rule by Natural Reason: Late Medieval and early Renaissance conceptions of political corruption. In: BARCHAM, Manuchuia; HINDESS, Barry; LARMOUR, Peter (Orgs). **Corruption**: Expanding the focus. Canberra: ANU E Press, 2012, p. 53- 95.

¹⁵ TORRA-PRAT, Ricard. Francesc Eiximenis and the Catalan idea of corruption in the late medieval Crown of Aragon. **Journal of Medieval Iberian Studies**. 13:2, p. 193-213. 2021

¹⁶ FAVERSANI, Fábio. A corrupção dos antigos e a nossa: apontamentos para o estudo da corrupção romana. **Phoenix**, 25, p. 83-95, 2019.

BIGNOTTO, Newton. Uma sociedade sem virtudes? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 83-106.

BUCHAN, Bruce; HILL, Lisa. **An Intellectual History of Political Corruption**. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 46 -67.

CHRISTOPHER, Hibbert. **The House of Medici: Its Rise and Fall**. Harper Collins Publishers Inc. New York, NY. Epub Edition, 2012 (1979).

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, p. 133-150.

CONNELL, Charles W. **Popular Opinion in the Middle Ages: channeling public ideas and attitudes**. Berlim: De Gruyter, 2016.

DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FAVERSANI, Fábio. A corrupção dos antigos e a nossa: apontamentos para o estudo da corrupção romana. **Phoinix**, 25, 2019, p. 83-95.

GELTNER, G.. Fighting corruption in the italian city-state. Perugian officers' End of Term Audit (sindacato) in the fourteenth century. In: KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds). **Anticorruption in History: from Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018, p. 103-124.

GRAAF, Gjalte de; MARAVIC, Patrick von. **The Good Cause: Theoretical Perspectives on Corruption**. Pieter Wagenaar (dir.). Leverkusen: Barbara Budrich Publishers, 2010.

KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G.. Introduction. In: **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018.

MARTIN ROMERA, M^a Ángeles. «Como sy fuesen vuestros vasallos»: las relaciones informales de las oligarquías urbanas y el sometimiento del territorio en la Castilla bajomedieval. *Edad Media. Revista de Historia*, 15, p. 155-174, 2014.

MAURER, Bill. Money Orders — and It's Done! Activating Theories of Money's Origins and Orders. In: NAISMITH, Rory (Ed.). **Money and Coinage in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2018, p. 41-59.

NAISMITH, Rory. Pecuniary profanities? Money, Christianity and demonstrative giving in the early Middle Ages. In: BURSTRÖM, Myrberg Nanouschka; INGVARSDON, Gitte Tarnow (Eds.). **Divina Moneta: coins in Religion and Ritual**. Londres & Nova York: Routledge, 2018, p. 142-159.

PALTI, Elias. ¿Qué significa “enseñar a pensar históricamente”? **Clio & Asociados** (5), p. 27- 42. 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010

RUST, Leandro. A “corrupção” na escrita da História Medieval: os desafios de um efeito de sustentação discursiva. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, nº 38, p. 201–230, 2022.

RUST, Leandro. O papado na Idade Média. In: SILVA, Paulo Duarte; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.). **Ensaio de História Medieval: temas que se renovam**. Curitiba: CRV, p. 59-72, 2019.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: Record, p. 160- 179, 2003.

SILVA, Leopoldo. **Política como moralidade: a banalização da ética**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, p. 127-138, 2007.

SILVA, Marcelo Cândido da. **Uma História do Roubo na Idade Média**. Bens, normas e construção social no mundo franco. São Paulo: Fino Traço, 2014.

TORRA-PRAT, Ricard. Francesc Eiximenis and the Catalan idea of corruption in the late medieval Crown of Aragon. **Journal of Medieval Iberian Studies**. 13:2, 2021, p. 193- 213.

TORSELLO, Davide; VENARD, Bertrand. The Anthropology of Corruption. **Journal of Management Inquiry**, SAGE Journals, Califórnia, vol. 25, nº 1, p. 1-20, 2016.

III JORNADA DE CORRUPCIONE

WATTS, John. The problem of the personal. Tackling corruption in later medieval England, 1250-1550. In: KROEZE, R.; VITÓRIA, A.; GELTNER, G. (Eds). **Anticorruption in History: From Antiquity to the Modern Era**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2018, p. 91-102.

WICKHAM, Chris. Conclusion. In: DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul J. (Eds.). **The Languages of Gift in the Early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 238–261, 2010.

WILSON, Richard W. The Many Voices of Political Culture: Assessing Different Approaches. **World Politics**, 52, Jan. 2000, p. 246-73

ZELIZER, Viviana. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. **The American Journal of Sociology**, vol. 95, n. 2, p. 342-377, 1989.

8. VÍCIOS E VIRTUDES

Modulações da corrosão do bem-comum no jogo político

Vitória Fernandes Coqueiro¹

Resumo

A temática dos vícios mobiliza debates acerca da interpretação de determinadas práticas na lógica cristã-medieval. Para tanto, a presente comunicação, fruto de monografia em andamento, pretende analisar como as percepções acerca da *avaritia* - também considerada, em alguns casos, como *cupiditas* - foram moldadas, por meio, sobretudo, do pensamento de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino sobre esses conceitos, bem como de contribuições mais recentes da historiografia. Pretendemos analisar as fontes documentais para observar o que poderia, ou não, “corroer” essas estruturas. O corpus documental selecionado está composto por cantigas galego-portuguesas e pela Crônica Geral de Espanha, do conde D. Pedro de Barcelos, datadas do século XIV.

Palavras-chave: Avariza; Cobiça; Conde D. Pedro de Barcelos.

Abstract

The theme of vices mobilizes debates regarding the interpretation of certain practices within the Christian-medieval logic. Therefore, this paper, the result of an ongoing monograph, aims to analyze how perceptions about *avaritia*—also considered, in some cases, as *cupiditas*—were shaped, mainly through the thought of Saint Augustine and Saint Thomas Aquinas on these concepts, as well as recent historiographical contributions. We aim to analyze the documentary sources to observe what could or could not “erode” these structures. The selected documentary corpus consists of Galician-Portuguese songs and the General Chronicle of Spain by Pedro Afonso, Count of Barcelos, dated to the 14th century.

Keywords: Avarice; greed; Pedro Afonso, Count of Barcelos.

¹ Graduanda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

III JORNADA DE CORRUPTIONE

A temática dos vícios, pecados e virtudes é recorrente nos textos patrísticos e nas obras teológicas que circunscrevem a Idade Média. A avareza, em especial, se destaca sendo categorizada também como *avaritia*, *cupiditas*, usura, dentre outros. A diligência em torno desse vício – e também pecado – desencadeou uma gama de produções, seja nos textos pastorais, como citado, ou na literatura, através de sátiras, contos e crônicas. Isso ocorre, pois, a avareza se encaixava num campo não somente de corrosão da alma, como também de corrosão do bem comum, de acordo com teólogos, dentre os quais destacamos Santo Agostinho e Tomás de Aquino que, por sua vez, ao discorrer sobre a avareza em sua Suma Teológica a considera como “a falta de moderação em relação aos bens exteriores”.²

Desse modo, a moderação – ou falta dela – era a tônica que, dentre outros requisitos, diferenciava os vícios e pecados das virtudes, segundo Tomás de Aquino. Vejamos o caso da liberalidade, virtude relacionada ao bom uso dos bens deste mundo, na medida em que o liberal é generoso sem, porém, desprezar a si mesmo ou aos seus. Em contraposição tem-se a avareza e a prodigalidade, ambas relacionadas ao excesso. Enquanto a prodigalidade é expressa pelo excesso no ato de gastar, a avareza está associada à paixão excessiva pelos bens deste mundo, sendo considerada pelos teólogos citados um pecado em nível espiritual e material, quando suas consequências afetam o bem comum.

Nesse sentido, para Tomás de Aquino, a avareza é um pecado contra si, manifestada quando o sujeito demonstra apego interior desmedido aos bens materiais. Na obra Sermões, Santo Agostinho também adverte que a busca desmedida por riquezas afasta o sujeito da virtude e, conseqüentemente, do caminho do reino dos céus.³ Tais riquezas são chamadas de “riquezas da iniquidade” pelo autor, visto que apesar da aparência valiosa, não oferecem proteção contra a miséria espiritual, na medida em que tais riquezas podem incitar pecados como orgulho e avareza, afastando os indivíduos da justiça divina. Ademais, a avareza é também um pecado contra o próximo, posto que o sujeito acumula tais bens em excesso por tempo indeterminado. Nesse sentido, Tomás de Aquino sugere que os bens materiais não podem ser possuídos por várias pessoas ao mesmo tempo, logo, enquanto um acumula, outro sofre com a escassez.⁴

De modo a contornar o vício da avareza, a caridade é um assunto frequentemente revisitado pela doutrina cristã. Quem doa com prudência e de bom coração está sendo liberal, uma vez que se desprende de seus bens e os distribui com parcimônia. O dinheiro, nesse aspecto é, portanto, matéria tanto da virtude da liberalidade, uma vez que mostra a disposição de dar sem apego, quanto da justiça, responsável por manter a igualdade e de dar ao outro o que lhe é de direito. É nesse aspecto que Agostinho afirma: “Se você tem bens e os outros não, compartilhe com eles, para que seja comparti-

² TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Volume 6: Justiça - Religião - Virtudes Sociais. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 668.

³ AGOSTINHO DE HIPONA. **Sermões I**. Tradução de Souza Campos, E. L. de. Niterói: Valdemar Teodoro Editor, 2020, p. 556-557. Disponível em: https://archive.org/details/santo-agostinho-sermoes-i_202011. Acesso em: 10 set. 2024.

⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre a diferenciação das manifestações da avareza, Cf. TOMÁS DE AQUINO, p. 666-668.

lhado com você. Compartilhe aqui e lhe será compartilhado lá”.⁵ E também “[...] doe a Deus e ele o chamará em juízo para forçá-lo a receber o que tem de direito”.⁶ No discurso cristão, há uma espécie de recompensa moral e espiritual condicionada ao ato de doar, quase como uma lógica de dom/contradom, tendo em vista que a perspectiva não é a de que se doe pela natureza da doação, mas sim que se doe para que se tenha recompensas celestiais e eternas.

A lógica da doação transforma a maneira como a Igreja lida com a questão da usura nos séculos finais da Idade Média. Em *Mercadores e Banqueiros*,⁷ Le Goff revisita categorizações elaboradas por teólogos como Agostinho e Tomás de Aquino acerca das noções de usura, avareza e cobiça – e como esses conceitos foram mobilizados relativamente aos banqueiros e mercadores da baixa Idade Média. De acordo com Le Goff, na teoria a relação entre Igreja e tais atividades profissionais era árdua, porque os mercadores frequentemente praticavam juros nas relações comerciais – ou seja, a usura – o que era condenável pela Igreja, pois visavam o lucro através do trabalho de outrem, logo, caíam no pecado capital da *avaritia*.

No entanto, na prática, essas relações eram maleáveis. Segundo Le Goff, a Igreja passou a adotar uma postura tolerante, ao invés de coercitiva. Isso se explica pela junção entre a teoria eclesial do trabalho e a noção de bem comum: os mercadores⁸ e viajantes se expunham a riscos para que pudessem oferecer à sociedade produtos necessários – em outras palavras, para o bem comum. O justo era que recebessem seus salários, ainda que provenientes da usura, mas agora travestida de “multa”. A avareza, aqui tida como usura, já não afetava o bem comum, pelo contrário, oferecia recursos para a sua manutenção. Ou seja, os juros pagos agora eram voluntariamente doados a Igreja. Assim, Le Goff afirma: “quando a letra era respeitada, a Igreja aceitava mais facilmente que o espírito fosse traído”,⁹ isto é, formalmente as regras eram seguidas, mas a lei não seguia com o seu propósito moral e religioso.

Diante das virtudes – tais como caridade, prodigalidade e justiça – a avareza, constantemente posta no rol dos mais graves vícios, senão a rainha de todos eles, se apequenava. Sobretudo nos últimos séculos do período medieval com uma nova ética cristã do comércio e das finanças, como explicam Casagrande e Vecchio,¹⁰ cujo objetivo era “equilibrar o lucro individual advindo dessas atividades com o bem comum”¹¹.

⁵ AGOSTINHO DE HIPONA, p. 1579

⁶ *Ibidem*, p. 1590.

⁷ LE GOFF, Jacques. A atitude religiosa e moral. In: LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 71-101.

⁸ O autor aponta que a teoria eclesial do salário se encaixava sem grandes problemas quando se tratava do estereótipo do mercador viajante. Cf. LE GOFF, op.cit., p.81.

⁹ LE GOFF, op.cit., p. 79.

¹⁰ CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. *Avarizia*. In: CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. **I sette vizi capitali: Storia dei peccati nel Medioevo**. Milão: Giulio Einaudi Editore, 2000, p.96-123.

¹¹ *Ibidem*, p. 117.

No entanto, as percepções acerca do avarento e da própria avareza admitem contornos mais fluidos a depender da profissão do interlocutor, como explicam as autoras. Quando se tem uma figura que ocupa função em cargo público, a avareza não pode nem ser cogitada, de modo que “o vício assume a forma de roubo, tributação injusta, falta de distribuição de bens e pode até converter, no caso de uma política econômica míope e esbanjadora, no seu oposto, na prodigalidade”.¹²

Quando analisamos as obras do conde D. Pedro de Barcelos é usual encontrarmos menções a um personagem em específico, Gomez Lourenço de Beja, privado do rei. Inicialmente, cabe destacar que estes personagens estavam inseridos no conflito sucessório entre o Infante Afonso e o rei D. Dinis de Portugal, episódio conhecido como a Guerra Civil que perpassou os anos de 1319 a 1334. Essa disputa foi analisada pela historiografia sob diferentes lentes, ora como a manifestação de um período anárquico e personalista, como fizeram os historiadores em grande parte do século XIX e início do XX, ora como uma manifestação de centralização do poder régio, numa perspectiva centralista que predominou nos estudos historiográficos durante a segunda metade do século XX, como explicitado pelo historiador Felipe Pessoa.¹³

Ambas as análises, no entanto, se manifestam se maneira simplista, pois ora recaem num anacronismo nacionalista, ora submetem a disputa política exclusivamente a uma questão “personalista” pelo poder. É posta em segundo plano a tarefa de compreender as relações concorrenciais presentes na sociedade, evidenciando que não se trata do modelo centralizador do rei versus o modelo descentralizador da nobreza, representada pelo Infante. As cantigas, sobretudo as satíricas, cumprem um papel importante ao evidenciar a pluralidade de agentes políticos da época, bem como as leituras acerca do que é ou não categorizado como virtude, a depender do posicionamento ao qual pertence o jogral/trovador. Vejamos a cantiga “Os privados que del rei ham”¹⁴:

*Esta cantiga foi feita a Miguel Vivas, que foi enleito de Viseu, e a
Gómiz Lourenço de Beja. Os privados, que d'el-rei ham*

*Os privados, que d'el-rei ham,
por mal de muitos, gram poder,
seu saber e juntar haver;
e non'ó comem nen'ó dam,
mais posfacam de quem o da;
e de quanto no reino ha,
se compre tod'a seu talam*

¹² Ibidem, p.119.

¹³ PESSOA, Felipe. **O conflito sucessório entre D. Dinis e D. Afonso IV na historiografia e nas cantigas galego-portuguesas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p.3-11.

¹⁴ LOPES, Graça; FERREIRA, Manuel et al. **Cantigas Medievais Galego Portuguesas** [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA (2011-2024). Disponível em: <<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 15 out 2024.

*Os que trabalham de servir
el-rei, por tirar galardom,
se do seu band'ou seus [nom] som,
logo punham de lho partir.
O que d'el-rei quiser tirar
bem sem servir, se lhis peitar,
have-lo-a, u lho pedir.*

*Se[u] sem ou seu saber e tal
qual vos ca ja 'gora contei;
e fazem al, que vos direi,
que e mui peor que o al:
u s'el-rei mov'a fazer bem,
com'e razom, pesa-lhes em
e razoam o bem por mal.*

*E u compre conselh'ou sem
a seu senhor, nom sabem rem
se nom em todo desigual.*

(V 1038)

A frase inicial que precede a cantiga é a rubrica, que indica a quem a cantiga é endereçada. Neste caso, a Miguel Vivas e a Gómez Lourenço de Beja, ambos privados do rei, criticados pela suposta avareza e ganância, ao acumularem bens sem distribuí-los, prejudicando o bem comum, na medida em que obstruem a função do rei de distribuir a riqueza e colocá-la a serviço do reino - ou seja, impedindo o exercício de justiça do rei, como observado na primeira estrofe e indicado por Felipe Pessoa.¹⁵

Gómez Lourenço de Beja também é citado na Crônica Geral da Espanha,¹⁶ de 1344, outra obra cuja autoria é atribuída a D. Pedro de Barcelos:

[...] e, en este tempo, houvesse a desafiar o iffante Dom Afonso com seu padre pormizcramentos que poseraom entre eeles. e dicen que este dsvayro por antre elles huun vyllao vogado que avya nome Gomez Lorenço de Beja que era filho de um carpenteiro

¹⁵ PESSOA, Felipe Ferreira de Paula. **Trovar e reinar**: o papel político das cantigas galego-portuguesas (Portugal, séc. XIII e XIV). 2022. 211 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. p. 189. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/46303>. Acesso em 27 set. 2024.

¹⁶ CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Vol. IV. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Imprensa Nacional, 1990, p. 253.

III JORNADA DE CORRUPTIONE

dessa villa e depois dreire de santiago, este, por suas fermosas palabras enduse muytos dos concelhos e outrossy dos fidalgos, fazendolhes creer suas mentirosas palabras. e, por ester falsos enduzimentos, perdeo el rey dom denis a cidade de Coimbra e o porto e o castello de Monte Mayo, o velho, e o castello de Feira e o de Gaya, ca os tomou o iffante.

Notemos como em ambas, Pedro de Barcelos cita com animosidade o privado do rei, Gómez Lourenço de Beja, acusando-o seriamente, caracterizando-o não apenas como um mau conselheiro, mas como avaro. Este é um dos principais conselheiros reais do rei Afonso IV – antes, Infante Afonso. Na representação feita por D. Pedro de Barcelos ele é considerado um dos principais responsáveis pelo conflito sucessório, além de ser caracterizado como um advogado vilão. De acordo com a historiadora Neila Matias de Souza,¹⁷ a posição social do sujeito aparece enquanto determinante para a condição de mau conselheiro, um topos literário da época. Portanto, o Conde de Barcelos classifica Gómez Lourenço de Beja, de origem vil, como um pecador, mau conselheiro e semeador da discórdia entre o rei Dinis e o seu filho.

Paralelamente, D. Pedro é posto ao lado da rainha Isabel, ambos como moderadores do conflito.¹⁸ Seu caráter conciliatório é assim interpretado pois retira a responsabilidade das ações tanto do rei Dinis, quanto de seu irmão Afonso e a transfere para os ditos maus conselheiros régios, como Gómez Lourenço de Beja. Nesse aspecto, é como se os únicos agentes fossem o rei e o infante, e por não os criticar diretamente, o Conde de Barcelos assumiria o papel de conciliador. Embora algumas das críticas tecidas aos personagens históricos – que geralmente são alocados nos bastidores do conflito, – sejam mais convenientes do que materiais, elas demonstram a importância histórica atribuída aos conselheiros régios.

A avareza, portanto, assume aqui um papel de corruptora da justiça e do bem comum. Diferentemente do comportamento que a Igreja esperava dos mercadores, os privados do rei não deveriam guardar suas riquezas, ainda que fossem provenientes do exercício de aconselhar o rei, de modo a que governasse com justiça para o bem comum. O que é posto em jogo, portanto, é o discurso, a denúncia daqueles considerados opositores, de tal modo que as percepções acerca dos vícios e suas consequências são moduladas de acordo com quem se fala e para quem se fala, ao passo que a função do interlocutor e sua posição social são pontos de diferenciação.

¹⁷ SOUZA, Neila de. **O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**: uma caracterização narrativa da nobreza ibérica (Portugal - século XIV. 2018. 202 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 102. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13379>. Acesso em: 23 set. 2024.

¹⁸ Ibidem, p. 39.

Referências

Fontes

AGOSTINHO DE HIPONA. **A Cidade de Deus**. Tradução de J. Dias Pereira. 5ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. 1, 2016.

_____. **Sermões I**. Tradução de Souza Campos, E. L. de. Niterói: Valde-
mar Teodoro Editor, 2020. Disponível em: https://archive.org/details/santo-agostinho-sermoes-i_202011. Acesso em: 10 set. 2024.

CINTRA, Luís Felipe Lindley (ed.). **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Vol. IV. Lisboa: Aca-
demia Portuguesa da História, Imprensa Nacional, 1990

LOPES, Graça; FERREIRA, Manuel et al. **Cantigas Medievais Galego Portuguesas** [base de
dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA (2011-2024). Disponível em:
<<http://cantigas.fcsh.unl.pt>>. Acesso em: 15 out. 2024.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Volume 6: Justiça - Religião – Virtudes Sociais. 6. ed.
São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Bibliografia

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Avarizia. In: CASAGRANDE, Carla; VECCHIO,
Silvana. **I sette vizi capitali: Storia dei peccati nel Medioevo**. [S. l.]: Milão: Giulio Einaudi
editore, 2000, p. 96-123.

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc.
XII-XIII). In: FAUAZ, Armando (org.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**.
Heredia: Editora de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018, p. 133-150.

DRUMMOND, Albert. As constituintes da moral medieval católica: como os vícios humanos se
tornaram os sete pecados capitais. **Revista Mundo Antigo**, v. 3, n. 05, p. 41-62, julho 2014.
Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

LE GOFF, Jacques. A atitude religiosa e moral. In: LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros
da Idade Média**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. cap. Capítulo III, p. 71-101.

PESSOA, Felipe. **O conflito sucessório entre D. Dinis e D. Afonso IV na historiografia e nas cantigas galego-portuguesas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

_____. **Trovar e reinar: o papel político das cantigas galego-portuguesas** (Portugal, séc. XIII e XIV). 2022. 211 f., il. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/46303>. Acesso em 27 set. 2024.

PRADO, Thiago. Presença de São Tomás de Aquino na Construção da narrativa medieval sobre dinheiro. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso. São Paulo, v.19, n.1, jan./mar.2024.

SOUZA, Neila de. **O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**: uma caracterização narrativa da nobreza ibérica (Portugal - século XIV. 2018. 202 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p. 102. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13379>. Acesso em: 23 set. 2024.

9. ORDEM, DESORDEM E CORRUPÇÃO NA NOVA LUSITÂNIA (SÉC. XVI)

Sérgio Martins-Costa Coelho¹

Resumo

O estudo da corrupção na história é um grande desafio. Há, de início, o risco de tratar o conceito de maneira pouco historicizada e de projetar para o passado concepções e preconceitos do presente sobre o seu significado. Esse risco é especialmente alto quando se estudam épocas pré-modernas em que laços de amizade e parentesco, bem como as lógicas de serviço e benefício, constituíam formas legítimas de organização do político. Nesse período, a corrupção também existia, tanto como vocábulo, quanto como conceito. No entanto, os seus significados eram mais amplos e variados do que os de hoje. Para lançar luz sobre esse tema, pretende-se, nesta comunicação, analisar, brevemente, algumas das percepções que Duarte Coelho estabelece sobre ordem, desordem e corrupção e tentar entender, em sua correspondência com D. João III, parte das condutas e comportamentos que, na percepção do donatário, desordenavam a sociedade. Com base no discurso articulado nas cartas, pretende-se compreender por que, uma mesma conduta podia ser tida, ora como virtuosa, ora como corrupta.

Palavras-chave: Corrupção, desordem, Nova Lusitânia.

Abstract

The study of corruption in history is a great challenge. To begin with, there is the risk of treating the concept in a poorly historicised way and of projecting present-day conceptions and prejudices about its meaning into the past. This risk is especially high when studying pre-modern eras in which ties of friendship and kinship, as well as the logic of service and benefit, constituted legitimate forms of political organisation. In these times, corruption also existed, both as a word and as a concept. However, its meanings were broader and more varied than they are today. In order to shed light on this subject, the aim of this communication is to briefly analyse some of the perceptions that Duarte

¹ Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD-UnB).

III JORNADA DE CORRUPTIONE

Coelho establishes about order, disorder and corruption and to try to understand, in his correspondence with King João III, some of the conduct and behaviour that, in the donatory's perception, disordered society. Based on the discourse articulated in the letters, the aim is to understand why the same behaviour could be seen as virtuous or corrupt.

Keywords: Corruption, disorder, Nova Lusitania.

Creio que, de início, seja necessário esclarecer por que uma comunicação sobre o Brasil quinhentista está sendo apresentada em um congresso de história medieval.

A resposta mais evidente seria o argumento da longa duração. Desde a proposição inicial de Le Goff, tem-se utilizado a chave da longa duração para prolongar a Idade Média no tempo² e no espaço,³ evidenciando haver muito mais continuidades entre a baixa Idade Média e o início da modernidade do que supunha a vetusta oposição “idade das trevas” *vs.* “idade das luzes”.

No período em que Duarte Coelho escrevia as suas cartas — 1542 a 1550 — há, no que concerne à cultura jurídico-política, uma notória tendência à continuidade da tradição medieval. A forma de organização da vida política, bem como a essência normativa que a regia eram os mesmos da baixa Idade Média. Tratava-se de um modelo centrado na metáfora do corpo humano como paradigma para a organização da sociedade (com todos os desdobramentos que decorriam dessa forma de se pensar o político),⁴ na administração da justiça como função precípua do governante e na jurisdição como principal mecanismo para o exercício do poder.⁵

Ao mesmo tempo, há descontinuidades, sobretudo no que concerne à produção e à circulação das riquezas. Não se pode ignorar, neste âmbito, que a expansão marítima alterou o incipiente capitalismo mercantil, tanto em escala – graças à disponibilidade de uma grande quantidade de recursos provenientes das conquistas ultramarinas – quanto em abrangência geográfica, mundializando-o.

Ambas as realidades, uma marcada pela continuidade e outra pela ruptura (em que pesem as tendências historiográficas de enfatizar ora uma, ora outra, a depender do objeto de estudo e das preferências ideológicas dos historiadores) coexistem e, conforme tentarei demonstrar, eram perceptíveis aos agentes históricos.

² Para mais detalhes ver: LE GOFF, Jacques. *Le Moyen Âge s'achève en 1800*. In : **Un long Moyen Âge**. Paris: Tallandier, 2004, p. 57-70 ; LE GOFF, Jacques. **À la recherche du Moyen Âge**. Paris : Ed. Louis Audibert, 2003, p. 40.

³ A este respeito ver: BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**, do ano mil à Conquista da América. São Paulo: Globo, 2006; COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'Além-mar**. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII). 1ª. ed. Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

⁴ Para maiores detalhes, ver: HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994; HESPANHA, António Manuel. **A Cultura Jurídica Europeia**. Síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

⁵ Para maiores detalhes, ver: COSTA, Pietro. **Iurisdictio**. Semantica del potere politico nella pubblicistica medievale (1100-1433). Milano: Giuffrè Editore, 2002.

É com base nesta chave de leitura — os dois tempos da modernidade, para dialogar com Braudel — que tentarei responder à pergunta do motivo, no discurso de Duarte Coelho, de uma mesma conduta, a extração do pau-brasil, ser considerada, ora corrupta, ora virtuosa.

Mas, antes disso, dedico algumas poucas linhas a uma nota biográfica sobre o autor das Cartas.

Nota biográfica de Duarte Coelho

A vida de Duarte Coelho é pouco conhecida. Não se sabe ao certo em que ano nasceu, desconhece-se a sua cidade natal, há dúvidas sobre quem seriam os seu pais e ignora-se quase tudo sobre a sua primeira educação.

Sobre todos esses dados biográficos, há apenas especulações. Estima-se que ele tenha nascido por volta de 1485 em Miragaia, então Freguesia do Porto.⁶ Quanto à sua progenitura, a tradição historiográfica, no esteio de Carlos Malheiro Dias⁷ e de Pedro de Azevedo⁸, afirma que era filho bastardo de um certo Gonçalo Coelho⁹, a quem Malheiro Dias logo identificou com o navegador que comandara a segunda expedição à costa do Brasil, em 1503.¹⁰

Francis A. Dutra, no entanto, tem menos convicção quanto à paternidade de Duarte Coelho. Em sua pesquisa,¹¹ o autor identificou ao menos seis homens proeminentes chamados Gonçalo Coelho, que viveram entre 1475 e 1525 e que reuniriam as condições para ser pai do autor das cartas.

A vida do primeiro donatário de Pernambuco, todavia, começa a ser mais conhecida a partir do momento em que ele emigrou para a Índia. Em 1509, juntou-se à Armada de D. Fernando Coutinho em direção ao oriente. Lá permaneceu entre 1509 e 1529. Dentre os seus feitos destacam-se: um papel preponderante na tomada de Malacca; a vitória naval em numerosos embates com as forças navais chinesas; a negociação, como embaixador, de um tratado pelo qual o rei da Tailândia concedia aos portugueses o privilégio de um livre e pacífico comércio em Malacca¹² e a descoberta (entendida como exploração) da Conchinchina.¹³

Após o seu retorno a Portugal, foi nomeado para uma curta embaixada junto à Corte francesa, além de atuar entre 1531 e 1532 como capitão-mor de armadas encarregadas de levar suprimentos e

⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada, 2ª. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997, p. 5-10.

⁷ DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil**, vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 194 ss.

⁸ DUTRA, Francis A.. Duarte Coelho Pereira, First Lord-Proprietor of Pernambuco: The Beginning of a Dynasty. **The Americas**, v. 29, n. 4, p. 415-441, 1973, p.416.

⁹ Sobre a mãe de Duarte Coelho, nas palavras de Malheiro Dias, “são densas as trevas”. DIAS, op. cit. p. 194.

¹⁰ Idem.

¹¹ DUTRA, op. cit, p .420.

¹² DUTRA, op. cit., p. 420.

¹³ Malheiro Dias transcreve um documento em que Jorge de Albuquerque, ao escrever uma carta de Malaca, datada de 1 de janeiro de 1524 diz: Mandey Duarte Coelho a descobrir a Conchymchina. Cartas de Afonso de Albuquerque, tomo IV (1910). DIAS, op. cit., p. 27.

de defender a costa em diferentes partes do Império português. Em março de 1534, foi feito donatário de Pernambuco, partindo para o além-mar pouco tempo depois.

Ao longo de seus mais de vinte anos de serviço ao Rei no oriente, de sua missão diplomática na França e de sua atuação como comandante de armadas portuguesas, Duarte Coelho acumulou uma vasta experiência, um importante cabedal e uma longa lista de serviços prestados ao monarca. Além disso, construiu uma rede de contatos que lhe seriam indispensáveis à atuação como Capitão e Governador¹⁴ da Nova Lusitânia.¹⁵

O corromper do “fazer de brasill”

Duarte Coelho, escreveu, ao longo do tempo em que governou a Nova Lusitânia, uma vasta quantidade de cartas por meio das quais, efetivamente, desembarçava, junto ao Rei, os assuntos relativos ao governo de sua capitania. Dessas cartas, cinco sobreviveram até os dias correntes.

Um dos assuntos mais tratados por ele é o da ordem e, por via reflexa, o da desordem, domínio no qual ele insere a extração destemperada de pau-brasil pelos “armadores de brasill”.

Na carta que escreveu em 1546, ao falar do tema, Duarte Coelho denuncia a corrosão dessa atividade, dando conta de como se corrompe o “fazer de brasill”, de quem o corrompe e do porquê se corrompe. Vejamos cada um desses elementos.

Pela correspondência de Duarte Coelho depreende-se que a extração orientada para o proveito econômico egoístico, mediante promessas de “coisas fora de ordem” desordenava a terra e, portanto, a corrompe. Vejamos o que escreve o donatário:

(...) mas , esses a quem Vossa Alteza la faz merce de brasill como quer que lhe custa pouco nem estão com os trabalhos e fadigas e nos peligros e derramamento de sangue em que eu Senhor estou e ando não lhes da nada Senhor de cousa alguma do que me a mim daa e do que eu simto não ho semtem eles, nem a perda que Vossa Alteza terá porque por fazerem seu brasill importunão tamto os imdeos e prometem lhe tamta cousa fora d'ordem que metem a terra toda em desordem da ordem em que ha eu tenho posto e se lhe dão alguma cousa do que lhe prometem he deitar a perder ho conserto e ordem que tinha posto para o que cumpre ao trato deste brasill quando se Vossa Alteza quiser servir dele (...)¹⁶

Em uma sociedade estruturada em torno de dádivas e de mercês, é inevitável indagar por que as promessas e dádivas dos “armadores” corrompem o “fazer de brasill”? Para esboçar uma resposta, examinemos melhor quais são essas coisas fora de ordem que se davam aos indígenas. Nesta mesma carta de 1546, Duarte Coelho escreve:

porque não basta Senhor darlhe as ferramentas como estaa em costume mas por fazerem os imdeos fazer brasill dam lhe comtas da bahia e carapuças de pena e roupas de cores que

¹⁴ Esses eram os títulos que, nos termos de suas cartas de doação, os donatários podiam utilizar.

¹⁵ Este era o nome pelo qual, em suas Cartas, Duarte Coelho designa a sua capitania.

¹⁶ MELLO; ALBUQUERQUE, **Cartas de Duarte Coelho**, op. cit, p. 47.

homem qua não pode alcançar para seu vestir e o que pior he espadas e espingardas em especiall huns poucos de poucos homens que com favor e abrigo meu de tres anos para qua estão na terra de Pero Lopez pegado comiguo que em som d'armadores de fazer fazendas como abitadores na terra são armadores de brasill que nunca deixão de ho fazer e carregar porque de três anos para qua tem levados mais de seis ou sete navios carregados de brasill. Eu ja lho tenho requerido e feito sobre isso ho que me pareceo bem e serviço de sua alteza e qua em minhas terras Senhor provido sobre isso e pregoado conforme a lei que Vossa Alteza pos em minhas doações e vou a mão a iso quamto posso, porque sertifico a Vossa Alteza que de três anos para qua que se corrompeo este fazer de brasill que põe em muita comfusão ha terra e a mim da grande trabalho e fadiga em acodir a tamtos deconcrtos e arremedear desmachos.¹⁷

Há dois elementos a serem destacados. Um simbólico, na medida que os presentes dados pelos “armadores de brasill” alteravam a feição “natural” da ordem sobre a qual a visão de mundo daquela sociedade estava assentada.¹⁸ E um outro, material, que impactava o equilíbrio de forças entre os colonizadores e os nativos.

Assim, dar carapuças, plumas, “comtas da Bahia” e vestimentas de cores luxuosas¹⁹ aos indígenas era, segundo o discurso do donatário, desordenar a terra, porque criava distinções sociais que não tinham lastro no serviço ao bem comum e eram, por isso mesmo, falsas.

O elemento material implicava, mais concretamente, a alteração de capacidades militares. É sabido que a relação entre portugueses e indígenas nas décadas iniciais do século XVI era bastante complexa, marcada por violência e assentada em precários consensos que mantinham um frágil equilíbrio de poder entre os nativos e os colonizadores.²⁰ Dar-lhes armas era uma forma de se alterar esse equilíbrio e tinha, por isso mesmo, na opinião de Duarte Coelho, grande potencial desordenador.

Em contraponto a esta forma corrupta de se “fazer brasill”, o donatário também apresentava a forma virtuosa de se extrair a madeira: a que ele mesmo praticava.

Ja tenho escripto a Vossa Alteza lhe fiz saber por outras que escripto lhe tenho que humas cousas que mais denefica ao bem e aumento destas terras he fazerse brasill nem a vinte legoas das povoações que se ora novamente povoam em especial nesta Nova Lusitania porque o brasill Senhor esta mui longe polo sertão a demtro e mui trabalhoso e mui peligroso de aver e mui custoso, e os imdeos fazem no de ma vontade pollo qual esse que eu la tenho pasados para Vossa Alteza e asi hum pouco até ho presente fiz para mim pella licença de que me Vossa Alteza fez mercê faz se todo por sua ordem e muito devagar conforme há condição dos indeos em dez e doze meses e em ano e meo a carga de hum

¹⁷ Ibidem, p. 47-49.

¹⁸ A ordem era entendida de forma naturalista. Ela era produto da lei Divina e manifestava-se, no mundo, através da natureza, que, por sua vez, deveria ser replicada na ordem social. É neste sentido que se devem entender hierarquias e distinções sociais. Ver: HESPANHA, **A Cultura Jurídica Europeia...** op. cit., p. 104 ss.

¹⁹ Sobre o significado do combate ao luxo no Antigo Regime ver: SEELAENDER, Airton. **Polizei, Ökonomie und Gesetzgebungslehre: ein Beitrag zur Analyse der portugiesischen Rechtswissenschaft am Ende des 18. Jahrhundert.** Tese (doutorado). Universität, Frankfurt am Main, 2001; SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira-Leite. A polícia e o rei-legislador: notas sobre algumas tendências da legislação portuguesa no Antigo Regime. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 120-135.

²⁰ Ver: GARCIA, Elisa Frühauf. Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: **Coleção o Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Volume 1, 2022, p. 317-355, p. 335-336.

navio e que me saia mais custoso he necesario senhor soffello polo que cumpre ao bem da terra.²¹

Conclusões parciais

O discurso articulado nas cartas é de natureza política e serve a um objetivo igualmente político. Por meio dele, o donatário visava, em primeiro lugar, a dar fundamento à mercê que pleiteava e, em segundo, a se afirmar como modelo de governante virtuoso, ao mobilizar conceitos antitéticos e assimétricos.²² Para isso, ele mobilizava uma certa cultura política, que era um dos fundamentos legitimadores do modelo político. Mais especificamente as lógicas de serviço e benefício e a ideia do bem comum.

Assim, a figura dos armadores de Brasil, mais preocupados com seu proveito econômico do que com o bem comum da Nova Lusitânia, torna-se, no discurso do donatário, a personificação da desordem nesta dicotomia entre proveito egoístico e bem-comum, está contida uma das grandes tensões da primeira modernidade: um tempo lento, da permanência de estruturas estabelecidas, e outro mais rápido e dinâmico, que prenuncia um novo paradigma cujo ápice ainda precisaria esperar um par de séculos.

A conduta dos armadores, contudo, era, em essência, a mesma que praticava o próprio autor das cartas. Afinal, ele também extraía o pau-brasil. Nesse sentido, Duarte Coelho era também um “armador de brasil” e o próprio Rei era o maior dos “armadores de brasil”, uma vez que era dele o monopólio desse recurso. Fica assim evidente, como a mobilização discursiva da palavra corrupção pode ser útil para o alcance de objetivos políticos.

No sentido que o utiliza Duarte Coelho o termo não tem o significado restrito que tem o tipo penal da corrupção nos dias atuais. Aproxima-se mais da ideia de corrosão de um modelo ou da putrefação de um corpo. No quadro maior do discurso do donatário, o “corromper deste fazer de brasil” integra-se ao campo semântico da desordem e do desgoverno, na medida em que subverte as lógicas de serviço e benefício e, por consequência desnatura o próprio fundamento de justiça que deveria servir de alicerce à organização do político.

²¹ MELLO; ALBUQUERQUE. *Cartas de Duarte Coelho...*, op. cit., p. 47.

²² Para maiores reflexões, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

Referências

Fontes

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**: reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada, 2ª. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1997.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**, do ano mil à Conquista da América. São Paulo: Globo, 2006.

COELHO, Maria Filomena. **A justiça d'Além-mar**: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII). 1a. ed. Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

COSTA, Pietro. **Iurisdiction**: semantica del potere politico nella pubblicistica medievale (1100-1433). Milano: Giuffrè Editore, 2002.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da colonização portuguesa do Brasil**, vol. III. Porto: Litografia Nacional, 1924.

DUTRA, Francis A. Duarte Coelho Pereira, First Lord-Proprietor of Pernambuco: The Beginning of a Dynasty. **The Americas**, v. 29, n. 4, p. 415–441, 1973.

GARCIA, Elisa Frühauf. **Troca, guerras e alianças na formação da sociedade colonial**. In: Coleção o Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Volume 1, 2022, p. 317–355, p. 335-336.

HESPANHA, António Manuel. **A Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **À la recherche du Moyen Age**. Paris: Ed. Louis Audibert, 2003.

LE GOFF, Jacques. Le Moyen Âge s'achève en 1800. In: **Un long Moyen Âge**. Paris: Tallandier, 2004, p. 57-70.

SEELAENDER, Airton. **Polizei, Ökonomie und Gesetzgebungslehre**: ein Beitrag zur Analyse der portugiesischen Rechtswissenschaft am Ende des 18. Jahrhunderts. Tese (doutorado). Universität, Frankfurt am Main, 2001.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira-Leite. A polícia e o rei-legislador: notas sobre algumas tendências da legislação portuguesa no Antigo Regime. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **História do direito brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 120-135.

PARTE II

IX SEMANA DE
ESTUDOS MEDIEVAIS
MEDIOEVUM

10. O “PORTÃO DAS LÁGRIMAS” DO EUROCENTRISMO

Maktus Fabiano Gonçalves da Silva¹

Resumo

Nesta comunicação apresentaremos algumas reflexões iniciais de uma pesquisa de iniciação científica, centrada na Etiópia, em uma cronologia correspondente à Idade Média europeia. Portanto, uma contagem do tempo eurocentrada, que chegou a essa região pelo estreito de Bab-el-Mandeb (Portão das Lágrimas). O objetivo principal da pesquisa é analisar a pertinência das ferramentas analíticas utilizadas para interpretar o Império Etíope, entre os séculos XI e XVI, como “medievais” ou “feudais”. Sob quais chaves/métodos é possível chegar a tais conclusões? Há consenso historiográfico sobre o uso dessas terminologias? O caso etíope constituiria uma excepcionalidade no contexto africano? Os(as) estudiosos(as) da Etiópia estão orientados por uma concepção colonial que tem como referenciais cronológicos a Europa? Há equivalência entre os usos políticos das Gädla e textos hagiográficos? Essas são algumas perguntas que estamos interessados em responder a partir da leitura comparada de autores e autoras que estão debatendo sobre periodização, eurocentrismo, modo de produção, estudos pós-coloniais, doutrinas cristãs heterodoxas e movimentos monásticos.

Palavras-chave: Etiópia, modelo de santidade, eurocentrismo, Idade Média, hagiografias, gädl, cristianismo.

Abstract

In this communication, I will present some initial reflections from an undergraduate research project centered on Ethiopia, in a chronology corresponding to the European Middle Ages. In other words, a Eurocentric count of time, which reached this region via the Bab-el-Mandeb (Gate of Tears) strait. The main objective of the research is to analyze the relevance of the analytical tools used to interpret the Ethiopian Empire between the 11th and 16th centuries as “medieval” or

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade de Brasília.

“feudal”. Under which keys/methods is it possible to reach such conclusions? Is there a historiographical consensus on the use of these terminologies? Is the Ethiopian case exceptional in the African context? Are scholars of Ethiopia guided by a colonial conception that has Europe as its chronological reference point? Is there an equivalence between the political uses of the Gädla and hagiographic texts? These are some of the questions we are interested in answering through a comparative reading of authors who are debating periodization, Eurocentrism, mode of production, postcolonial studies, heterodox Christian doctrines and monastic movements.

Keywords: Ethiopia, model of holiness, eurocentrism, Middle Ages, hagiography, gädla, Christianity.

A Idade Média enquanto periodização é aplicável às sociedades do Ocidente Europeu entre os séculos V e XV. Seus marcos foram definidos levando em consideração as dinâmicas políticas e socioeconômicas daquela sociedade específica e, portanto, sua extensão a outras civilizações pode indicar uma concepção eurocêntrica da história. Apesar disso, existem muitos autores e autoras que trabalham com a cronologia Idade Média para entender a Etiópia. Entendemos que isso pode reforçar uma lógica eurocêntrica e universalizante de aplicação conceitual.

A problemática posta pelo eurocentrismo não se encerra com a diversificação territorial dos objetos analisados, pois se trata de uma questão de ordem paradigmática. É possível deslocar o eixo da Europa sem, no entanto, romper com as lógicas interpretativas, periodizações e métodos europeus e, assim, fazer uma história eurocêntrica de sociedades não-europeias.

Ao longo do século XIX, era comum encontrar nos discursos administrativos e científicos (história e antropologia) sobre o continente africano uma descrição que aproxima as estruturas indígenas pré-coloniais das estruturas feudais da sociedade europeia. Em particular, a sociedade etíope dos séculos XI a XVI é descrita e entendida por muitos historiadores e historiadoras nos marcos da Idade Média e do feudalismo.

Há de se atentar para variabilidade em que os termos acima são empregados no discurso historiográfico, pois a caracterização de sociedades africanas como medievais ou feudais possui muitas raízes, podendo surgir a partir de uma interpretação colonial das sociedades, de uma comparação entre as estruturas jurídicas feudo-cristãs ou de uma compreensão tradicional marxista sobre os modos de produção. Portanto, a identificação das lógicas interpretativas e métodos utilizados pelos(as) estudiosos(as) do tema assume grande relevância para o historiador que se debruça sobre tais problemáticas.

Nesta comunicação apresentaremos algumas reflexões iniciais de uma pesquisa de iniciação científica, centrada na Etiópia, em uma cronologia correspondente à Idade Média europeia. Portanto,

uma contagem do tempo eurocentrada, que chegou a essa região pelo estreito de Bab-el-Mandeb.² O objetivo principal da pesquisa é analisar a pertinência das ferramentas analíticas utilizadas para interpretar o Império Etíope, entre os séculos XI e XVI, como “medievais” ou “feudais”. Sob quais chaves/métodos é possível chegar a tais conclusões? Há consenso historiográfico sobre o uso dessas terminologias? O caso etíope constituiria uma excepcionalidade no contexto africano? Os(as) estudiosos(as) da Etiópia estão orientados por uma concepção colonial que tem como referenciais cronológicos a Europa? Há equivalência entre os usos políticos das Gädla e textos hagiográficos? Essas são algumas perguntas que estamos interessados em responder a partir da leitura comparada de autores e autoras que estão debatendo sobre periodização, eurocentrismo, modo de produção, estudos pós-coloniais, doutrinas cristãs heterodoxas e movimentos monásticos.

Para tanto, entendo ser pertinente realizar uma descrição das fontes. Os documentos levantados para os fins desta pesquisa permitem uma investigação crítica das alianças entre política e religião no contexto etíope, de modo que suas semelhanças com o medievo europeu não sejam entendidas como uma cópia do mesmo. A investigação se dará no campo historiográfico, por isso, me atenho aqui à análise de fontes secundárias. Nesta etapa, a pesquisa se encontra em estágio inicial e consiste na leitura e análise da historiografia, acompanhada por discussões com a professora orientadora. Ao final da pesquisa, espero poder dar resposta às problemáticas envolvendo a periodização do tempo na sociedade etíope e esclarecer o debate historiográfico acerca do tema.

Até o momento, foram analisados os artigos “An Ethiopian Fugitive Allied with a Nubian King? Ewostatewos and Sab’ a Nol at Noba through Hagiographical Narrative”, de autoria de Olivia Adankpo-Labadie³ e “As Gädla em perspectiva: especificidades do modelo de santidade etíope em relação a hagiografias” de Vitor Cunha.⁴

Em primeiro lugar, vamos analisar o artigo de Adankpo-Labadie. Seu texto investiga a versão mais antiga (século XIII) de um manuscrito que narra a peregrinação de Ewostatewos, um monge etíope. De acordo com a narrativa, o religioso foi líder de um movimento monástico heterodoxo marcado pela defesa de dois dias sabáticos. Isso o fez ser perseguido pelas autoridades políticas e eclesiásticas dominantes no contexto etíope. Tal fato marcou o início de um exílio que envolveu a travessia de regiões da Etiópia, Núbia, Egito, Palestina, Chipre e Armênia. É necessário, no entanto, trazer à tona que a narrativa foi alterada em suas versões posteriores. Se naquela o monge é retratado como uma figura rebelde, vítima de perseguição religiosa, nas versões seguintes o monge ganha uma personalidade conciliatória, que possui laços com o Rei.

² *Bab-el-Mandeb* é o estreito que separa os continentes da Ásia e África, ligando o Mar Vermelho ao Oceano Índico via Golfo de Adem. A sua tradução do árabe para português significa “Portão das lágrimas”.

³ ADANKPO-LABADIE, Olivia. An Ethiopian Fugitive Allied with a Nubian King?: Ewostätēwos and Sāb’a Nol at Nobā through Hagiographical Narrative. **Dotawo: A Journal of Nubian Studies**. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/jj.2353908.3?seq=2>. Acesso em: 8 jun 2024.

⁴ CUNHA, Vitor Borges da. As gädla em perspectiva: Especificidades do modelo de santidade etíope em relação a hagiografias. **Revista Emblemas**

O objetivo do texto da autora é oferecer uma nova tradução desse documento acrescida a uma profunda discussão sobre as dimensões geográficas, históricas e literárias da passagem. O manuscrito tem o nome de Gädla Ewostatewos, do Ge'ez “Contenda de Ewostatewos” e se enquadra no gênero literário gadl, que tem por característica narrar a biografia religiosa de pessoas santas. A associação com os textos hagiográficos produzidos pelo Ocidente é praticamente imediata, no entanto, cabe refletir se há correspondência entre seus usos políticos. Aqui, tentaremos desvendar quais lógicas interpretativas são mobilizadas pela autora ao se debruçar sobre a pesquisa da cristandade etíope.

Destaco, a seguir, dois trechos do texto que nos permitem visualizar de modo mais evidente a perspectiva da autora sobre o tema: “Such biographies contain a stereotypical frame, with multiple similarities with Byzantine or Western hagiographies. The purpose of a gadl is clear: to promote the figure of a saint by evoking and remembering his or her uncommon fate”.⁵

Notam-se elementos que privilegiam as conexões entre os mundos africano e europeu. A autora ressalta a viabilidade dessa aproximação para o entendimento do modo de funcionamento das instituições eclesásticas e os usos religiosos e políticos da escrita. No entanto, avalio ser oportuna a reflexão sobre a escolha de associar as gädla aos textos hagiográficos e não seus distanciamentos.

Em outro momento, a autora aponta: “The Ethiopian hagiographical texts, together with royal chronicles, are our main sources for the history of Medieval Ethiopia”.⁶ Numa descrição acerca das fontes utilizadas para estudar a Etiópia no período de referência, a autora recorre a uma categoria que nos interessa problematizar. A escolha do marcador “medieval” para se referir à sociedade etíope indica uma abordagem que busca entender seus processos nos marcos dessa cronologia. Evidentemente, trata-se de uma escolha problemática. A grande questão que se coloca é se algumas particularidades próprias da cristandade etíope não estariam sendo perdidas de vista ao serem inseridas nesse quadro interpretativo. Pretendo responder a esses questionamentos de modo mais adequado com o avançar da pesquisa.

Entretanto, percebe-se que a autora adota uma lógica interpretativa focada nos elos entre a cristandade etíope e a cristandade ocidental, entre os estreitos de Gibraltar e Bab El-Mandeb. A razão de nossas indagações reflete uma preocupação com um modo de se fazer história que tem a Europa como referencial.

Isso posto, podemos nos voltar à análise do texto de Cunha. O objetivo do autor é realizar uma etnografia da santidade etíope. Quais eram as características necessárias para a construção dos santos locais na Etiópia? Em que medida elas divergiam das narrativas hagiográficas ocidentais? Essa leitura nos permitirá visualizar com maior clareza as diferenças entre as produções ocidentais e etíopes sobre os santos. Cunha se vale de um exercício comparativo entre os dois gêneros literários e nota três

⁵ ADANKPO-LABADIE, Olivia. An Ethiopian Fugitive Allied with a Nubian King?: Ēwostätēwos and Sāb'a Nol at Nobā through Hagiographical Narrative. *Dotawo: A Journal of Nubian Studies*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/ji.2353908.3?seq=2>. Acesso em: 8 jun 2024.

⁶ Idem.

elementos particulares das produções abissínicas em relação às produções da cristandade latina medieval: a relação entre posse de relíquias e partes do corpo do santo como poder simbólico, que procura vinculá-lo à fundação de mosteiros, o enaltecimento dos milagres e a relevância do ascetismo. Buscarei detalhar esses elementos ao longo da comunicação.

Para traçar cada uma dessas características, o autor começa definindo o que se entende por campo religioso a partir das contribuições de Bourdieu. Segundo ele, campo religioso seria o espaço autônomo idealizado com “regras” próprias, as quais, através dos especialistas, detentores da autoridade, resultado da quantidade de capitais simbólicos e materiais que estes possuem, atribuem valor às produções que pretendem inserir-se no campo específico. Assim sendo, tanto no contexto do Império Etíope, quanto no da Europa Ocidental, o cristianismo, por meio da atuação dos sacerdotes, conseguiu acumular capital material e simbólico suficiente para que seu discurso fosse hegemônico, considerado legítimo por indivíduos leigos. Em ambos, a Igreja possui o poder simbólico de construir a realidade, de determinar o que é verdade e aquilo que não é. Apoiando-se em André Mittelro, o autor afirma que, nesses cenários, as narrativas hagiográficas e as *gädla* constituem, então, uma forma de propagação da mensagem, do discurso e da retórica cristãs. Nesse sentido, as *gädla* e as hagiografias são produções socio-religiosas que refletem questões sobre os objetivos e o tempo de suas produções.

A partir do século XIII, a institucionalização das Ordens Mendicantes na Europa Ocidental causa uma alteração nos modelos de santidade retratados nas hagiografias. Se antes estas serviam para efetivar a moral cristã por intermédio da evangelização e da crença de que a salvação poderia ser alcançada através de um exemplo, do XIII em diante os milagres têm seu foco deslocado para a atuação cotidiana dos santos. Há, portanto, uma aproximação entre as narrativas hagiográficas e os interesses das diferentes ordens mendicantes, cujas práticas eram voltadas à pregação.

Desvendar o contexto de produção dos tipos textuais sobre os quais nos atemos nesta comunicação é fundamental para compreender o modelo de santidade em cada região. No Império Etíope, as *Gädla* surgem durante a Dinastia Salomônida (XIII e XVIII) e eram produzidas no interior dos scriptoria nos mosteiros. De acordo com Derat,⁷ os santos nativos do Império Etíope são, em sua ampla maioria, figuras ligadas à fundação de mosteiros. Tal elemento nos revela um aspecto sobre o modelo de santidade na Etiópia: a fundação de mosteiros é a característica preponderante do modelo de santidade na região. Os mosteiros eram os centros de referência religiosos, e disputavam entre si a posse de diversos santos. O foco da disputa, entretanto, diferia daquela posta por seus homólogos no Ocidente. Quando eram dúbias as questões relativas ao direito dos santos, abria-se margem para a disputa pela autoridade de sua memória, mais do que por suas relíquias e restos corpóreos.

Para ilustrar tal fato, o autor recorre a Mariam, que analisa a vida do santo Takla Haymanot, um

⁷ DERAT, Marie-Laure. Moines et scriptorium dans le royaume d'Éthiopie aux XIV^e et XV^e siècles. **Histoire, monde et cultures religieuses**, v. 24, n. 4, p. 65-77, 2012

monge que viveu no século XIII.⁸ As quatro versões analisadas pelo autor vinculam a imagem do santo ao seu espaço. A sacralidade do espaço, o capital simbólico que o torna legítimo para os leigos, tudo isso é evidenciado pela disputa.

Podemos observar, então, o primeiro elemento destacado pelo autor como diferencial da santidade africana: a relação entre a posse de relíquias e partes do corpo do santo ao poder simbólico, que procura vinculá-lo à criação de mosteiros. Cunha nos oferece dois aspectos para responder ao motivo de a criação de conventos ser tão central para a cristandade abissínia. O primeiro deles considera o espaço de produção das narrativas: os próprios mosteiros. Essa foi a estratégia encontrada para lhes dar protagonismo, de atribuir prestígio ao local, de se legitimar entre os pares e toda a comunidade externa a ele. O segundo leva em conta uma escala mais ampliada da expansão do cristianismo e do Império Etíope no Chifre da África. A religião cristã foi utilizada pela dinastia Salomônida para centralizar o Império. Naquelas circunstâncias, evangelizar era uma tarefa crucial para alcançar tal objetivo. Logo, a fundação de mosteiros indicava o crescimento da fé cristã e também do Estado.

Vamos abordar agora o segundo elemento que contrasta as produções textuais dos dois espaços considerados. Ainda situados em um cenário de disputa entre mosteiros, desde a institucionalização das Ordens Mendicantes, a importância dos milagres sofre um declínio no Ocidente. Em contraponto, os milagres foram sempre exaltados na sociedade abissínia, porque a sua realização era indicativa de uma vida mais próxima de Deus. A *gädla* analisada por Mariam sobre a vida de Tàkla Haymanot nos oferece uma visão sobre a relevância dos milagres no Oriente: “à medida que ele envelhece, seus milagres também tendem a parecer mais importantes e surpreendentes”.⁹

Não obstante, o ascetismo dos santos junta-se ao rol de características distintivas das *gädla* em relação às hagiografias ocidentais. Muitos viajantes europeus que tiveram contato com cristãos etíopes notaram tal característica. A principal associação estabelecia-se entre Santo Antão, um egípcio conhecido por seu isolamento do mundo, que teria vivido entre os séculos III e IV, exercendo grande influência no pensamento cristão oriental. O isolamento e a devoção aparecem vinculados em muitas *gädla*. Ainda que esta característica possa parecer paradoxal quando associada à fundação de mosteiros, é preciso dizer que elas são, na verdade, complementares. Como exemplo, convém apresentar a trajetória do monge Basalota Mika’El, que abandonou o isolamento após seus discípulos insistirem que ele saísse para difundir seus ensinamentos.¹⁰ Um santo somente deixa seu isolamento para se dedicar à fundação de um mosteiro.

⁸ MARIAM, Tesfaye G. A structural analysis of *Gädlä Tàklä Haymanot*. **African Languages and Cultures**, v. 10, n. 2, p. 181-198, 1997.

⁹ Idem.

¹⁰ DERAT, Marie-Laure. Moines et scriptorium dans le royaume d’Éthiopie aux XIVe et XVe siècles. **Histoire, monde et cultures religieuses**, v. 24, n. 4, p. 65-77, 2012.

Cunha descreve as similaridades e distanciamentos entre as culturas textuais do Ocidente e da Etiópia, ainda que caminhe em maior medida para as diferenças entre elas. Seu artigo nos permite compreender as alianças entre política e religião em contextos cristãos distintos. Matizar tais diferenças é central para a nossa pesquisa.

Buscamos, dessa forma, formular as perguntas que acompanham o andamento de nosso plano de trabalho, bem como apresentar algumas das reflexões e apontamentos possíveis a partir da leitura dos artigos “An Ethiopian Fugitive Allied with a Nubian King? Ewostatewos and Sab’ a Nol at Noba through Hagiographical Narrative”, e “As gädla em perspectiva: especificidades do modelo de santidade etíope em relação a hagiografias”. Pretendemos refletir sobre as ferramentas analíticas mobilizadas para entender a sociedade etíope a partir da chave “Idade Média”, marcar as diferenças entre as culturas textuais do Ocidente e da Abissínia e, ainda, tecer uma crítica ao viés eurocêntrico que tradições historiográficas podem reproduzir.

Referências

Bibliografia

ADANKPO-LABADIE, Olivia. An Ethiopian Fugitive Allied with a Nubian King?: Ēwostātēwos and Sāb’a Nol at Nobā through Hagiographical Narrative. **Dotawo: A Journal of Nubian Studies**, [s. l.], 2019. DOI <https://doi.org/10.2307/jj.2353908.3>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/jj.2353908.3?seq=2>. Acesso em: 8 jun. 2024.

CUNHA, Vitor Borges da. As gädlä em perspectiva: especificidades do modelo de santidade etíope em relação a hagiografias. **Revista Emblemas**, v. 16, n. 2, 2019, p. 63-73.

DERAT, Marie-Laure. Moines et scriptorium dans le royaume d’Éthiopie aux XIVe et XVe siècles. **Histoire, monde et cultures religieuses**, v. 24, n. 4, p. 65-77, 2012.

MARIAM, Tesfaye G. A structural analysis of Gädlä Täklä Haymanot. **African Languages and Cultures**, v. 10, n. 2, p. 181-198, 1997.

11. A FIGURA DO SAGRADO DURANTE A PRIMEIRA CRUZADA

Yasmin Oliveira Santos¹

Resumo

O presente trabalho é proveniente da análise documental de Foucher de Chartres sobre o cerco a Antioquia durante a Primeira Cruzada, no século XI. O intuito é abordar o imaginário coletivo dos exércitos cruzados em torno da figura do sagrado. Para uma melhor compreensão, serão analisadas e discutidas as guerras religiosas e a formação da ideia de cruzada. A perspectiva teórica que conduz esta pesquisa vincula-se ao campo historiográfico das mentalidades, o denominado imaginário social. Pretende-se ainda considerar a relevância das relíquias no mundo medieval e sua conexão com a memória coletiva criada pela cristandade em torno do sagrado.

Palavras-chave: Primeira Cruzada; Foucher de Chartres; Relíquias Medievais.

Abstract

This paper examines the collective imaginary of the Crusader armies during the siege of Antioch in the 11th century, based on the documentary analysis of Foucher de Chartres's account. The aim is to explore the role of the sacred in shaping the Crusaders' perceptions and actions. To provide a comprehensive understanding, the study analyzes the religious wars and the formation of the Crusade idea. The theoretical framework guiding this research is rooted in the historiographical field of mentalities, specifically the concept of social imaginary. Furthermore, the significance of relics in the medieval world and their connection to the collective memory created by Christendom around the sacred are also considered.

Keywords: First Crusade; Foucher de Chartres; Medieval Relics.

¹ Graduada em História pela Universidade de Brasília.

A presente pesquisa é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em dezembro de 2023, na Universidade de Brasília, e busca explorar a relação entre a figura do sagrado e os participantes da Primeira Cruzada (1096-1099), a partir do relato de Foucher de Chartres (1059-1127) em “A 1ª Cruzada um Relato de quem lá esteve”, de 1101. A análise se concentra no descobrimento da Santa Lança em Antioquia, em 1098, e como este evento influenciou o imaginário coletivo dos cruzados. Foucher de Chartres foi o único cronista presente tanto na Primeira Cruzada quanto no Concílio de Clermont-Ferrand, em 1095.

Durante a expedição a Jerusalém, uma cidade de grande importância espiritual, chamada Antioquia, foi tomada pelos cruzados. No entanto, logo após a conquista, os exércitos cruzados foram cercados na cidadela pelos turco-muçulmanos. Nesse contexto, o milagre do descobrimento de uma relíquia sagrada adveio como uma esperança. O espírito de Santo André revelou em sonhos ao monge Pedro Bartolomeu (1075-1099) que a Santa Lança estava escondida na Catedral de São Pedro. A descoberta do objeto dividiu opiniões entre a elite cruzada quanto à sua veracidade, mas foi venerada como uma relíquia sagrada.

Este estudo propõe investigar a relação dos medievais com o sagrado e se essa relação foi reproduzida durante a Primeira Cruzada (1096-1099). Além disso, busca entender se o sagrado serviu como instrumento de dominação religiosa e política e se pode ser considerado um consenso coletivo.

Análise documental

Em primeiro lugar, é fundamental entender que as cruzadas não foram uma novidade para sua época. Elas foram antecedidas por outras guerras sacralizadas entre cristãos e os considerados pagãos, principalmente muçulmanos. Embora não tenha sido a primeira tentativa de expedição armada com vistas a socorrer a cidade santa e os cristãos bizantinos, o que difere e individualiza a primeira cruzada é o seu objetivo final ser a libertação de Jerusalém (FLORI, 2013). Cabe ressaltar que o termo “Cruzada” não existia na época da primeira cruzada. A palavra “cruzado” definia aqueles marcados pela cruz na expedição à Jerusalém.

Nesse contexto, a convocação da Primeira Cruzada (1096-1099) apoiou-se em uma estrutura religiosa, política e social sob forte influência da figura do sagrado, na qual as relíquias adquiriam grande importância no imaginário coletivo, as guerras eram sacralizadas e a autoridade pontifícia tinha expressiva relevância.

Em 19 de junho de 1097, os cruzados conseguem libertar Nicéia da dominação turca, passando para o domínio bizantino, e prosseguiram até Antioquia, principal cidade da Ásia Menor, por ser o ponto fundamental de convergência comercial entre gregos e muçulmanos. Além disso, era considerada sagrada pelos cristãos, ao se lhe atribuir a fundação do primeiro episcopado de São Pedro e ter

sido consagrada como a primeira igreja da cristandade (RUNCIMAN, 2002).² Antioquia era uma cidade amuralhada, e foi defendida pelo exército turco, que permaneceu na cidadela sob o comando do Emir Karbogha:

Cerca de sessenta mil turcos penetraram então na cidade pelo castelo que a dominava, do lado da rocha elevada sobre a qual estava construído, e fustigaram os nossos com súbitos e frequentes ataques; porém a sua estada em Antioquia não foi longa; deixaram-na dominados por um grande terror e cercaram-na do lado de fora.³

De sitiadas, os cruzados se tornaram sitiados cercados dentro da cidade pelas tropas de Karbogha em volta das muralhas na cidadela. Nesse cenário, “o moral dos peregrinos está no ponto mais baixo. Era preciso um milagre oportuno para galvanizar as tropas”.⁴ Neste ponto, vale ponderar que, na perspectiva do imaginário coletivo, a crença no milagre advém principalmente em tempos de dificuldades concretas como uma maneira de apelo ao sagrado:

Em períodos de crise a busca pelo maravilhoso se intensifica, pois existe a necessidade imediata da manifestação divina. Mistério fascinante, o sagrado está ligado ao esforço do ser humano em construir um tempo de significados, de bênçãos e superação da dor; daí as preces intensas, penitências, ritos e peregrinações. Estas práticas exprimem o sentir espiritual, os pormenores do viver religioso da sociedade medieval”.⁵

Foucher De Chartres conta que os cruzados ficaram oito meses cercados em Antioquia pelos turco-muçulmanos. Durante esse período, os insumos se esgotaram, parte da cavalaria morreu de fome e o grosso do exército não possuía abrigo em tempos de chuvas. Além disso, o medo e a ansiedade só aumentavam e desencorajam os cruzados, os quais já se encontravam descrentes da vitória.

A descoberta da santa lança se deu nesse ambiente de angústia e medo diante do cerco em Antioquia. A “Santa Lança”, segundo a tradição da Igreja Católica, foi uma arma utilizada pelos romanos para perfurar o flanco de Cristo e verificar sua morte na crucificação. Hodiernamente, há algumas versões sobre como e onde a lança foi achada e conservada. Todavia, o que nos importa neste trabalho é analisar o relato de Foucher de Chartres sobre como o artefato de ferro foi achado durante o cerco em Antioquia e como o episódio foi tratado pelos cruzados. De acordo com Foucher, a santa lança fora revelada em sonho por Santo André, um dos doze discípulos de Cristo, a Pedro Bartolomeu, monge francês que participou da Primeira Cruzada como membro do exército provençal de Raimundo de Saint-Gilles. Foucher De Chartres nos relata o descobrimento do objeto em duas passagens. A primeira:

² RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas**. A Primeira Cruzada e a Fundação do Reino de Jerusalém. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002

³ FOUCHER DE CHARTRES, Foucher de. **A 1ª Cruzada. Um relato de quem lá esteve**. São Paulo: Inquerito, 2003, p.49

⁴ Ibidem, p.149.

⁵ NASCIMENTO, Renata C.S. **Os Sentidos do Sagrado no Ocidente Medieval**. Emoções, Devoções e culto às Relíquias Cristãs. Curitiba: Editora CRV, 2023, p.49

Dizia que a existência deste santo tesouro lhe fora revelada pelo apóstolo André, que este apóstolo lhe aparecera por três vezes e que, seguindo suas instruções, escavara o empedrado da Igreja exatamente no local designado pela sua visão, tendo encontrado esta lança, que talvez lá tivesse sabiamente escondido”.⁶

A segunda passagem: “No dia 15 de Junho, são feitas escavações na catedral e nada é encontrado até que Pedro Bartolomeu, atirando-se para um buraco, dele tira “milagrosamente” um pedaço de ferro, que reconhece sendo o da lança.”⁷ Em ambos os trechos é possível perceber o posicionamento do autor quanto à veracidade do objeto, ao escrever “[...] que talvez lá tivesse sabiamente escondido” e “milagrosamente”. Nota-se que a lança sagrada foi descoberta através da intervenção miraculosa, seguindo, assim, o procedimento comum da descoberta das relíquias cristãs. A grande relevância do descobrimento da santa lança para os cruzados em condição de sitiados se deve ao fato de que “estar próximo a um objeto sagrado se compara a ser protegido por um escudo”.⁸ Para os crentes, as relíquias protegem e defendem os homens de seus inimigos reais e sobrenaturais.⁹ A veracidade das relíquias pouco importava aos fiéis.

Ainda seguindo a narrativa de Foucher De Chartres, há uma discordância entre os dois principais condes cruzados: Raimundo de Saint-Gilles (1045-1105) prontamente acreditou na veracidade da lança, enquanto Boemundo de Taranto (1058-1111), assim como o Bispo de Puy, Ademar de Monteil (1045-1098), e outros senhores, tanto clérigos como laicos, não acreditaram na veracidade do objeto encontrado. De imediato, houve uma divisão entre a aristocracia presente quanto à legitimidade das palavras de Pedro Bartolomeu (1075-1099) sobre o milagre da lança sagrada.

Apesar da divergência aristocrática quanto à legitimidade da relíquia encontrada, a lança sagrada foi venerada por cem dias pelo exército cruzado e usada como estandarte pelo bispo Ademar de Monteil na batalha contra os turcos, em 28 de junho de 1098. “O exército divide-se em seis companhias e prepara-se para travar um combate sob a protecção da Santa Lança, oportunamente descoberta”.¹⁰

O sagrado na Idade Média

O fio condutor deste trabalho é a figura do sagrado na mentalidade coletiva dos medievais na época da Primeira Cruzada. “O universo simbólico medieval era permeado pela presença constante da espiritualidade, e da perspectiva do sagrado enquanto fator essencial na formação de significados e sensibilidades.”¹¹

⁶ FOUCHER DE CHARTRES, op. cit., p. 47.

⁷ Ibidem, p.149.

⁸ NASCIMENTO, op. cit.

⁹ NASCIMENTO, op. cit.

¹⁰ FOUCHER DE CHARTRES, op. cit., p.149.

¹¹ NASCIMENTO, op. cit., p. 27.

A esse respeito, o historiador francês Jacques Le Goff afirma que a existência de um “maravilhoso” no cotidiano medieval precede a noção ou criação do sagrado, propriamente. O “maravilhoso” não era característica fundamental do cristianismo, inicialmente, mas se tornou um instrumento de política e de poder a partir de sua canalização para o milagre e para a recuperação simbólica.¹² Ou seja, o “maravilhoso” foi utilizado pelo cristianismo como um instrumento de dominação social a partir da evocação da figura do sagrado a fim de se inserir na mentalidade coletiva. De acordo com Le Goff, esse maravilhoso dominava a mentalidade coletiva da sociedade tão naturalmente, que ninguém questionava sua presença, e essa inserção do sagrado no imaginário da sociedade ocorria de forma natural.

É como se o discurso relativamente ao sagrado fosse único, configurado pela ideologia dominante do cristianismo, capaz de manter o status quo da sociedade, a partir da criação de um consenso coletivo, e o imaginário fosse uma artimanha de tal discurso para o domínio das massas.¹³ Desse modo, o sagrado seria uma espécie de lei divina na terra e, portanto, inquestionável, inabalável, imutável e único, disseminado na sociedade em um movimento vertical, de cima para baixo, no qual as camadas dominantes seriam as responsáveis por propagar e as camadas mais baixas apenas por aderir.

A partir de Jacques Le Goff, entende-se que o sagrado foi o artifício mais importante utilizado dentro desse “maravilhoso” para criar um passado divino que justificasse e mantivesse as estruturas vigentes da sociedade. Todavia, diferentemente desse sagrado inerte, imutável e unânime que Le Goff nos apresenta, vemos no relato de Foucher de Chartres um sagrado que divide opiniões, que tem sua veracidade questionada, que é tratado de maneira diferente pelos agentes sociais, e que registra a ação popular.

Nesse cenário, é de extrema relevância adotarmos um outro conceito de sagrado. De acordo com o medievalista brasileiro Leandro Duarte Rust, o sagrado era uma qualidade que podia ser adquirida ou perdida, que podia habitar ou abandonar um objeto, lugar ou ideia.¹⁴ De acordo com Rust, o sagrado é feito e refeito ao longo da história. Não se tratava de uma ideia fixa, um princípio preestabelecido, mas de uma crença manobrável conforme os conflitos, as metas e experiências de uma época, ajustável aos interesses e aos anseios pelas posições de poder.¹⁵

Durante a Idade Média, o conceito de sagrado não representava um consenso social, principalmente devido às divergências entre as classes aristocráticas. Assim, ao invés de ser um fenômeno uniforme, o sagrado se manifestava de maneira diversa e frequentemente apresentava contradições.

A partir da narrativa de Foucher De Chartres, no que tange ao descobrimento da Lança Sagrada

¹² LE GOFF, op. cit.

¹³ LE GOFF, op. cit.

¹⁴ RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

¹⁵ Idem.

durante a Primeira Cruzada, evidenciou-se um sagrado manipulável e de veracidade questionável, sendo objeto de conflitos aristocráticos. O sagrado durante a Primeira Cruzada (1096-1099) foi objeto de poder que objetivou a dominação social, religiosa e política dos exércitos francos e que ao mesmo tempo cedeu à pressão da massa popular que necessitava de ajuda concreta no momento de desespero, evidenciando assim, diferenças sociais em torno do sobrenatural.

A divergência entre Raimundo de Saint-Gilles (1045-1105) e Boemundo de Taranto (1058-1111) foi apenas uma disputa pela dominação laica dos exércitos cruzados, não importando a veracidade da santa lança. O crucial para eles era dominar o imaginário coletivo da camada mais baixa das tropas e obter a liderança dos exércitos. Em contrapartida, para a tropa pouco importava também a veracidade do objeto, o que importava era a proteção que ele representava naquele contexto.

Isto posto, percebe-se que o descobrimento da santa lança não contrapôs os dois príncipes cruzados. Pelo contrário, a discussão acerca da legitimidade da relíquia cristã foi usada como mais um objeto de disputa no contexto da polarização já existente entre os dois condes. O sagrado na Idade Média não era assunto unânime entre as elites europeias, mas sim passível de questionamentos e manipulações. Quanto a isso, entende-se que:

[...] o sagrado e a violência não são formas universais ou certas que atravessam os séculos inalteradas, de uma ponta a outra. São nomes que emprestamos a relações e a conteúdos históricos. São fenômenos abertos ao inesperado, constituídos por combinações imprevisas, inconscientes e reversíveis. Sempre inacabados, são inesgotáveis porque mutáveis. As realidades que esses conceitos batizam são incessantemente recriadas sob ação do tempo, seus significados são variáveis como a própria existência humana na correnteza dos séculos e suas variações não devem, de antemão, ser taxadas como exceção, desvio ou anomalia, pois cada uma delas pode dar origem a uma outra maneira de explicar o mundo com coesão, autenticidade e eficiência.¹⁶

A partir dessa passagem, compreendemos que variados sentidos foram atribuídos ao sagrado, modificando-o no tempo e no espaço. A figura do sagrado estava diretamente atrelada à figura de poder e conseqüentemente à legitimação, perpetuação ou proibição de certas práticas e crenças. Sendo objeto de disputas papais, régias, monárquicas, clericais e aristocráticas.

Essa manipulação do sagrado ocorria entre a continuidade do passado com o presente criada a partir de uma memória produzida na coletividade acerca de um passado sublime forjado para legitimar a narrativa política e criar uma identidade social. Dessa forma, a fim de revisitar esse passado divino como uma maneira de manutenção da religião, surge a busca incessante pelo contato direto com o sagrado, com algo que pudesse ser palpável, concreto e materializado.

Nesse âmbito, as relíquias surgiram a partir da busca por um sagrado que materializasse a fé cristã medieval, necessária para a manutenção da religião. No presente estudo, definiu-se relíquias como

¹⁶ RUST, op. cit., p.18.

fragmentos corporais e objetos de personagens especiais como os santos e os mártires. No entanto, trata-se de uma palavra muito mais complexa do que aparenta. As relíquias eram veículo de identidade cristã e de legitimidade política, funcionavam como delimitadoras de espaços especiais, tinham função cultural e de estruturação dos espaços cristãos. Além disso, funcionavam como repositório portátil da memória e da história cristã.¹⁷

A partir do contato com os objetos sagrados, divindades e seus respectivos poderes celestiais estariam presentes. As relíquias no Medievo representavam uma dupla importância: para os fiéis, a presença de quem a possuiu em vida e conseqüentemente seus poderes miraculosos ou sua intervenção divina; para a religião, como um todo, representava a manutenção da fé a partir da lembrança de um passado divino por meio das celebrações, dos ritos, das cerimônias e das peregrinações.

Esta atribuição de sentidos e significados dados a um objeto nos remete a uma compreensão mais profunda do imaginário medieval, da vivência do sagrado. Nesse processo a Igreja procurou ser a única a ter a credibilidade necessária à manipulação dos vestígios santos, procurando formas de legitimar o maravilhoso, mantendo-o sob seu controle.¹⁸

Como realidades materiais necessárias na representação de um sagrado deslumbrante, as relíquias sacralizaram espaços, ritos, guerras e cerimônias na Idade Média. A posse desses objetos aumentava o prestígio religioso e acentuava seu status político. Assim como a figura do sagrado, elas foram objetos de disputas sociais, políticas e religiosas, e foram um dos elementos visuais mais importantes do imaginário coletivo.

Conclusão

Neste contexto, podemos afirmar que, independentemente das reais intenções dos discursos sobre o sagrado, a dominação coletiva pelos detentores de poder só se concretizava com a adesão popular. Para isso, era necessário que as imagens do sagrado fossem socialmente imprescindíveis e que fizessem sentido para a coletividade. Por isso, era comum que o sagrado fosse evocado em épocas de crises.

Dessa forma, percebe-se que a crença social surge num contexto propício e diante de circunstâncias específicas. Simultaneamente, as crenças coletivas se mantêm em ambientes onde o imaginário político e religioso é utilizado pelas classes dominantes. Mesmo com as dúvidas sobre a veracidade da santa lança, a tropa cruzadista a venera e a glorifica como relíquia legítima, apoiados por uma figura de poder, Raimundo de Saint-Gilles (1045-1105). Portanto, o imaginário coletivo se torna objeto de dominação social e, conseqüentemente, de disputas aristocráticas.

¹⁷ NASCIMENTO, op. cit.

¹⁸ NASCIMENTO, op. cit., p.93.

Referências

Fontes

FOUCHER DE CHARTRES. **A 1ª Cruzada**. Um relato de quem lá esteve. São Paulo: Inquerito, 2003.

Bibliografia

ALONSO ÁLVAREZ, Maria Raquel; NASCIMENTO, Renata C.S. **A Sacralização do Espaço Ibérico**: Vivências Religiosas na Idade Média. Curitiba: Editora CRV, 2020.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

FLORI, Jean. **Guerra Santa**: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

FLORI, Jean. **Pedro el Eremitaño y el origen de las Cruzadas**. Barcelona: Edhasa, 2006.

FRANCO Jr., Hilário. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa, Portugal: Lugar da História, 2020.

MELLO, José Roberto. **As Cruzadas**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os Sentidos do Sagrado no Ocidente Medieval**. Emoções, Devoções e culto às Relíquias Cristãs. Curitiba: Editora CRV, 2023

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa.; SILVA, Paulo Duarte. Relíquias e Peregrinações na Idade Média. In: **Ensaio de História Medieval**: Temas que se renovam. Curitiba: Editora CRV, 2019.

OLDENBOURG, Zoé. **As Cruzadas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas: Uma História**. Campinas- SP: Ecclesiae, 1ª ed, 2019.

RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas**. A Primeira Cruzada e a Fundação do Reino de Jerusalém. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.

RUST, Leandro Duarte. **Bispos Guerreiros: violência e fé antes das cruzadas**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

TYERMAN, Cristopher. **A Guerra de Deus**. Uma nova história das cruzadas. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

12. “CONVIVÊNCIA” E “RECONQUISTA”

Reflexões sobre conceitos historiográficos e modelos explicativos

Rudah Lobo Valença¹

Resumo

“Convivência” e “Reconquista” são conceitos historiográficos utilizados em produções acadêmicas. Ambos se referem a processos históricos ocorridos na Península Ibérica entre os séculos VIII e XV. “Convivência” é um termo cunhado pelo historiador Américo Castro e expressa a ideia de que a identidade espanhola foi construída através da coexistência de grupos étnico-religiosos distintos. “Reconquista”, por outro lado, se refere tanto à construção da identidade espanhola, quanto à ideologia adotada pelos reinos cristãos do norte da Península Ibérica. A análise de produções historiográficas e crônicas (séc. IX a XIII) tem por objetivo explicitar diversas aplicações desses conceitos e apreciar criticamente como se inserem em modelos explicativos, especialmente os que tratam das relações entre grupos étnico-religiosos.

Palavras-chave: “Reconquista”; “convivência”, Espanha medieval.

Abstract

“Convivencia” and “Reconquista” are historiographical concepts used in academic works. Both refer to historical processes that took place in the Iberian Peninsula between the 8th and 15th centuries. “Convivencia” is a term created by historian Américo Castro and expresses the idea that Spanish identity was built upon the coexistence of different ethno-religious groups. “Reconquista”, on the other hand, refers to the construction of Spanish identity, as well as the ideology adopted by Christian kingdoms of the North of the Iberian Peninsula. The analysis of historiographical works and chronicles (9th to 13th century) aims to make explicit the different applications of those concepts and critically appreciate how they are inserted in explanatory models, especially ones that deal with the relationships between ethno-religious groups.

Keywords: “Reconquista”; “convivencia”; Medieval Spain.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB).

Em meados do século XX, Américo Castro² publica a obra *España en su historia: cristianos, moros y judíos* (1948). Nesse texto, Castro propõe a noção de “convivencia” ao se referir à relação entre cristãos e não-cristãos na Península Ibérica medieval. O conceito expressa a ideia de coexistência entre grupos confessionais distintos. Entretanto, Castro considera que momentos de conflito e hostilidade também estavam inseridos no que ele chama de “convivencia”. Nesse sentido, alguns historiadores propuseram uma mudança terminológica do conceito para “coexistencia”.³ Apesar de sutil, a modificação do termo é útil para que pesquisadores do campo não realizem análises enviesadas, partindo de um pressuposto teórico de que as relações entre cristãos, judeus e muçulmanos na Europa medieval se davam a partir de uma convivência harmônica e pacífica. Contudo, pode-se argumentar que a utilização do conceito nesses termos representa o que Nirenberg (1996) chama de uma romantização do conceito. “There is no reason why convivencia need designate only harmonious coexistence... it has in fact acquired this meaning among historians who have romanticized the concept”.⁴

O objetivo de Castro ao cunhar o termo era identificar o que caracteriza a especificidade nacional espanhola, ou seja, por que essa nacionalidade é distinta, única e peculiar. Nesse sentido, o autor argumenta que a nacionalidade espanhola se distingue a partir de uma experiência histórica pautada pela coexistência entre diferentes grupos étnicos e religiosos. Com isso, propõe que a essência da identidade espanhola é cultural e essa cultura toma forma através de um processo dialético de relações interconfessionais.⁵ Uma breve citação da obra ilustra com maior clareza essa proposição: “durante los años de convivencia cristiano-islámico-judía, la comunicación espiritual entre las tres creencias hizo posible que Alfonso el Sabio fundara en el Alcorán su doctrina de la tolerancia, sin sentir en ello ofensa para la Iglesia de que era hijo fiel”.⁶ Essa perspectiva foi criticada por diversos autores, em especial, por Claudio Sánchez-Albornoz. Em sua obra *España, un enigma histórico*,⁷ o historiador responde à tese de Castro e debate sobre o caráter nacional espanhol. Em sua perspectiva, a identidade nacional espanhola tem raízes visigóticas, mais especificamente na conversão desse grupo ao cristianismo. Nesses termos, o autor argumenta que a essência espanhola é cristã e foi adulterada

² Castro foi um historiador, filologista e crítico literário espanhol. Além disso, foi embaixador espanhol na Alemanha durante a segunda República Espanhola (1931-1939). Mudou-se para os Estados Unidos da América no início da guerra civil espanhola, em 1936, onde escreveu a obra citada.

³ MEYUHAS GINIO, Alisa. ¿Convivencia o Coexistencia? Acotaciones al pensamiento de Américo Castro In: **Creencias y culturas**, eds. Carlos Carrete Parrondo e Alisa Meyuhas Ginio. Salamanca: Dirección General de Investigación Científica y Enseñanza Superior del Ministerio Español, 1998, p. 157. GLICK, Thomas F., Convivencia: An Introductory Note. In: eds. MANN, Vivian B., et al. **Convivencia: Jews, Muslims, and Christians in Medieval Spain**. Nova Iorque: The Jewish Museum, 1992, p. 1.

⁴ NIRENBERG, David. **Communities of Violence: Persecution of Minorities in the Middle Ages**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 8.

⁵ BLANCHARD, Daniel. **Américo Castro, Saint James, and Spain: the History of a Belief**. Portland: University Honors Theses. Paper 80, 2014, p. 2.

⁶ CASTRO, Américo. **España en su historia: Cristianos, moros y judíos**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1948, p. 211.

⁷ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. **España, un enigma histórico**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956.

ou maculada após a invasão Omíada de 711.

As duas obras foram escritas durante a ditadura de Franco, período no qual ambos os autores foram exilados da Espanha. Durante a Segunda República Espanhola, Castro ocupou o cargo de embaixador espanhol na Alemanha e Sánchez-Albornoz atuou como ministro de relações exteriores, bem como embaixador espanhol em Portugal. Os dois escritores também foram alunos do medievalista espanhol Menéndez Pidal. Apesar de apresentarem biografias semelhantes, suas posições e perspectivas políticas diferiam categoricamente. Castro enaltece a latente pluralidade étnico-religiosa observada na Península Ibérica e aponta a coexistência desses grupos como o alicerce da essência nacional espanhola, enquanto Sánchez-Albornoz rejeita esse argumento e defende que a interferência cultural não-cristã corrompia a essência espanhola, que, por sua vez, se origina no cristianismo visigótico anterior à invasão Omíada. As ideias de Sánchez-Albornoz encontram menos ressonância no debate historiográfico dos últimos 50 anos. Perspectivas cristã-nacionalistas ainda persistem, mas são menos frequentes e relevantes no debate intelectual do final do século XX e começo do século XXI. Em contraposição, o pensamento de Castro “has been held in higher esteem for its non-Eurocentric approach to the Spanish Middle Ages”.⁸

A chamada “Reconquista” também foi um ponto de discordância fundamental entre os autores. Castro e Sánchez-Albornoz foram polemistas da ditadura franquista. O conceito de “Reconquista” no franquismo pautava-se num ideal nacionalista que defendia que a nacionalidade espanhola era castelhana e cristã, caracterizada, em especial, pelo militarismo empenhado pelos reinos cristãos entre os séculos VIII e XV. Castro, a partir de sua noção de convivência, argumentava que a ideia de “Reconquista” é uma apropriação cristã da *jihad* ou “guerra santa” muçulmana. Sánchez-Albornoz, por sua vez, rastreia referências à “Reconquista” no reino de Astúrias no século IX.⁹ Aqui, o conceito aparece como uma ideia de “recuperação” ou “restauração”. Isso ocorre porque o autor incorpora o que Menéndez Pidal chamou de “neogoticismo”,¹⁰ que se expressa pela tendência das elites cristãs do norte ibérico (especialmente a partir de Alfonso II) de construírem uma associação entre elas e os visigodos cristãos que ocupavam a Península Ibérica antes da invasão Omíada do século VIII. Essa associação buscava legitimar a noção de “recuperação” e/ou “restauração” do território ao passo que apontava a nobreza cristã asturiana como herdeira da nobreza visigótica.¹¹ Nas duas perspectivas, o conceito apresenta uma aplicação ideológica relacionada à identidade nacional espanhola.

Do ponto de vista terminológico, a utilização da palavra “Reconquista” é disputada devido ao teor ideológico que o vocábulo representa. O termo é fortemente associado a seu uso político du-

⁸ BLANCHARD, op. cit. p. 15.

⁹ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, op.cit.

¹⁰ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Los Españoles en la historia**. Madrid: Espasa-Calpe, 1982 (publicado originalmente em 1947).

¹¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la reconquista: realidades y tópicos. In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coord.). **Memoria, mito y realidad en la historia medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos 2003, p. 151-170.

rante o franquismo, portanto pressupõe aderência a uma perspectiva historiográfica nacionalista. Contudo, há historiadores que defendem a utilização do termo quando se refere à ideologia da nobreza cristã ibérica no contexto medieval.¹² Outros historiadores optam pelo uso da ideologia de Expansão Cristã: “seguindo a perspectiva de Álvarez Borge,¹³ a expansão cristã é fruto das necessidades de reprodução social da nobreza e de sua hegemonia social”.¹⁴14. Nesse sentido, rejeitam o emprego do termo incondicionalmente. A palavra “Reconquista” também carrega a pressuposição de que o território em disputa pertencia ao grupo que reivindicava a empreitada militar, o que acarretaria aderir à narrativa de que as populações cristãs do norte da Península Ibérica eram o mesmo grupo ou herdeiros diretos dos visigodos. A historiografia aponta para o contrário: “como entender esta já mencionada contradição, em que uma região não dominada, nem assimilada -talvez, hostil-pelo reino de Toledo, adota a tradição gótica como ideologia oficial?”.¹⁵

Do ponto de vista explicativo, a “Reconquista” é frequentemente relacionada às cruzadas. O’Callaghan¹⁶ propõe uma perspectiva pluralista das Cruzadas, que defende que a “Reconquista” era um desdobramento dos movimentos cruzadistas do leste europeu. O autor argumenta que campanhas militares lideradas por cavaleiros franceses na região da Catalunha no século X foram as primeiras batalhas de “Reconquista” e representaram um crescente interesse do papado nesse tipo de empreitada militar. Essa interpretação se opõe à tese de Castro, entretanto, Blanchard pontua que “Castro looked for the more isolated evidence, while O’Callaghan looked more broadly in the sources for potential European influences”.¹⁷ A tese de Castro propõe uma explicação endógena, no sentido de que a “Reconquista” deriva de interações sociais circunscritas a um contexto espaço-temporal delimitado. O’Callaghan explica o fenômeno de maneira exógena, como uma faceta dos movimentos cruzados, porque parte de sua perspectiva pluralista das Cruzadas. Sánchez-Albornoz argumenta que a “Reconquista” (tanto em âmbito ideológico quanto factual) deriva do vínculo hereditário que associava as populações cristãs do norte ibérico aos visigodos. Tal proposição é consonante com a perspectiva cristã-nacionalista defendida por Sánchez-Albornoz, que enxergava nos cristãos visigodos a essência nacional espanhola. Bronisch¹⁸ propõe a tese de que a “Reconquista” foi uma “guerra santa”. O autor analisa as obras de Juan de Biclario, Isidoro de Sevilla e Julián de Toledo e procura

¹² GONZÁLEZ JIMÉNEZ, op.cit., p. 151-170. LADERO QUESADA, M. Á. **Lecturas sobre la España histórica**. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998.

¹³ ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. **La Plena Edad Media**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

¹⁴ MAGELA, Thiago Pereira da Silva. O Poder Régio ou Estado?! Debate historiográfico e apontamentos para uma nova conceitualização da gestão do poder na Idade Média. **Revista História e Cultura**, Franca- SP, v.2, n.3 (Especial), p. 539-559, 2013.

¹⁵ NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **Historia. Instituciones. Documentos**, v. 28, p. 277-295, 2001.

¹⁶ O’CALLAGHAM, Joseph F. **Reconquest and Crusade in Medieval Spain**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

¹⁷ BLANCHARD, op. cit., p. 17.

¹⁸ BRONISCH, A. P. **Reconquista und Heiliger Krieg Die Deutung des Krieges chrisslichen Spanien von den Westgoten bis ins frühe 12. Jahrsrudert**. Munique: Aschendorff Verlag, 1998.

demonstrar que o conceito de guerra santa dos visigodos identificava-os como o povo eleito, concebia as guerras como provas impostas por Deus e seus resultados como favor divino ou castigo por seus pecados.¹⁹ Por fim, Jiménez²⁰ entende a “Reconquista” como um fenômeno ideológico e propõe aos historiadores investigarem os alicerces que a fundamentam. Cada um dos autores explica a “Reconquista” de modo a não contradizer o arcabouço teórico-metodológico que escolheu utilizar em sua pesquisa. Nesse sentido, a “Reconquista” assume funções narrativas e explicativas diferentes a depender da interpretação historiográfica, arcabouço teórico-metodológico, seleção documental e aderência a meta-narrativas específicas (como as de identidade nacional espanhola).

Nogueira²¹ apresenta um panorama da documentação medieval que aborda o tema da “Reconquista” e constrói uma breve genealogia dessa ideologia. O autor sugere que a origem desse conjunto de ideias pode ser observada em um documento chamado de “Crônica Moçárabe de 754, também conhecida por Anónimo de Córdoba hispana, Anónimo Pacense ou Cronicón de Isidoro Pacense, por ter sido atribuída a Isidoro, bispo de Beja”.²² Entretanto, Nogueira aponta que o texto é de difícil tradução e algumas informações do documento contêm referências posteriores a 754, o que indica interpolações ou uma confecção tardia.²³ A narrativa contida no documento sugere que Rodrigo (último rei visigodo antes da invasão Omíada), com ambição desmesurada, foi o responsável pela cisão do exército visigótico, que foge e abandona o rei “à mercê do inimigo, para sofrer a ignomínia de perder o reino e a vida”.²⁴ O texto não associa os cristãos de Astúrias com os visigodos, não apresenta uma ideia de resistência heroica e não aponta os reinos cristãos como vingadores da tradição visigótica.²⁵ Contudo, a argumentação central baseia-se na ideia de que a Hispania foi perdida principalmente por demérito do monarca visigodo. No século seguinte, três crônicas perpassam a temática da “Reconquista”: a Crônica Albeldense (c. 881), a Crônica Profética (c. 883) e a Crônica de Alfonso III, também conhecida como Crônica dos Reis Visigodos (c. 911).²⁶ A Crônica Albeldense inaugura a associação dos cristãos do norte ibérico aos visigodos. Esse vínculo era ideologicamente operativo na linguagem política asturiana, porque conferia aos cristãos do norte suporte retórico/discursivo para legitimar a reivindicação dos territórios “perdidos” por seus supostos ancestrais visigodos. “Um reino legítimo é um reino invencível. Sacramentado por Deus e pelas qualidades guerreiras dos chefes germânicos, jamais poderia ser vencido!”²⁷ A afirmação parece contraditória, por-

¹⁹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, op. cit., p. 151-170.

²⁰ Idem.

²¹ NOGUEIRA, op. cit., p. 277-295.

²² Ibidem, p. 281.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibidem, p. 282, 2001.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

que o reino visigodo de Toledo foi, de fato, conquistado, porém, Nogueira pontua que a crônica oferece uma explicação para a derrota cristã: “Deus retirou a sua mão, como castigo pelos pecados de seus governantes. E mais, insinua a traição: os sarracenos foram chamados!”.²⁸ A próxima crônica, denominada Crônica Profética, apresenta um argumento teleológico. Segundo Nogueira, a crônica adaptou a Profecia de Ezequiel ao contexto político da Península Ibérica e, em tom apocalíptico, concluiu que Alfonso III de Astúrias reinaria sobre toda Espanha em 834.²⁹ A narrativa de que os visigodos desrespeitaram preceitos divinos e que a derrota desse grupo seria um castigo de Deus persiste. A Crônica de Alfonso III reitera a ligação entre os reinos cristãos de Astúrias e os visigodos, mas inclui o clero como um dos responsáveis pela derrota visigótica. O texto apontava que Witiza (pai de Rodrigo) se comportava de maneira infame e escandalosa. A insinuação de traição ganhou novos contornos no discurso, que apontava os filhos de Witiza, que não sucederam ao trono, como traidores, responsáveis por chamar os sarracenos à Península.³⁰ O documento ainda aponta Pelayo como o elo entre a monarquia visigótica e asturiana. Entretanto, Nogueira afirma que “até o final do século IX, não se encontra no reino asturiano qualquer identificação com o antigo reino visigótico. Ao contrário, os Annales (c.790) de Alfonso II ... mostram uma inequívoca tendência anti-toledana, exacerbada pela querela do adopcionismo”.³¹ Nesse sentido, o historiador atribui o interesse de construir uma ideologia, que associe os visigodos aos asturianos, ao clero da região: “em resumo, ao longo do período de formação da monarquia astur-leonesa (718-1037), se cria e se afirma uma Igreja ‘nacional’ e prolifera uma numerosa e complexa sociedade monástica”.³²

Nos séculos XI e XII, o tema da “Reconquista” aparece na Crônica Gothorum (séc. X) ou Pseudo Isidoriana e pela Crônica Silense (c. 1118). A primeira introduz um novo personagem na narrativa: “Julián (agora nobilitado!), conde de Tingitania, cuja filha Florinda excita as paixões de Getiço (Witiza)”.³³ A crônica atribuiu o sucesso da invasão Omíada de Toledo a um conluio entre Julián e Tarik (comandante militar Omíada). A Crônica Silense, por outro lado, atribuiu a culpa a Witiza pela derrota, extrapolando a noção de que ela ocorreu por causa de seu comportamento pecador, lascivo e que desrespeitava os preceitos cristãos. A extrapolação residiu na ideia de que os pecados de Witiza contaminaram todos os godos ao passo que “todo o que era sóbrio era desprezado e todo o honesto era tido como engano”.³⁴ Com isso, a ideia de culpa por comportamento imoral, presente na Crônica de Alfonso III, é retomada e extrapolada para seu sucessor.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Ibidem, p. 284.

³¹ Idem.

³² Ibidem, p. 286.

³³ Ibidem, p. 287.

³⁴ Chronicon Monachi Silensis. In: A. HUICI, **Las crónicas latinas de la Reconquista**, II. Valencia, Hijos de F. Vives Nora, 1913, 33 apud NOGUEIRA, op. cit., p. 288.

No século XIII, a Crónica de España (1236), redigida por Lucas, o bispo de Tuy,³⁵ seguiu a linha narrativa da Crônica de Alfonso III e da Silense, porém, acrescentou um novo elemento na explicação da derrota sofrida pelos visigodos: uma suposta aliança entre Witiza e os judeus. “Y tambien añadió Vitiça maldad sobre maldad y llamó los judios a las Españas, y quebrantó los preuilejos de las yglesias, [y] dio ymunidad a los judios”.³⁶ Nesta crônica, Lucas de Tuy reiterou as traições de Witiza e adicionou sua associação com os judeus como causa da ira de Deus: “Mas Dios, aborresciendo tan gran trayçion y tan gran malicia, traxo cayda y transtornamiento a los pueblos e a los omes de las Españas”.³⁷ Para o cronista, portanto, a queda da Espanha visigótica foi resultado desse amalgama de práticas que iraram Deus, que, por sua vez, infligiu um castigo divino aos visigodos (a derrota).

A crônica *De Rebus Hispaniae*³⁸ deu continuidade à narrativa proposta por Lucas de Tuy. Nogueira aponta que o documento representa Witiza mais propenso aos prazeres da carne e cego pela luxúria, bem como reitera a ideia de uma traição judaica. A novidade reside, segundo o historiador, na introdução do diabo na explicação: “Satanás -e o Diabo faz a sua entrada nas crônicas!- se introduz no reino de Witiza e este nomeia seu irmão para a primazia de Toledo, sem que houvesse cargo vacante para ‘que seu irmão se visse implicado em adultério espiritual como ele estava no carnal’³⁹”.⁴⁰ O discurso de uma suposta corrupção moral e espiritual dos governantes godos é o alicerce argumentativo da explicação da derrota dos visigodos na Península Ibérica para esses cronistas.

A última crônica analisada por Nogueira é a *Estoria de Espanna* (1270 – 1282). O autor argumenta que se trata de um trabalho de história global empreendido no reinado de Alfonso X de Castela e que foi diretamente inspirado pela crônica supracitada *De Rebus Hispaniae*.⁴¹ Nesse sentido, a figura do diabo voltou a aparecer e foi definida a partir de suas atribuições negativas em relação às pessoas, ou seja, os males e desgraças que o diabo causa às distintas qualidades de indivíduos. Cada mazela estava relacionada a um tipo de pessoa: ricas, religiosas, poderosas e sábias.⁴² Persiste, também, a acusação de traição por parte dos judeus.

Por fim, “Reconquista” como uma representação factual das invasões cristãs aos califados Omíadas entre os séculos VIII e XIV não é conceitualmente satisfatório porque a associação da aristocracia cristã asturiana com a aristocracia visigótica foi uma formulação ideológica implementada pela primeira com o intuito de legitimar suas campanhas militares em direção ao sul da Península. Logo, como o termo “Reconquista” pressupõe que quem o reivindica teria outrora dominado o território

³⁵ Ibidem, p. 290, 2001.

³⁶ LUCAS DE TUY. *Crónica General de España*. Ca LXIII. Editada por J. PUYOL. Madrid: Tipografía de la Revista de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1926, p. 266.

³⁷ Ibidem, p. 266.

³⁸ JIMÉNES DE RADA, op.cit.

³⁹ Idem.

⁴⁰ NOGUEIRA, op. cit., p. 292.

⁴¹ Ibidem, p. 293.

⁴² Idem.

em questão e, visto que a hereditariedade visigótica reclamada pelos cristãos asturianos não se verificava na prática, creio ser melhor utilizar o vocábulo “conquista” para referir aos avanços militares dos reinos asturianos e posteriormente leoneses e castelhanos empreendidos contra os califados Omíadas. “Reconquista” como referência à construção ideológica medieval parece mais operativo, pelo menos em âmbito historiográfico. Entretanto, não é prudente utilizar um termo com tantas aplicações político-ideológicas sem o devido cuidado. “Reconquista” entre aspas parece adequado para designar o movimento ideológico que engloba o que Nogueira chama de mitos da “Perda de Espanha” e do “Legitimismo visigótico”.⁴³ Contudo, ideologia da “Restauração” também parece apropriado, visto que não traz, necessariamente, a carga semântica de que territórios seriam legitimamente ou “naturalmente” pertencentes a um grupo específico.

Referências

Fontes

JIMÉNES DE RADA, R. **Historia de los hechos de España**. Trad. Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

LUCAS DE TUY. **Crónica General de España**. Ca LXIII. Editada por J. PUYOL. Madrid: Tipografía de la Revista de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1926, p. 266. Disponível em <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=4936>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Bibliografia

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. **La Plena Edad Media**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

BLANCHARD, Daniel. **Américo Castro, Saint James, and Spain: the History of a Belief**. Portland: University Honors Theses. Paper 80, 2014.

BRONISCH, A. P. **Reconquista und Heiliger Krieg Die Deutung des Krieges chrisslichen Spanien von den Westgoten bis ins frühe 12. Jahrhudert**. Munique: Aschendorff Verlag, 1998.

CASTRO, Américo. **España en su historia: Cristianos, moros y judíos**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1948.

⁴³ Ibidem, p. 295.

GLICK, Thomas F., **Convivencia**: An Introductory Note. In: eds. MANN, Vivian B., et al. *Convivencia: Jews, Muslims, and Christians in Medieval Spain*. Nova Iorque: The Jewish Museum, 1992.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la reconquista: realidades y tópicos. In: DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio ; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coord). **Memoria, mito y realidad en la historia medieval**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos 2003, p. 151-170. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/814513.pdf>. Acesso em: 01 ago 2024.

LADERO QUESADA, M. Á. **Lecturas sobre la España histórica**. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998.

MAGELA, Thiago Pereira da Silva. O Poder Régio ou Estado?! Debate historiográfico e apontamentos para uma nova conceitualização da gestão do poder na Idade Média. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, n.3 (Especial), p. 539-559, 2013.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Los Españoles en la historia**. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

MEYUHAS GINIO, Alisa. ¿Convivencia o Coexistencia? Acotaciones al pensamiento de Américo Castro. In: eds. CARRETE PARRONDO, Carlos; MEYUHAS GINIO, Alisa. **Creencias y culturas**. Salamanca: Dirección General de Investigación Científica y Enseñanza Superior del Ministerio español, 1998, p. 147-158.

NIRENBERG, David. **Communities of Violence**: Persecution of Minorities in the Middle Ages. Nova Jersey: Princeton University Press, 1998.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **Historia.Instituciones.Documentos**, v.28, p. 277-295, 2001.

O'CALLAGHAM, Joseph F. **Reconquest and Crusade in Medieval Spain**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. **España, un enigma histórico**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956.

13. CHRISTINE DE PIZAN (1364-1430), UMA INTRODUÇÃO

Sua vida, produção literária e contexto histórico

Luana Veloso Grace Torres¹

Resumo

Esta comunicação traz como tema uma importante escritora medieval, Christine de Pizan, que viveu entre os séculos XIV e XV, cuja obra literária mais conhecida é “A Cidade das Damas”. Além desta, podemos destacar também a obra “O Tesouro da Cidade das Damas: Ou o Livro das Três Virtudes”. Discorreremos sobre alguns dos debates historiográficos e filosóficos relacionados com os estudos sobre Christine de Pizan e sobre algumas questões discutidas pela bibliografia, dentre elas, a política sexual no período medieval, as três teorias a ela relacionadas, e a chamada Querela das Mulheres.

Palavras-chave: Christine de Pizan, “A Cidade das Damas”, Querela das Mulheres.

Abstract

This communication has as its theme an important writer of the medieval period, Christine de Pizan, who lived between the fourteenth and fifteenth centuries, whose best-known literary work is “The Book of the City of Ladies”. In addition to this, we can also highlight “The Treasure of the City of Ladies: Or the Book of Three Virtues”. To think about this theme, we will discuss some of the historiographical and philosophical debates that are related to the studies on Christine de Pizan and some issues discussed by the bibliography, among them: sexual politics in the medieval period, the three theories related to it, and the so-called *Querelle des Femmes*.

Keywords: Christine de Pizan, The Book of the City of Ladies, Querelle des Femmes.

Nesta comunicação falaremos de uma importante escritora do período medieval, Christine de Pizan (1364-1430), que viveu entre os séculos XIV e XV, cuja contribuição escrita se mostra importante para a historiografia medieval e para os women’s studies, que se debruçam sobre a cultura fe-

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB).

minina do período. Christine de Pizan é conhecida em grande medida pela sua obra literária “A Cidade das Damas”², do começo do século XV, bem como pela obra “O Tesouro da Cidade das Damas: Ou o Livro das Três Virtudes”, para citar apenas dois de seus escritos³. Trata-se, assim, de uma escritora cuja obra tem sido traduzida para outras línguas e que tem sido estudada no âmbito acadêmico com o intuito de compreender a sua importância para o pensamento político e filosófico, para a literatura e para a história/historiografia.

Os estudos sobre Christine de Pizan se relacionam, em grande parte, aos estudos sobre o período medieval e sobre a cultura feminina do período, que se dedicam a estudar escritos femininos medievais e interpretá-los à luz de bibliografias que contribuam para o entendimento desses textos. O desenvolvimento desses estudos busca, assim, mergulhar em escritos femininos do período medieval ainda pouco conhecidos para entender a sua importância para a própria época, em termos de uma cultura feminina do período, e para os períodos posteriores, enquanto fontes históricas.

Assim, nesta proposta, trabalhada em uma pesquisa de mestrado, pretendo trazer Christine de Pizan como o centro da pesquisa, no intuito de mostrar a relevância de sua obra para os dias de hoje, com enfoque na obra literária “A Cidade das Damas”. Trata-se de um texto cuja questão central é o entendimento geral acerca das mulheres, ou, em termos mais precisos, a respeito da natureza e conduta das mulheres. “A Cidade das Damas” pode ainda ser considerada uma obra que oferece, por assim dizer, uma nova compreensão relativamente ao papel e espaços de atuação das mulheres, inserindo-se em um debate literário que ganhou corpo na época de Christine de Pizan, uma vez que ela elabora críticas em relação a outros escritores que tratavam de uma mesma temática. Nesse sentido, a obra “A Cidade das Damas” nos possibilita pensar a questão da mulher, ou vice-versa, a mulher enquanto questão.

Para estudar Christine de Pizan e sua obra é importante considerar alguns dos debates historiográficos e filosóficos que se relacionam com o contexto histórico no qual a obra “A Cidade das Damas” se situa, ressaltando alguns aspectos discutidos pela bibliografia. Dentre esses pontos, trabalharemos com as discussões sobre a política sexual no período medieval, as três teorias da política sexual e a chamada Querelle des Femmes⁴, ou Querela das Mulheres. Propõe-se, portanto, introduzir algumas das discussões presentes nos debates historiográficos e filosóficos que se relacionam com o

² Trabalhamos com a tradução da obra para o português: PIZAN, Christine de. A Cidade das Damas. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012.

³ Sobre a produção literária de Christine de Pizan, Vargas Martínez coloca que: “*De sus treinta y nueve años de vida profesional se conservan treinta y siete obras, llegando a producir hasta tres o cuatro libros por año en sus momentos más fecundos. En su producción literaria cultivó tanto la lírica como la prosa en distintos géneros literarios: la alegoría, la epístola, la autobiografía*”. VARGAS MARTÍNEZ, Ana. “La Ciudad de las Damas” de Christine de Pizan: Obra Clave de la Querella de las Mujeres. In: C. SEGURA GRAIÑO, C. (coord.). La Querella de las Mujeres I. Análisis de textos. Madrid: Almudayna, 2009, p. 25.

⁴ De acordo com Brochado, a *querelle des femmes* pode ser entendida enquanto um debate que se caracteriza pelo crescimento no volume de textos, que passam a circular principalmente a partir do século XIV, cuja principal questão debatida diz respeito à mulher. Além disso, como coloca Brochado, a *querelle des femmes* se caracteriza pela “dialética entre a crítica e a defesa do sexo feminino”. BROCHADO, Cláudia Costa. A *Querelle des femmes* e a política sexual na Idade Média. **Brathair** 19 (2), 2019, p. 64.

tema, e pensar a respeito de Christine de Pizan, com enfoque no livro “A Cidade das Damas”.

Embora nem todas as questões que mencionaremos sejam desenvolvidas aqui com a amplitude necessária, uma vez que lidamos com debates complexos e diferentes entre si, que se relacionam e se distinguem em determinados pontos, propõe-se introduzir alguns desses debates e explicar algumas questões importantes. Dessa maneira, pretende-se contribuir para os estudos historiográficos a respeito de Christine de Pizan e sua obra, tanto no que se refere à historiografia medieval quanto no que concerne aos women’s studies, que se debruçam sobre a cultura feminina do período. Nesse sentido, a partir da leitura e discussão da bibliografia, trabalharemos aqui com algumas formulações teóricas contemporâneas, tanto historiográficas quanto filosóficas, que darão suporte teórico-metodológico para refletir sobre a escritora, seu contexto e sua obra.

A Querelle des Femmes se relaciona, em grande medida, com teorias a respeito de como se davam as relações dos sexos e entre os sexos em contextos históricos específicos. Assim, para pensar sobre as relações de homens e mulheres no período medieval, a medievalista Rivera Garretas trabalha com essas duas principais formas de relação: las relaciones de los sexos e entre los sexos. Segundo Rivera Garretas,

Las primeras – las relaciones de los sexos – se dan siempre en una existencia humana: cada mujer y cada hombre reflexiona una o muchas veces a lo largo de su vida sobre su relación con el hecho de ser mujer u hombre (...) las segundas – las relaciones entre los sexos – suelen darse pero pueden no darse apenas: entre las beguinas y beatas, por ejemplo, las relaciones entre los sexos fueron poco significativas, aunque no desaparecieron (...).⁵

Assim, Rivera Garretas trabalha com essas duas noções, as relações dos sexos e entre os sexos, para pensar sobre as relações de homens e mulheres no período medieval, bem como para explicar as transformações nessas relações, às quais acrescenta a noção de política sexual e as três teorias da política sexual, que veremos mais à frente. Dessa maneira, para entender o contexto histórico em que a obra “A Cidade das Damas” se situa, olharemos para as mudanças na política sexual, à luz de uma reflexão sobre as relações dos sexos e entre os sexos, partindo de Rivera Garretas.

A relação dos sexos explica principalmente as relações de homens e mulheres com seu próprio sexo e as relações de homens e mulheres para consigo mesmos. A relação entre os sexos, de outra forma, explica principalmente as relações entre homens e mulheres. Sobre a relação entre os sexos, Rivera Garretas oferece o exemplo das beguinas e beatas, cuja relação com o sexo masculino, embora existente, tenha sido pequena.

Ambas, as relações dos sexos e entre os sexos, são as duas principais formas relacionais trabalhadas por Rivera Garretas para explicar as relações de homens e mulheres no período medieval. A partir de tais relações, dos e entre os sexos, como discutidas pela bibliografia, pensaremos a respeito da políti-

⁵ RIVERA GARRETAS, María-Milagros. **La diferencia sexual en la historia**. Valencia: Publicaciones Universidad 5 de Valencia, 2005, p. 96.

ca sexual no período medieval e sobre as três teorias da política sexual. De acordo com a filósofa Prudence Allen, a política sexual diz respeito às “relações de poder entre os homens e as mulheres ao longo do tempo em função do sexo, vendo-as como anteriores a quaisquer outras, mesmo havendo diferenças conforme tempo e cultura”⁶. Enquanto Rivera Garretas entende as relações dos sexos e entre os sexos como o fundamento da política⁷. Assim, ambas teóricas partem da política sexual e suas três teorias para pensar sobre as principais transformações ocorridas nas relações de homens e mulheres no período medieval.

Como coloca Rivera Garretas, “*la teoría más antigua de las relaciones de los sexos documentada en la Europa feudal es la que la filósofa del siglo XX Prudence Allen ha llamado de «de la complementariedad de los sexos»*”⁸. Dessa forma, a teoria da “complementaridade dos sexos” explica um tempo, durante o século XII e boa parte do século XIII, em que teria predominado na Europa uma concepção de que os homens e as mulheres seriam complementares para a existência humana. Como coloca Rivera Garretas, “*(...) en otras palabras, decía que somos diferentes en sustancia, sustancia que es la sede de la diferencia sexual, e iguales en valor, siendo, por tanto, la mujer un entero y el hombre un entero*”⁹. Essa concepção de “complementaridade dos sexos” teria contribuído para uma maior liberdade na vida das mulheres, por meio da expansão de movimentos políticos e sociais femininos, como o exemplo das beguinas e beatas¹⁰. Além disso, como coloca Rivera Garretas, “*la teoría de la complementariedad de los sexos fue defendida por dos grandes autoras, políticas y maestras del siglo XII: Hildegarda de Bingen (1098-1179) y Herralda de Hobenbourg (abadesa desde 1176)*”¹¹.

Uma segunda concepção sobre as relações dos e entre os sexos no período medieval é explicada pela teoria da “polaridade dos sexos”, que veremos mais à frente. Como coloca Rivera Garretas, a partir de meados do século XIII observa-se o fortalecimento de um setor conservador da Europa e o crescimento da importância das universidades, que estabeleceram como leitura obrigatória as obras de Aristóteles¹². Como explica Rivera Garretas,

En 1255, la Universidad de París impuso la lectura obligatoria de las obras de Aristóteles, y a ella le copiaron otras. De Aristóteles se leyó, se comentó y se divulgó sistemáticamente desde entonces la teoría sobre las relaciones de los sexos que él había defendido – o esto se decía - cuando vivió en la Grecia del siglo IV antes de la era cristiana”.¹³

⁶ ALLEN, 1985, *apud* BROCHADO, op. cit., p. 68.

⁷ RIVERA GARRETAS, op. cit., p. 96

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Ibidem, p. 97.

¹¹ Ibidem, p. 98.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Assim, a chamada teoria da “polaridade dos sexos” difundiu-se e “(...) decía que los hombres y las mujeres somos sustancialmente diferentes, y que los hombres son superiores a las mujeres”¹⁴. Nesse momento observa-se o enfraquecimento de uma concepção de “complementaridade dos sexos” e o fortalecimento de uma concepção de “polaridade dos sexos”, uma mudança que podemos compreender em relação com o que Prudence Allen entende como «*la revolución aristotélica*». Durante esse período, explicado pela teoria da “polaridade dos sexos”, Rivera Garretas observa que foi escrita uma grande quantidade de textos literários e científicos hostis às mulheres e ao casamento e cuja refutação constitui a Querela das Mulheres¹⁵.

A terceira concepção sobre a relação dos e entre os sexos no período medieval é explicada pela terceira teoria da política sexual, chamada de teoria da “unidade dos sexos”. Para Rivera Garretas, essa teoria se desenvolve principalmente a partir do começo do século XIV, quando se observa um maior alcance da chamada “revolução aristotélica”, bem como o surgimento do Humanismo e do Renascimento. Como coloca Rivera Garretas,

*La consolidación, a principios del siglo XIV, del triunfo de las propuestas de la revolución aristotélica coincide con el comienzo de la difusión, en Italia primero y en el resto de Europa después, del movimiento cultural y político laico que se suele llamar Humanismo: un movimiento que, con el Renacimiento que le siguió, es considerado por la historiografía científica, de progreso para la humanidad, pero que la historiadora feminista Joan Kelly, en un texto ya clásico, consideró de progreso para los hombres y de retroceso para las mujeres.*¹⁶

Com o Humanismo introduziu-se na Europa uma nova maneira de ver a relação dos e entre os sexos, que é explicada pela teoria da “unidade dos sexos”, que passou a predominar, mas que não deixou de conviver com as outras duas concepções mencionadas anteriormente¹⁷. A teoria da “unidade dos sexos”, assim chamada por Prudence Allen, considerava que os homens e as mulheres são iguais, correspondendo à formulação moderna do princípio da igualdade dos sexos¹⁸. Entretanto, como pontua Rivera Garretas, a concepção da unidade dos sexos seria ainda uma concepção desfavorável às mulheres, pois: “(...) de un mundo mirado desde el régimen del dos, se pasa a un mundo mirado desde el régimen del uno: al neutro pretendidamente universal”¹⁹.

Conclusão

Esta breve comunicação pretendeu apresentar a obra literária “A Cidade das Damas”, de Christine de Pizan (1364-1430), e alguns dos eixos teóricos trabalhados pela bibliografia, de forma a com-

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem, p. 100.

¹⁹ Idem.

preender a obra em relação a seu contexto histórico. Essa escritora tem sido trabalhada em estudos acadêmicos tendo em vista sua contribuição escrita, com destaque para duas de suas obras literárias mais conhecidas, “A Cidade das Damas” e “O Tesouro da Cidade das Damas: Ou o Livro das Três Virtudes”, que são de alguma forma complementares e importantes para conhecer a vida, produção literária e contexto histórico de Christine de Pizan, bem como para entender a obra “A Cidade das Damas” em relação à chamada Querela das Mulheres, discussão literária de sua época. Além disso, as teorias da “complementaridade dos sexos”, da “polaridade dos sexos” e da “unidade dos sexos” contribuem para analisar as transformações nas relações dos sexos e entre os sexos no período medieval, bem como para a reflexão sobre a chamada “revolução aristotélica” e a Querela das Mulheres. Resaltamos, ademais, que a obra “A Cidade das Damas” incrementa as perspectivas sobre o sexo feminino para o contexto da querela de sua época, sendo assim relevante compreender sua importância do ponto de vista político e filosófico, literário e histórico.

Referências

Fontes

CHRISTINE DE PIZAN. **A Cidade das Damas**. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012.

Bibliografia

ALLEN, Prudence. **The Concept of Woman: The Aristotelian Revolution**. Montreal-Londres: Eden Press, 1985.

BROCHADO, Cláudia Costa. A Querelle des femmes e a política sexual na Idade Média. **Brathair** 19 (2), 2019, p. 63-91.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros. **La diferencia sexual en la historia**. Valencia: Publicaciones Universidad de Valencia, 2005.

VARGAS MARTÍNEZ, Ana. “La Ciudad de las Damas” de Christine de Pizan: Obra Clave de la Querella de las Mujeres. In: C. SEGURA GRAIÑO, C. (coord.). **La Querella de las Mujeres I. Análisis de textos**. Madrid: Almudayna, 2009..

14. TAMANHO É DOCUMENTO?

Matheus Silveira Furtado¹

Resumo

O primeiro é pequeno, leve e portátil, o segundo é robusto, extremamente volumoso e pesa 25kg. Entre as descrições possíveis de livros, estas podem ser inesperadas. Seriam as dimensões/escalas desses objetos, ferramentas fundamentais na interpretação museológica do mundo, ignoradas pela historiografia? Nesta comunicação propõe-se uma provocativa abordagem comparativa entre dois códices medievais: um livro de coro, e um livro de horas. Ambos expostos, até o ano de 2023, na galeria principal da coleção Chester Beatty, em Dublin, Irlanda. Tal comparação não serve apenas como curiosidade, mas é útil para o entendimento de diversas questões, como o acesso individual e coletivo aos objetos, o tradicional conceito medieval de função, ou, até mesmo, a expressão do poder por meio da posse de um bem. A função, o acesso e o uso dos livros se evidenciam para além do texto e de seu contexto de produção.

Palavras-chave: livros medievais; objetos performativos; poder e/dos objetos.

Abstract

The first is small, light and portable, the second is robust, voluminous and weights 25kg. Among possible book descriptions, these could be unexpected. Would be that scale and dimension, important tools for the museum's comprehension of the world, are in fact ignored by the historiography? In this paper I propose a provocative approach, by comparing tow medieval codex: a choir book and a book of hours. They are part of the main exhibition in the Chester Beatty Library in Dublin, Ireland. Instead of working as a curiosity matter, this comparison enlightens a variety of questions as for the individual or collective accesses of such books, as for the subject of material function in the Middle Ages, or even the expression of power that comes thru the possession of an asset. Book functions, uses and it's accesses are showcased beyond the objects texts and production contexts.

Keywords: medieval books; performative objects, objects of power.

¹ Mestre, museólogo e historiador pela Universidade de Brasília (UnB).

Opostos que se atraem

Dentro de uma mesma exibição havia dois objetos. Catalogados em um thesaurus museológico pertenciam a uma mesma categoria: livros. Mais especificamente, livros antigos - códices. Ambos são compostos essencialmente dos mesmos materiais: pergaminho, couro, tinta, fólhos, capa, brochura. Ambos são manuscritos em todas as suas etapas: escrita, iluminação, editoração, encadernação. No entanto, não poderiam possuir usos e objetivos mais diferentes entre si.

Essa relação entre eles surge tanto na sua materialidade, como também no discurso curatorial que escolheu realizar sua apresentação em conjunto, em um mesmo espaço. Característica que resulta no levantamento de uma questão clara, a partir da comparação, a sua escala. As dimensões de cada um e os seus respectivos usos.

Imagem 1 — Livro de coral italiano Antifonário, do século XV.



Em exposição na galeria da coleção ocidental na Biblioteca Chester Beatty, Dublin, 2023 – Acervo do autor.

Imagem 2 — Antifonário W217, do século XV.



Processo de restauração no laboratório da biblioteca Chester Beatty, com Maria Montcalm, 2024, Chester Beatty, disponível em: <https://chesterbeatty.ie/whats-on/lab-visit-conserving-a-15th-century-choirbook/>.

Se olhadas individualmente as três imagens não provocam o estranhamento que acomete o visitante diante da exposição da biblioteca Chester Beatty. Na primeira vemos um dos livros de coral, que pertence à coleção da instituição. Ele está em um expositor horizontal, isolado, devido ao tamanho que excede o dos outros milhares de livros que vemos na exposição, mas não se diferencia muito do esperado.

Na segunda imagem temos outro livro de coro da mesma coleção, e dessa vez a percepção de tamanho é ainda mais extremada. A envergadura desse códice ultrapassa 1 (um) metro, quando totalmente aberto, e pesa 25kg.

Por último, vemos um pequenino livro de horas. Comparando-se os dedos que manuseiam o objeto na foto, é possível termos noção de sua real dimensão.

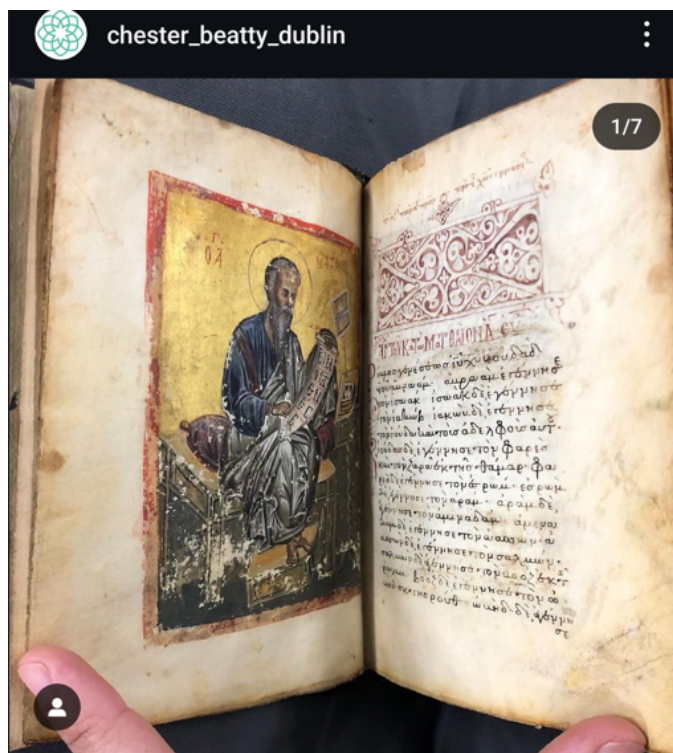
As três fotos foram escolhidas por mim com um propósito: exemplificar, da maneira mais clara possível, como essa medida/tamanho/escala realmente afeta a percepção do visitante diante de um objeto museal. Essa questão vai além do deslumbramento provocado pelo impacto de determinados objetos, consistindo em um processo de interpretação do próprio passado, fazendo do museu um instrumento que “cria imagens fantásticas que reinterpretem as faces do real” (SHCEINER, 1996, 122). A exposição é a mediadora entre o passado e o visitante, uma certa ideia de tempo despertada pela imaginação. No caso dos livros/códices expostos, sugere-se o trabalho envolvido, a força e esforço relativamente aos maiores e a precisão e detalhamento do menor.

É uma preocupação da expografia e da museografia ressaltar esses aspectos a partir da antropometria como medida. Considera-se o visitante observando o objeto, o expositor, a sala, o conjunto expositivo.² Isso nos coloca diante do espaço do objeto numa exibição, mas também da importância intrínseca que ele possui naquele determinado contexto. Cada códice tem o seu espaço e justificativa para figurar em uma exposição e a escolha curatorial tece um fio condutor. O curador planeja e projeta o contato direto entre visitante e objeto, inclusive por meio de relações escondidas. Mas, mesmo sem a consciência de seu idealizador, diferentes imagens e poéticas acabam por emergir, graças à autonomia do visitante.

O forte impacto visual entre as dimensões dos códices é somente uma das primeiras sensações que podem afetar os visitantes. Ele foi escolhido como elemento de aproximação para pontuar uma diversidade de olhares e formas de entender os objetos museais. Pensando preferencialmente em seu uso, contexto e pertencimento, pode-se analisar elementos como as lógicas de acesso ao conhecimento e ao objeto; o poder que se expressa pela paridade da detenção de algo; a relação entre público e privado; entre muitas outras abordagens do passado, que atravessam os artefatos materiais do passado.

Poder e pertencimento

Imagem 3 – São Marcos, em Livro de Horas bizantino, ou grego, do século XIII.



² CARRIZOSA, A.; RESTREPO, P. **Manual Básico de Montaje Museográfico**. Museu Nacional de Colombia. S.D, p. 11. www.instagram.com/chesterbeattyconservation/.

Destacarei dois pontos fundamentais enumerados anteriormente a partir da percepção desses livros expostos. O primeiro partiu dos usos desses objetos e como eles foram ressignificados dentro do processo de exposição; e o segundo incidiu sobre as lógicas de poder voltadas para o reconhecimento de detenção.

O códice possui uma estrutura que valoriza o seu formato, cuja natureza contrasta com a dos antigos rolos. Ele pode ser tipificado em categorias materiais, como hierarquia dos formatos,³ ponto fundamental nesse processo de exposição. Há os grande in-fólio – cujas dimensões requerem suportes, como mesas ou atris, configuram-se como obras de referência, e exibem-se abertos; os formatos médios – os mais populares entre os livros, cuja manipulação é mais fácil, ainda que não permita uma interação orgânica com o corpo do leitor; e existem os *libelus* (livros de bolso) – de uso pessoal, como os livros de horas, facilmente transportados e manipulados pelo leitor.

Tais tipologias estão associadas à maneira como esses objetos são usados, sua relação com as dimensões e o espaço que ocupam. Um livro grande toma corpo e impõe sua presença também pela relação com o seu suporte – mesa, bancada, prateleiras – especial para esse objeto, um aparato que evoca um uso coletivo do objeto. O seu acesso não é restrito e, especialmente no caso dos Antifonários, nem poderia ser. Esses códices são usados como guias de canto de um coro e que, nesse caso, requer várias pessoas para manuseá-lo. Não é tarefa para uma única pessoa operar um livro que pesa vinte e cinco quilos e tem mais de um metro de envergadura, considerando-se, sobretudo, a necessidade de ritmo, de acompanhamento cadenciado no virar dos fólhos para o desempenho do coral. Esse objeto exige um grupo de mãos.

É curioso destacar que ele funciona numa lógica oposta à dos outros objetos desse gênero-livro. São os usuários que se movem ao redor dele. O atril fica estático, e o coro se realoca, sobe, desce, movimenta-se para uma ou outra lateral, a depender da decisão do regente. Mas o objeto e quem o manipula permanecem. Como na lógica de uma exposição contemporânea – em que o trajeto/percurso expográfico pode ser planejado ao redor de um objeto, ou seção de objetos, esse uso se assemelha e se mantém como uma estrutura de longa duração na materialidade dos Antifonários.

O acesso a esses livros, apesar de comunitário, não era público. Na realidade, esse acesso era exclusivo – voltado ao grupo que o detinha. No caso dos antifonários, pertenciam às comunidades eclesíásticas que produziram, reproduziram e mantinham seus objetos. Esses livros são inacessíveis ao público, até o momento em que são expostos.

[...] Os bens são tanto o hardware quanto o software, por assim dizer, de um sistema de informação cuja principal preocupação é monitorar seu próprio desempenho. [...] são usados para marcar, no sentido de categorias de classificação. [...] Pode haver marcação privada, mas aqui nos referimos a um uso público. Os bens são dotados de valor pela concordância dos outros consumidores. ⁴

³ CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Ed. UNESP. São Paulo. 1999, p. 8-9.

⁴ DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O Mundo dos bens: por uma antropologia do consumo**. Ed.: UFRJ, RJ, 2004, p.120-124.

Os livros e as coleções passam a representar então o poder. Principalmente pela sua propriedade. Um poder que não é velado, mas exibido entre os vários corpos sociais que se encontram nessa mesma condição – os que possuem livros em grandes coleções e os que não possuem. E essa lógica aproxima-se da atualidade. Afinal, ainda há exemplos, como o da Sociedade dos Cem Bibliófilos que, reconhecidamente, produziam seus exemplares de livros selecionados, como obras de arte propriamente ditas. Mais do que edições de luxo de autores consagrados, tais iniciativas refletem uma verdadeira leitura do manuseio, cuja visualidade tipográfica e poética constroem a forma de entender e o motivo de possuir um livro.⁵

Em contrapartida o *libelus*, quase antepassado da miniatura, funciona diametralmente oposto ao Antifonário em termos de uso e acesso, mas não em representatividade. O uso desse pequeno códice do evangelho grego ou bizantino da biblioteca Chester Beatty é um exemplo tradicional do livro que se carrega, quase como um “livro de arruar”,⁶ cujas características permitiam ser ostentado publicamente.

O propósito do livro não é somente o da leitura, mas o de exibi-lo como objeto que se detém, um dos muitos motivos pelos quais eles seriam pequenos – facilidade de manuseio, portabilidade –, servindo a um propósito político.

Focusing on the things that are exchanged, rather than simply on the forms or functions of exchange, makes it possible to argue that what creates the link between exchange and value is politics. [...] we have to follow thing themselves, for their meanings are inscribed in their forms, their uses, their trajectories. [...] it is the things in motion that illuminate their human and social context [...].⁷

Para além de serem códices iluminados, resta uma proximidade fundamental no aspecto da apresentação. Eles são objetos que a partir de sua existência e posse expressam o poder.

Os livros são objetos de consumo, destinados primordialmente à leitura, mas ao mesmo tempo traduzem contextos e uma realidade de poder em diferentes camadas. Dominar a leitura do código escrito, dominar maneiras para acondicioná-los, dominar os meios para solicitar sua produção (encomenda). Historicamente falando, os livros são uma das facetas materiais em que melhor se expressam as lógicas sociais de um tempo. E na Idade Média ler é um ato público e que entretém.

Encomendar um códice, do ponto de vista laico, requer uma variedade de atos políticos. Selecionar os textos, escolher a oficina que vai produzir o suporte para a obra, decidir sobre os materiais (tintas, costura da brochura, até mesmo os metais e pedras preciosas da cobertura), escolher o ateliê responsável pela cópia e pela iluminação era outro ato importante, e que não ficou mais fácil com o

⁵ BARRIOS, V. M. O papel da materialidade nos livros de Ulises Carrión. In: **Anais do 22º Encontro Nacional da ANPAP**. Belém, PA. 2013, p. 930.

⁶ Utilizo-me da ideia de cadeirinha de arruar, próxima a liteira, em que as elites eram carregadas pelas ruas em centros urbanos, como objeto de ostentação, de status.

⁷ APPADURAI, A. **The Social Life of things**. Cambridge/New York, NY: Ed. Cambridge University Press, 1986, p. 3-6.

passar do tempo. Penso na dificuldade caprichosa que seria escolher entre ter um livro cujas miniaturas fossem de Jean Pucelle, ou dos irmãos Linburg.

Todas essas escolhas são fruto de lógicas políticas. E são ações que na Europa pré-moderna determinam diretamente o resultado do objeto, por serem características sujeitas a mudar profundamente a depender da região e da disponibilidade de materiais. Como demonstraram Walther e Wolf em sua coletânea de estudo de textos iluminados, os códices também são objetos de expressão da nacionalidade e estilos únicos que diferenciam seus espaços e doadores.⁸

Os livros de horas, como referido, eram voltados para o uso individual – ainda que pudessem ser eventualmente exibidos em público. Mas as miniaturas, que poderiam ser ricamente elaboradas, permitiam apenas a contemplação individual. Muitas vezes, essas pequenas obras tinham apenas um proprietário, a quem eram presenteadas, e cuja identidade era publicamente conhecida. O livro de horas de Jeanne d'Évreux, o Psautier de Bonne de Luxembourg, o livro de horas de Alejandro Farnesio são apenas alguns dos muitos exemplos. Ainda que o nome de quem a recebe não defina seu valor intrínseco, os medievais deixaram registros de quem as encomendou e onde foram produzidas. Portanto, uma evidência do valor simbólico da encomenda/compra e doação do livro, mas também do caráter privado do bem.

No caso das encomendas régias, ainda que essas obras fossem de uso individual, eram pagas com o tesouro público. O gasto era devidamente anotado – o rei paga, doa e registra. Os livros passam também a constituir o tesouro, que é herdado, vinculado à noção mais clara de valor possível, reconhecendo-se uma medida patrimonial de valor que aproveita ao reino.

E quando é um bem usado para o ato público de leitura, de aparato, ele assume uma forma de serviço – mantê-lo é uma obrigação. Define uma característica social do poder – o acesso individual de um bem passado de geração em geração, para ser exibido mas não apenas como medida de ostentação. Um valor social de preservação do que é em alguma medida de todos.

Julgando livros pela capa

A primeira imagem que normalmente temos de um códice é marcada pela sua caligrafia e iluminura. Do objeto propriamente dito ressalta sua grossa cobertura, muitas vezes ricamente adornada com materiais preciosos. No entanto, raras são vezes em que alguém, de fora de alguma das ciências da informação, pensa na diversidade e possibilidades desse objeto-livro para além do conteúdo e de seu contexto de produção.

Mesmo entre medievalistas, como Jacques Le Goff, se reconhece a necessidade de fazer pesquisas sobre fonte e obra, inclusive considerando a dimensão documento–monumento, mas relegam-se

⁸ WALTHER, I.; NOTH, N. **Codices Ilustres**. Los manuscritos iluminados más bellos del mundo: desde 400 hasta 1600. Colônia: Ed. TASCHEN, 2005, p. 28-34.

esses estudos para o campo do Imaginário, como “aquilo que foge do tradicional para o historiador”. Jérôme Baschet, embora se preocupe e reconheça o valor das imagens, deixa ao campo arqueológico o valor dos objetos. Já Michel Pastoureau (ainda que mais antigo), em seu famoso “No tempo dos cavaleiros da tábua redonda”, onde realiza uma descrição minuciosa de objetos cotidianos da Idade Média, sequer menciona livros como parte do arcabouço material da cavalaria. Assim, surgiu de fora do campo da História uma “virada material”, trazendo novas perspectivas arqueológicas e antropológicas.

Os objetos do passado são deslocados pelo tempo histórico e pelo colecionismo, mas deveriam ser mais frequentemente usados enquanto fontes primárias para o trabalho minucioso do historiador, de maneira a compreender não apenas o seu papel social propriamente dito, mas principalmente a expressão do poder que as materialidades compõem em conjunto é fundamental no processo de escrita da história. De acordo com Santos,

(...) cada objeto material tem a sua “biografia cultural” (Kopytoff 1986) e sua inserção em coleções, museus e “patrimônios culturais” é apenas um momento na vida social. No entanto, esse momento é crucial pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de idéias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais.⁹

Códices, livros ou miniaturas, nesse sentido, entram em categorias mais profundas da tipologia dos objetos. Ao serem parte complexa da vida material, contribuem para um processo de categorização da realidade social, que nos permite indagar além do seu aspecto e espaço que ocupam. Esses materiais possuem uma natureza que brinca com as concepções de tecnologia e arte ao mesmo tempo, são fatos sociais simbólicos que servem a variadas redes e propósitos.

Então é curioso perceber novamente o estudo de caso aqui escolhido, em que um objeto pequeno, pensado preferencialmente para um acesso individual presta um serviço “mais público”, por sua sobrevivência e pertencimento, do que um enorme livro de acesso coletivo, que serve apenas ao grupo exclusivo que o encomenda, manipula e mantém. Poder e pertencimento são duas faces da mesma moeda na relação de escala entre os objetos.

A biblioteca Chester Beatty consegue fazer muito bem as escolhas necessárias para a valorização de suas coleções, no que tange ao processo de visitação, o espaço de riqueza e ferramentas de tecnologia como atração. E por isso esse conjunto chama a atenção de quem visita as suas galerias. Mas não é apenas pelo fator de deslumbramento com os próprios materiais que se constroem as lógicas de estudo e pesquisa. A instituição considera a realidade dos materiais e sua disposição para além da preocupação com a salvaguarda daquilo que é belo, ou que possui valor de patrimônio cultural. Tanto os antifonários quanto os livros de horas são parte de um árduo processo de observação, pes-

⁹ SANTOS, J. R. G. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. IPHAN – MinC. Rio de Janeiro, 2007, p. 24.

quisa, preservação e comunicação do acervo.

É necessário pensar nos livros como objetos para se expor. Que precisam de uma expografia generosa, que valorize suas características de porte e espacialidade; textura e cor; composição e material; texto e contexto de produção. Ao mesmo tempo, é preciso cada vez mais realizar exposições de livros – seja enquanto contexto para as formas de arte, como artistas contemporâneos tal como Élide Tessler tem pensado, seja enquanto objetos protagonistas de uma escolha curatorial e do ponto de vista histórico. Tratados como fontes claras de valor e acesso coletivo, com o intuito de engajar os visitantes, que possibilitem uma divulgação e dinamização do conhecimento – e não apenas uma exibição inacessível do conjunto de livros, algo tão comum em mostras de acervos, mas que oprime o visitante.

Por fim, destaca-se que a dimensão (o tamanho) de um bem biblioteconômico, para além da curiosidade, que causa impacto e deslumbramento, não era o ponto fundamental da exposição que ocupava as galerias da biblioteca irlandesa, até o ano de 2023. Mas, se novos olhares e perspectivas de pesquisa forem adotados para exibir seus fundos e coleções, tamanho é documento.

Referências

Bibliografia

APPADURAI, A. **The Social Life of things**. Cambridge/New York, NY: Ed. Cambridge University Press, 1986.

BARRIOS, V. M. O papel da materialidade nos livros de Ulises Carrión. In: **Anais do 22º Encontro Nacional da ANPAP**. Belém, PA. 2013.

CARRIZOSA, A.; RESTREPO, P. **Manual Básico de Montaje Museográfico**. Museu Nacional de Colombia. S.D.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Ed. UNESP. São Paulo. 1999.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O Mundo dos bens: por uma antropologia do consumo**. Ed.: UFRJ, RJ, 2004.

GILCHRIST, R. The materiality of magic: the ritual lives of people and things. In: **Sacred Heritage**. Cambridge/ New York, NY: Cambridge University Press, 2020.

SANTOS, J. R. G. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. IPHAN – MinC. Rio de Janeiro, 2007.

SCHEINER, T. **Museologie et art**: une relation imprecise. Simpósio Museologia e Arte, Rio de Janeiro. 1996.

WALTHER, I.; NOTH, N. **Codices Ilustres**. Los manuscritos iluminados más bellos del mundo: desde 400 hasta 1600. Colônia: Ed. TASCHEN, 2005.

WHAT'S ON NEWS. Dublin. 26 de outubro 2023. **Lab visit: Conserving a 15th Century Choirbook**. Chester beatty library. 2024. Disponível em: <<https://chesterbeatty.ie/whats-on/lab-visit-conserving-a-15th-century-choirbook/>>. Acesso em: 22 nov 2024.

